

Consulta Nacional aos Profissionais de Segurança Pública.

**O que pensam os profissionais da segurança pública,
no Brasil**

(Ministério da Justiça – SENASP)

Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos

Agosto de 2009

FICHA TÉCNICA

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente

Tarso Genro
Ministro da Justiça

Ricardo Balestreri
Secretário Nacional de Segurança Pública

Airton Michels
Diretor do Departamento Penitenciário Nacional

Regina Miki
Coordenadora Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Cap. I Condições de Realização da Pesquisa e seus Limites	8
Cap. II Potencialidades da Pesquisa	14
Cap. III Histórico da Pesquisa e sua relação com a Conferência Nacional de Segurança Pública	16
Cap. IV Os Policiais e as Mudanças	18
Cap. V Hierarquia e Disciplina	28
Cap. VI Ministério Público	41
Cap. VII Judiciário	45
Cap. VIII Corrupção	48
Cap. IX Sistema Penitenciário	52
Cap. X Controle Externo e Accountability	53
Cap. XI Construindo o consenso mínimo: uma agenda para a segurança pública	57
Cap. XII Experiência de vitimização	60
Cap. XIII Escolaridade, formação, aperfeiçoamento e projetos	85
Cap. XIV Perfil Sócio-Econômico e Profissional	95
Referências bibliográficas	113
Anexo 1 Metodologia de Ponderação dos Questionários	115
Anexo 2 O Questionário	119
Anexo 3 Tabela – Importância de fatores para o desempenho das polícias	135
Anexo 4 Portaria MJ nº 33/2008 – Constituição do Comitê de Acompanhamento da Consulta aos Policiais	141



APRESENTAÇÃO

Desde 2003, estamos assistindo a uma verdadeira revolução na gestão das políticas de segurança pública em âmbito nacional. A estruturação do SUSP, a implementação do PRONASCI e a realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública são evidências claras de uma mudança de perspectiva de gestão que quebra com o distanciamento entre quem planeja, quem executa e o público alvo das ações.

O modelo tradicional durante décadas vigente, pautado na separação clara entre formulação e implementação das ações, vem sendo gradualmente substituído nestes últimos anos por uma nova forma de gestão que reforça a necessidade de reunirmos as contribuições de todos os atores envolvidos nas ações de segurança pública, especialmente seu público alvo e os profissionais que as executam. Se, por um lado, este ambiente de cooperação nos trás o conhecimento necessário para aperfeiçoar a gestão técnica das ações, por outro lado, gera o comprometimento de todos os atores para atuar na solução deste problema caracteristicamente social.

A consulta “O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil” constitui mais um marco histórico que consolida esta transição de perspectivas de gestão. Pela primeira vez na história brasileira, estamos abrindo um espaço exclusivo para os profissionais de segurança pública, livres de condicionantes institucionais, expressarem diretamente suas opiniões sobre fatores cruciais para a elaboração das políticas nacionais de segurança pública. Neste contexto, vale ressaltar o papel importantíssimo cumprido pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública ao oportunizar a criação deste diálogo direto com os profissionais de todo o Brasil.

A consulta permitiu, de uma forma simples e direta, a participação de um grupo de profissionais que freqüentam o ambiente EAD na busca de aperfeiçoamento e valorização profissional. A coleta de dados seguiu uma metodologia inovadora que, diante da diversidade e tamanho da população observada, torna-se uma referência preciosa no assessoramento e discussão dos problemas enfrentados “intramuros” pelos profissionais de segurança pública, e como esse fenômeno pode

refletir na prestação de serviços à população brasileira. Os resultados da consulta não levam diretamente a um ponto de chegada, mas remetem a uma discussão sobre alterações estruturantes no modelo institucional atual. A partir da análise da visão do profissional é possível entender as circunstâncias que cercam sua rotina e como o poder público pode atuar como ente de transformação cultural. Também serve para que se torne público o sentimento existente entre os operadores de segurança com relação à percepção das suas instituições.

Este relatório trás a opinião de quase 65.000 profissionais – policiais militares e civis, guardas municipais, bombeiros militares e agentes penitenciários – sobre qual o modelo ideal de polícia para o Brasil, a hierarquia e a disciplina em seu ambiente de trabalho, a importância do controle externo e accountability, a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário e as situações de vitimização a que estão cotidianamente submetidos.

Ministério da Justiça

Introdução

O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil (Ministério da Justiça--SENASP)

Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos¹

Finalmente entra em cena, com direito a voz, veto e voto, exercitando a liberdade de crítica, o principal ator no drama da segurança pública, o protagonista de épicos e tragédias, o cidadão comum e trabalhador – sempre alvo de cobranças, frequentemente objeto de preconceitos--, aquele que, até hoje, paradoxalmente, não foi escutado e, por vezes, foi silenciado: o policial; a policial – e também o bombeiro militar, o guarda civil municipal e o agente penitenciário.

¹ A pesquisa é uma realização coletiva para a qual muitos contribuíram, decisivamente, depositando confiança em seus autores, mas também aportando sugestões fundamentais, informações chave e críticas pertinentes e esclarecedoras, ou tornando possível a aplicação dos quase 65 mil questionários. Nossos agradecimentos, portanto, a Alberto Kopittke, Mariana Carvalho, Fernanda Alves dos Anjos, Juliana Barroso, Jó Resende e a toda a equipe técnica do Ministério da Justiça, do EAD e da RENAESP. Sem eles, a pesquisa não teria existido. Fernando Antunes, Natália Fontoura, Helder Ferreira e Renato Lima foram importantes interlocutores. Eduardo Rombauer e Miriam Guindani contribuíram para um debate que acabaria dando origem à pesquisa. Nosso reconhecimento também, e especialmente, ao empenho pessoal e à visão do ministro Tarso Genro e do secretário nacional de segurança pública, Ricardo Balestreri. Estendemos nossos agradecimentos ao parceiro institucional do Ministério da Justiça, o PNUD. Sobretudo, registramos nossa gratidão a todos os profissionais de segurança pública que dedicaram seu tempo a responder ao questionário, valorizando o instrumento, respeitando os procedimentos, refletindo sobre tantas questões e construindo, na prática, essa experiência singular de interlocução virtual. Sublinhe-se, ainda, a relevância do papel desempenhado por Gabriel Fonseca, Marcelo Durante e Bruno Falcão, nos cálculos e no desenho da amostra. Marcelo contribuiu ao longo de todo o processo e sua participação foi decisiva. Nossa gratidão a Ana Lúcia Caetano dos Santos pela competência, a generosidade e a seriedade profissional. Por fim, mas não menos importante, nosso reconhecimento a Regina Miki, coordenadora geral da CONSEG, para cujos debates esperamos que esta pesquisa contribua.

Deles diz-se muito. Fala-se tudo. Mas pouco se ouve.

Pouco se escutam dos profissionais da segurança pública brasileiros de modo sistemático, evitando as distorções que entrevistas isoladas e intervenções individuais podem provocar. Sobretudo pouco se ouve de forma organizada, em condições que garantam efetiva liberdade de opinião, com respeito a métodos que viabilizem a hierarquização de preferências, valores e pontos de vista. A presente pesquisa procura suprir essa grave lacuna, reconhecendo desde logo seus próprios limites, mas afirmando a relevância de sua contribuição, reivindicando sua originalidade, e enfatizando o potencial heurístico inscrito no banco de dados que produziu. Tampouco nos escapa sua dimensão política. Dependendo das conjunturas futuras, seus resultados poderão estimular, fundamentar e legitimar propostas de mudanças profundas.

I. Condições de Realização da Pesquisa e seus Limites

A pesquisa cujos principais resultados serão aqui relatados foi realizada com base em questionários virtuais, respondidos, nos meses de abril e maio de 2009, por 64 130 profissionais que atuam no campo da segurança pública, em todo o país.

Os profissionais entrevistados são policiais civis (4.720), militares (40.502), federais (215) e rodoviários federais (333), peritos não ligados à polícia civil (360) bombeiros militares (5.957), agentes penitenciários (4.312) e guardas civis municipais (7.731). Os questionários (vide **anexo 2**) foram aplicados por meio virtual, para o que se recorreu à rede nacional de altos estudos em segurança pública (a RENAESP, articulada pela SENASP), atuando na modalidade ensino à distância, cujos dirigentes nos facultaram o acesso aos profissionais que se matricularam.

I.1. A consulta e os consultados

A consulta foi respondida entre os dias 30 de abril a 28 de maio de 2009.

No ciclo 15 de cursos à distância oferecidos no âmbito da rede nacional de altos estudos em segurança pública (RENAESP), foram cadastrados 127.445 servidores, que efetivamente participaram das atividades discentes --sem contar os profissionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Entretanto, o universo ao qual se dirigiu a pesquisa foi bem mais amplo, uma vez que o questionário foi aplicado sobre toda a base de dados dos cadastrados até o ciclo 15, inclusive, o que corresponde a 309.122 servidores. Responderam ao questionário 64.130 profissionais, o que equivale a 20,75% do universo dos cadastrados. Entre os cadastrados do ciclo 15, o percentual de participação foi de 50,32%. Observe-se que do total de questionários respondidos, trabalhamos com 1.137, uma vez que 1.993 não puderam ser aproveitados por diferentes razões: houve falhas na identificação da corporação ou da patente (no caso das polícias estaduais), alguns vieram de peritos que não pertenciam à Polícia Civil e 548 provieram de policiais federais e rodoviários federais. Registre-se que a participação de peritos não-policiais civis, policiais federais e policiais rodoviários federais inviabilizou-se porque o número dos respondentes dessas categorias foi menor do que o mínimo necessário para a composição segura de uma amostra representativa.

“Policial, a SENASP quer ouvir você!”

A mensagem abaixo foi encontrada num dos blogs da Blogosfera Policial, um fenômeno recente na internet brasileira, de iniciativa de policiais militares, civis, federais, bombeiros e guardas municipais de diversos estados do país². O texto, criação livre de um blogueiro da PRF do Rio de Janeiro, ilustra as diversas manifestações espontâneas verificadas

² Para conhecer melhor a Blogosfera Policial consulte: <http://abordagempolicial.com/blogosferapolicial/> e também http://www.ucamcesec.com.br/cor.php?cod_proj=15

entre policiais e profissionais de segurança que participaram da consulta e compreenderam seu caráter. Trata-se do blog NUMOT 5 - o Blog dos Motociclistas Batedores da Polícia Rodoviária Federal. (www.numot5.blogspot.com)

*Você é **policial há vários anos**, e perdeu as contas de quantos criminosos já prendeu?*

*Você sabe o que está certo e o que precisa melhorar, na formulação das **políticas de segurança pública**?*

*Você tem reclamações e sugestões quanto à gestão da sua instituição, mas **nunca teve a chance de falar**?*

*Seus problemas acabaram! Agora, profissional de segurança pública tem voz. A **Senasp** está fazendo uma **pesquisa** entre os alunos cadastrados na sua plataforma de educação à distância (EAD), sobre várias questões.*

*O questionário, acessível na tela inicial após o logon nos sistemas, contém perguntas sobre **salários, condições de trabalho**, participação social, entre outras.*

*Na maioria das instituições de segurança pública, um dos grandes motivos de **insatisfação** entre os policiais da ronda, do trecho, da pista, enfim, que "botam a cara", é a falta de uma **gestão mais democrática**, que propicie algum nível de participação no processo decisório.*

***Divulgue** entre seus contatos, pois muitos colegas da plataforma de EAD não acessam seus e-mails com regularidade.*

Era o seguinte o texto convidando à consulta:

CONSULTA NACIONAL A POLICIAIS MILITARES, CIVIS, RODOVIÁRIOS E FEDERAIS, BOMBEIROS, GUARDAS MUNICIPAIS E AGENTES PENITENCIÁRIOS.

Nesse questionário, dividido em quatro módulos com o total de 41 questões, são apresentadas perguntas sobre a vida profissional e as

opiniões do(a)s agentes de segurança pública sobre diversos temas. Você poderá responder ao Questionário em uma única sessão ou em etapas. Mas quanto antes você enviá-lo preenchido, melhor. Não há respostas “certas” ou “erradas”. O que importa é a opinião e a reflexão de cada um. Sinta-se à vontade para responder com plena liberdade, pois as respostas estão protegidas pelo anonimato. Você vai participar do mais amplo esforço já realizado no Brasil para conhecer a opinião e a situação concreta vivida pelos agentes das forças de segurança pública. Os resultados serão fundamentais e poderão influir no futuro das políticas de segurança. Esta Consulta faz parte do processo da I Conferência Nacional de Segurança Pública”.

Os que responderam ao questionário ganharam um certificado de participação que correspondeu a oito horas de cursos.

I.2. Viés e recursos de neutralização

Apesar do grande número de respondentes, a sondagem corre o risco de expressar um viés capaz de limitar-lhe o alcance: afinal, os entrevistados matricularam-se, o que já é, em si mesmo, indício de algumas características pessoais, sociais, profissionais, éticas, psicológicas, as quais não se pode supor, sem prévia demonstração empírica, que correspondam a uma realidade passível de generalização no universo que constitui o âmbito de nossa investigação. Mesmo assim, ele nos parece representar um risco que se pode, legitimamente, absorver sem danos, porque, atualmente, não se matriculam somente os que buscam enriquecer seu patrimônio de conhecimentos, nem apenas os mais ambiciosos e mais impetuosos na busca de mobilidade na carreira. Como os cursos virtuais facultam acesso a bolsa de R\$ 400,00 para todos os profissionais que recebem até R\$ 1.700,00 (a imensa maioria dos respondentes), a procura por esses cursos tem se difundido com muita velocidade e o grupo dos alunos reais e potenciais tem se ampliado a ponto de que já se anteveja sua universalização —é lícito

estimar que esses traços anulem, em boa medida, o *bias* temido. Ou, pelo menos, neutralizem seus efeitos em um grau aceitável.

Além dessa limitação, a sondagem corre um segundo risco, complementar ao primeiro mas, certamente, ainda mais grave: a não representatividade dos 64 130 que responderam ao questionário. Sabemos que a quantidade não é garantia de representatividade, isto é, de valor amostral para o conjunto do universo. Por isso, adotamos um procedimento cautelar: separamos as respostas dos policiais civis e militares, dos agentes penitenciários, bombeiros militares e dos guardas municipais, e submetemos esses sub-conjuntos a filtros que redefiniram os valores relativos de cada resposta em cada caso, tomando-se como referência os dados matriciais (relativos a corporação, região e patente) descritivos do universo total. Esses dados foram produzidos pelo levantamento proto-censitário sobre as polícias estaduais e pelos estudos sobre guardas, bombeiros e agentes penitenciários, realizados pela SENASP, sob a coordenação de Marcelo Durante. Em outras palavras, submetemos as entrevistas com os policiais civis e militares, e os demais profissionais referidos, a um filtro que lhes impôs novas ponderações, dotando-as de valor amostral. Desse modo, no que tange aos profissionais mencionados, tornou-se possível formular asserções válidas para o universo em sua totalidade, ou seja, para o conjunto dos policiais civis e militares brasileiros e para as demais categorias mencionadas. Atualmente, segundo dados e estimativas da SENASP, há .684 profissionais de segurança pública --excluídos os policiais federais, rodoviários federais e os peritos não vinculados à Polícia (vide nota técnica no anexo 1). Reitere-se que ficaram de fora dos relatórios conclusivos e das interpretações finais os policiais federais e rodoviários federais, além dos peritos desvinculados da Polícia, porque o número de questionários preenchidos por esses profissionais foi inferior ao mínimo necessário para que se viabilizasse o estudo.

No caso das polícias, optamos por trabalhar com uma só distinção hierárquica.

Nas polícias civis, distinguimos apenas delegados e não-delegados (estes, aqui, serão denominados agentes da polícia civil, ampla categoria que incluirá escrivães, detetives e inspetores —e demais profissionais, entre os quais os peritos pertencentes à PC³). Ao contrário do que acontece com as polícias militares, nem toda polícia civil estadual apresenta o mesmo quadro funcional, ordenado segundo a mesma hierarquia. Mas não foi simplesmente em benefício da simplicidade que decidimos por esse recorte dualista. Julgamos que a bipolaridade traduz a realidade institucional com mais precisão do que qualquer outro sistema classificatório. Afinal, trata-se, na prática, de quase duas instituições (a dos delegados e a de seus colegas): são diferentes as portas de entrada, o *status* interno, os patamares salariais, a autoridade, o prestígio social, as exigências quanto à formação acadêmica, a independência entre responsabilidade e idade (é possível fazer o concurso e tornar-se delegado assim que se conclua a graduação em Direito), poder e experiência (o primeiro não necessariamente decorre do segundo, no caso dos delegados jovens), função efetivamente exercida (gestão pública) e preparação intelectual especializada (bacharelado em Direito).

Nas polícias militares, distinguimos apenas oficiais e não-oficiais. De novo, aqui, não só para simplificar, posto que também a polícia militar é dupla: pode-se defini-la como um compósito de duas proto-instituições bastante diversas, seja pela formação, seja pelo acesso a prerrogativas e recursos (materiais, de autoridade e de prestígio), seja pela forma de ingresso, seja pelas perspectivas de ascensão na carreira, seja pela natureza das próprias funções ou pelas respectivas identidades.

³ 115 peritos vinculados à polícia civil responderam ao questionário. Eles foram agrupados, vale insistir, na categoria “agentes da PC”.

Adotamos a clivagem regional para evitar que alguma eventual distorção quanto à origem dos respondentes viesse a amostra, sabendo-se que as regiões importam, seja por suas diferenças culturais e políticas, seja pela diversidade de experiências institucionais que têm suscitado. Não estabelecemos demarcações por estado, porque não contávamos com as necessárias dimensões quantitativas, suficientemente distribuídas.

Registre-se que as respostas foram oferecidas em ambiente seguro e que o compromisso com o anonimato foi assumido pelos pesquisadores como condição elementar e *sine qua non*, no contrato que toda sondagem implica.

II. Potencialidades da Pesquisa

A pesquisa pode vir a alterar o tradicional equilíbrio de forças, no campo da segurança, ao demonstrar que os intérpretes usuais e os mais frequentes porta-vozes dos profissionais da área talvez não estejam traduzindo os sentimentos e as visões de seus pretensos representados –os quais, portanto, talvez não mereçam esta qualificação. Ou seja, talvez não estejam sendo, de fato, representados, no sentido mais exato, preciso e nobre da palavra.

Por outro lado, os que vocalizam transformações talvez estejam mais sintonizados com os desejos amplamente majoritários nas categorias de que nos ocupamos. Nesse sentido, a considerarem-se os resultados da pesquisa, as reformas das instituições da segurança pública deixam de ser postulações incoerentes de intelectuais e militantes dos direitos humanos, para se converterem em bandeiras autênticas das categorias policiais ou de sua ampla maioria. Eis aí uma virada surpreendente: aqueles que se imaginavam, em certa medida, adversários políticos e ideológicos (pesquisadores acadêmicos e ativistas, por um lado, e policiais, por outro), quando não inimigos (em tantos confrontos verbais e enfrentamentos

políticos radicalizados), aparecem irmanados em torno de propósitos e expectativas comuns, avaliações consensuais e valores compartilhados.

Por sua vez, nesse novo momento, ante o novo quadro de informações, muitos atores que se supunham unidos ou, pelo menos, aliados, emergem apartados, divergindo, quando não em franca contradição –é o caso de lideranças políticas, parlamentares, sindicais ou corporativas, que defendem o *status quo* institucional com pontos de vista estritamente corporativistas e conservadores. Alguns desses agentes --cuja autoridade repousa na pretensão (até aqui não questionada) de representar as categorias que atuam no campo da segurança pública-- desqualificam os proponentes de reformas como se postular mudanças significasse desrespeitar as instituições, ofender sua reputação, agredir sua história e hostilizar os profissionais.

Surpreendentemente, revela-se ilegítima, artificial e desprovida de conteúdo real, portanto, face aos resultados da pesquisa, a postura defensiva e imobilista dos “porta-vozes”, quando não dogmática, autoritária e sectária, contrária a transformações institucionais profundas. Essa postura negativa e francamente reativa de alguns deputados e representantes das categorias tem servido à estagnação do debate público e à inibição de iniciativas reformistas, assustando políticos, governantes e gestores públicos com a ameaça de estigmas abomináveis (e politicamente destrutivos), do tipo: “inimigos da polícia”, “defensores de bandidos”, “tolerantes com o crime”, “inimigos da Constituição”, “românticos e radicais”, “ignorantes da prática e da crua realidade”.

Até aqui, têm sido recorrentes as referências a *lobbies* policiais, a pressões corporativas, a demandas institucionais, a pronunciamentos de lideranças formais das categorias policiais, a declarações oficiais elaboradas em círculos restritos de quadros dirigentes. Com a realização da pesquisa cujos principais resultados ora apresentamos, abrem-se, finalmente, canais

de novo tipo e qualidade para a comunicação entre o universo de 637 mil profissionais que atuam na segurança pública e os demais cidadãos brasileiros. Trata-se também de uma oportunidade para que as legítimas representações corporativas e políticas se fortaleçam, e para que o lapso de representatividade das demais seja corrigido pela mobilização dos próprios profissionais, com o apoio e em diálogo com os organismos da sociedade civil.

Apesquisa não se esgota na tematização das mudanças institucionais. Seu espectro de abrangência é muito mais amplo e pode ser consultado lendo-se a íntegra do questionário (anexo 2).

III. Histórico da Pesquisa e sua relação com a Conferência Nacional de Segurança Pública

A pesquisa decorreu da iniciativa do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e, mais especificamente, do corpo técnico que assessora o ministro, em acolhimento de sugestão formulada pelos pesquisadores, no período em que se discutiam e formulavam os conceitos e métodos que norteariam a complexa dinâmica das conferências municipais, estaduais e nacional de segurança pública.

A primeira troca de idéias ocorreu em Brasília, no gabinete do chefe de gabinete do Ministro, Ronaldo Teixeira, em dezembro de 2007. O tema da reunião eram as reformas estruturais das polícias, sempre adiadas mas indispensáveis --reformas que o Pronasci não pudera priorizar mas que, nem por isso --reconhecia o próprio *staff* ministerial-- deveriam ser negligenciadas. O Ministério valorizava o tema e mostrava-se aberto para incorporá-lo em sua agenda, assim que sobreviessem condições políticas adequadas. Naquela oportunidade, Alberto Liebling Kopittke e Luiz Eduardo Soares compartilharam reflexões otimistas sobre a função

que um processo nacional de debates poderia desempenhar. Ao longo dos meses subseqüentes, sucedeu-se extensa troca de mensagens: Kopittke, no Ministério da Justiça, em Brasília; Soares, na Universidade Harvard, em Cambridge, nos Estados Unidos. Após o retorno ao Brasil deste último e ante a aproximação do *deadline* para o lançamento da convocação nacional para o processo de conferências, em maio de 2008, os interlocutores decidiram reunir-se para um diálogo mais profundo e sistemático sobre as idéias intercambiadas, virtualmente, ao longo de meses. Para o encontro foram convidados Marcos Rolim, Fernanda Alves dos Anjos, Eduardo Rombauer e Miriam Guindani. Silvia Ramos em breve se engajaria no processo.

O ponto mais significativo e complicado, que dividia opiniões, dizia respeito à participação dos profissionais da segurança pública, particularmente dos policiais, no processo das conferências. A dúvida era: teriam eles liberdade para se pronunciar, a despeito dos constrangimentos gerados pela eventual presença de superiores hierárquicos? Sobretudo para os policiais militares, essa questão soava pertinente e delicada. E mais: sua presença inibiria a espontaneidade dos representantes da sociedade civil? Dependendo do caso, talvez isso tivesse elevadas chances de acontecer. O que fazer, então? Implantar uma dinâmica paralela, destinada apenas aos policiais? Mas isso não acabaria por reproduzir preconceitos, afastamentos e dificuldades de comunicação? Isso não concorreria para aumentar o fosso que, justamente, provoca as interrogações sobre a conveniência do método integrador e unificado de participação societária e policial? Por outro lado, de que adiantaria introduzir a duplicidade de dinâmicas se, no interior das instituições policiais, o problema dos cerceamentos e censuras veladas poderia repetir-se e até mesmo agudizar-se?

Soares consultou Rolim e ambos submeteram aos parceiros do MJ a sugestão de que, independentemente da metodologia participativa e interlocucionária adotada, o Ministério patrocinasse uma consulta aos policiais, conduzida sob a forma de uma pesquisa que transcendesse, inclusive, os limites de uma convencional e superficial pesquisa de opinião. Seria uma forma de reduzir os eventuais danos decorrentes das dificuldades intrínsecas ao método aplicado nas conferências, das quais os policiais de diferentes patentes tomariam parte, lado a lado com os demais cidadãos. Alberto Kopittke e seus companheiros concordaram com a sugestão e se comprometeram a levar ao ministro a proposta, o que efetivamente se cumpriu e do que resultou o convite para a pesquisa, cujos resultados ora se descrevem.

Por isso, podemos afirmar que a pesquisa é indissociável do processo desencadeado pela conferência e que seus resultados estão destinados a complementar e enriquecer aqueles que forem produzidos pela dinâmica nacional de debates.

IV. Os Policiais e as Mudanças

Ao contrário do que talvez suponha a opinião predominante na sociedade brasileira a respeito dos policiais, eles, em sua grande maioria, desejam, sim, mudanças institucionais profundas, querem novas polícias, não aprovam as polícias em que atuam, nem concordam com o atual modelo organizacional, e estão maduros para discutir esses temas tão complexos e urgentes. Ao contrário também do que talvez o imaginário popular suponha, os policiais militares são mais “mudancistas” do que os civis. E mais uma vez contra a tendência dominante nas especulações usuais, os oficiais, nas PMs, são quase tão “mudancistas” quanto os não-oficiais.

Tabela 1.A – Opinião dos profissionais sobre modelos de polícia segundo corporação e patente

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Polícias Militares/ Civis unificadas estaduais civis	42,1%	15,8%	28,1%	43,7%	25,3%	27,3%	24,5%	34,4%
Polícias Militares/ Civis unificadas estaduais militares	18,8%	27,1%	3,0%	1,7%	19,1%	11,2%	12,0%	15,4%
Implantação de polícias atuando em circunscrição geográfica	6,3%	15,2%	6,7%	4,9%	6,2%	13,0%	8,7%	7,7%
Implantação de polícias atuando conforme tipos de crimes	9,8%	18,7%	13,4%	6,1%	13,0%	15,7%	18,1%	12,2%
Manutenção do atual modelo de polícia	14,6%	18,6%	41,0%	40,1%	18,0%	18,8%	22,2%	20,2%
Não tenho opinião formada sobre o assunto	8,4%	4,7%	7,7%	3,5%	18,5%	13,9%	14,6%	10,0%

P. Na maioria dos países, as competências das polícias são definidas segundo dois critérios básicos: ou as polícias atuam em áreas geográficas próprias (“cada uma em seu quadrado”) ou as polícias atuam, de forma especializada, frente à natureza dos tipos penais (cada polícia é responsável por certos tipos de crime). Desta forma, as polícias possuem o que se convencionou chamar de “ciclo completo de policiamento”. No Brasil, temos outro modelo onde as polícias estaduais atuam na mesma área geográfica e tratam dos mesmos crimes, havendo uma divisão de competência que confere a cada uma delas metade do ciclo policial. Cabe às polícias militares as funções ostensivas de patrulhamento e prevenção e, às polícias civis, as funções judiciais de investigação. Em sua opinião, o que seria o modelo mais adequado para a realidade brasileira atual? Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Alguém poderia deduzir que, mesmo tendo mais a perder, os oficiais das polícias militares estariam dispostos a sacrificar o poder acumulado e arriscar as prerrogativas, em nome de um avanço histórico que os aproximasse do ideal de uma polícia mais eficiente e, quiçá, compatível com o Estado Democrático de Direito. Mas essa hipótese altruísta talvez deva ser temperada com uma boa dose de ceticismo quanto à generosidade supostamente embutida na disposição favorável à mudança, uma vez que 27,1% dos oficiais declaram identificar-se com a proposta de unificação, em cada estado, das polícias militar e civil, desde que a nova polícia unificada seja militar. Em outras palavras, 27,1% dos oficiais gostariam que a polícia

militar absorvesse a polícia civil, o que provocaria, provavelmente, a expansão e não o cancelamento de suas prerrogativas.

A convergência pró-mudança das opiniões de praças e oficiais é forte, ainda que variem as alternativas propostas. Os policiais civis também apóiam as mudanças, mas por estreita margem e com grande divisão interna –os delegados sendo muito menos conservadores do que os agentes. De todo modo, qualquer que seja o ângulo pelo qual se examinem as posições, impõe-se como inequívoca a rejeição ao *status quo* institucional, insinuando-se, no horizonte, uma poderosa coalizão mudancista. Apenas **15%** dos policiais militares brasileiros defendem a manutenção do atual modelo de polícia. **77%** querem mudança. Nas polícias civis brasileiras, 41% dos agentes e 40,1% dos delegados defendem o atual modelo, mas 56,4% dos delegados e 51,2% dos agentes desejam mudança. Quando somamos as opiniões anti-mudança, os percentuais são: 40,9% dos policiais civis e 15% dos policiais militares (sem distinção de patente). Quando computamos as preferências pró-mudança, independentemente das patentes, chegamos a **51,9%** dos policiais civis e **77%** dos policiais militares.

Tabela 1. B – Opinião dos profissionais sobre modelos de polícia segundo corporação

	PM	PC	BOMB	GM	PENIT	TOTAL
Polícias Militares/Civis unificadas estaduais civis	39,9%	29,7%	25,3%	27,3%	24,5%	34,4%
Polícias Militares/Civis unificadas estaduais militares	19,5%	2,9%	19,1%	11,2%	12,0%	15,4%
Implantação de polícias atuando em circunscrição geográfica	7,1%	6,6%	6,2%	13,0%	8,7%	7,7%
Implantação de polícias atuando conforme tipos de crimes	10,5%	12,7%	13,0%	15,7%	18,1%	12,2%
Manutenção do atual modelo de polícia	15,0%	40,9%	18,0%	18,8%	22,2%	20,2%
Não tenho opinião formada sobre o assunto	8,1%	7,3%	18,5%	13,9%	14,6%	10,0%

Se somarmos as opiniões de todos os profissionais da segurança (os não policiais serão ouvidos com a devida e exclusiva atenção no próximo tópico), concluiremos que apenas **20,2%** preferem manter o atual modelo dualista --com duas polícias estaduais, uma civil e outra militar, dividindo o ciclo do trabalho policial (uma realizando o policiamento ostensivo; outra, a investigação). Os que não têm opinião somam, agregando-se todas as categorias, 10% (8,1% dos PMs e 7,3% dos PCs não têm opinião). Isso significa que **69,8%** de todos os profissionais da área se identificam com a mudança.

Para os autores da pesquisa --há décadas envolvidos com a problemática, em diferentes domínios--, essas conclusões valem por si mesmas o trabalho de uma vida e, mesmo não sendo esse o *locus* adequado para a expressão de sentimentos, tomam a liberdade de ignorar, momentaneamente, a gramática das ciências sociais e as boas maneiras acadêmicas, para manifestar seu otimismo ante as perspectivas de reencontro e diálogo, construção de consensos e avanços objetivos.

Focalizando os dados em mais detalhes, verificamos algumas características extremamente significativas, além daquelas já assinaladas.

Dos policiais militares que não são oficiais (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), 42,1% preferem que a polícia seja unificada, e que essa nova polícia unificada seja civil. 18,8% dos não-oficiais optam pela unificação, desde que a nova polícia unificada seja militar. Como foi dito acima, a distribuição das preferências entre os oficiais é diferente. Entre os oficiais, não passam de 15,8% aqueles que se identificam com a proposta de unificação das polícias, desde que a nova polícia oriunda do processo

de unificação seja civil. Invertem-se, portanto, as tendências das opiniões relativas às mudanças institucionais, os oficiais demonstrando muito mais apreço pela identidade militar do que os não-oficiais. Somando-se os que desejam a substituição do formato militar por um formato civil, chegamos a um percentual elevado: 39,9%. Esse número, na verdade, está subestimado, porque deixamos de computar como opções pró-formato civil as respostas que indicam preferência por divisão das polícias segundo tipos de crime e circunscrições geográficas. Nada garante, entretanto, que tais opções, na opinião dos policiais militares, devam se revestir de formato civil ou militar. Não se formulou essa indagação. Por isso, se não é lícito aumentar arbitrariamente o número dos pró-formato civil, tampouco seria aceitável sustentar que a integralidade daqueles que aderem a esses outros modelos identifica-se com o formato militar. Essa questão permanece em aberto. De todo modo, é extraordinariamente significativo que **39,9%** dos policiais militares de todas as patentes prefiram um modelo civil de polícia. Poder-se-ia afirmar, sem erro, que *pelo menos* 39,9% dos próprios militares são contrários ao formato militar.

É possível que essa rejeição ao modelo militar de um contingente tão expressivo de profissionais guarde relação direta com as opiniões manifestadas a propósito de alguns tópicos particularmente sensíveis, como hierarquia e disciplina, conforme veremos na próxima unidade (V), e com processos de vitimização (vide unidade XII), decorrentes do modo pelo qual o formato militar tem sido praticado e vivido, nas polícias brasileiras —e que não constitui o único modo de existência do modelo militar, o que significa que a rejeição de que tratamos pode ter como objeto a variante conhecida e experimentada entre nós do formato militar, e talvez não expresse oposição a todo e qualquer forma de organização policial militar. É preciso máxima cautela na análise dos dados para evitar que as expectativas e preferências dos pesquisadores intervenham e imputem aos respondentes mais do que eles efetivamente comunicaram. Por outro

lado, constituiria equívoco equivalente subestimar a importância do que está afirmado com nitidez insofismável: foi dirigido um robusto “não” ao modelo militar de polícia, tal como realizado até hoje, no Brasil. Este “não” talvez possa tornar-se um “sim” caso a forma de que se reveste o modelo militar mude em aspectos cruciais como: o regimento disciplinar, o proverbial desrespeito aos direitos constitucionais dos policiais, a hierarquia enrijecida atravancando a plasticidade e o dinamismo da gestão e do trabalho na ponta, a vinculação ao Exército enquanto grilhão que imobiliza a estrutura organizacional e a cultura corporativa. Trataremos desses pontos em seguida.

Observe-se que esse fenômeno não ocorre na Polícia Civil, onde apenas 2,9% (3% dos agentes, e 1,7% dos delegados) desejam que as polícias se unam para a formação de uma instituição de natureza militar. O curioso é que, no pequeno universo dos civis que anseiam pela militarização (seria mais exato dizer: que anseiam pela unificação e pela militarização, simultaneamente), a maior parte é composta por não-delegados, o que equivale a dizer que os extratos superiores divergem dos subalternos, em ambas as polícias, e o fazem na mesma direção: os profissionais que ocupam as posições hierárquicas inferiores na polícia militar têm menos identificação com a natureza militar de sua corporação do que seus superiores, e os profissionais que ocupam posições simétricas ou análogas, na polícia civil, --ou seja, hierarquicamente inferiores-- são mais refratários à natureza civil de sua instituição do que seus superiores (comparando-se os segmentos que, em cada polícia, são favoráveis à unificação e à mudança da natureza --civil ou militar-- da instituição em que exercem o trabalho policial). Mas os números são residuais e não sustentam conclusões seguras. Assinalamos esse viés a título de curiosidade para pesquisas específicas futuras.

Uma nova arquitetura institucional, em que cada polícia ficaria responsável por controlar determinados tipos de crime aparece com

destaque nas preferências. É a segunda colocada, na opinião de todos, enquanto opção de modelo policial –se agregarmos como um único modelo os dois formatos, civil e militar, de unificação. Para os oficiais da PM, esse modelo fica abaixo apenas –na hierarquia das preferências-- da unificação com formato militar, que tem o apoio de 27,1%.

18,7% dos oficiais escolheram o modelo que atribui a cada polícia a responsabilidade sobre certos tipos de crime (o que acabaria com a fratura do ciclo de trabalho policial e geraria outra forma de complementaridade: segundo o objeto e não mais segundo a natureza da tarefa), contra 18,6% que se posicionaram pela manutenção do atual modelo, contra 15,8% que se manifestaram a favor da unificação em formato civil, contra 15,2% que adotaram a solução que distingue as polícias por sua atuação espacial, ou seja, de acordo com circunscrição geográfica (nem tipo de crime, nem a atual divisão do ciclo, entre investigação e ostensividade). 4,7% afirmaram não ter opinião.

IV.1. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

É preciso examinar os dados com cautela. Deixamos o universo em que profissionais se pronunciam sobre as instituições nas quais trabalham e ingressamos em um domínio em que as opiniões se referem a realidades que não envolvem, diretamente, aqueles que opinam –por mais relevantes que elas sejam para o campo em que atuam. Esse deslocamento altera o sentido dos posicionamentos, que deixam de ter implicações práticas com conseqüências diretas sobre quem profere a opinião. Em outras palavras: é claro que são diferentes pontos de vista enunciados por observadores distantes e relativamente neutros, daqueles emitidos por policiais militares a respeito da transformação da PM em uma instituição civil. Ainda que, nesse caso específico, distância e neutralidade devem ser entendidos como

indicações apenas distintivas do envolvimento pleno. Afinal, os bombeiros de que tratamos são militares, organizados –tanto quanto os policiais— de acordo com a verticalidade hierárquica do Exército. Os agentes penitenciários, por sua vez, frequentemente se veem instados a interagir com policiais militares, quando não estão a eles submetidos, na gestão de unidades prisionais. Os guardas civis municipais, de sua parte, não raro são comandados por oficiais da PM e desejam que suas corporações se convertam em símiles da PM –o que, por outro lado, suscita resistências nas PMs, que temem a expansão das responsabilidades e do poder das Guardas, a qual corresponderia --na especulação corporativista de tipo defensivo e competitivo, numa linguagem que segue a lógica do jogo de soma zero—à redução da importância das Polícias militares.

É nesse contexto que devemos interpretar as respostas obtidas. Necessário ainda sublinhar que não foram desagregadas as patentes quando organizamos os dados relativos a essas instituições não-policiais. Portanto, as opiniões de oficiais e não-oficiais aparecem agregadas, quando nos reportamos aos bombeiros.

Entre os guardas civis municipais, 27,3% pronunciaram-se pela unificação das polícias, sob formato civil. Essa mesma posição foi escolhida por 25,3% dos bombeiros militares e por 24,5% dos agentes penitenciários. Nas duas instituições e entre os agentes (estes não integram uma instituição à parte, constituindo-se em categoria inscrita no ordenamento funcional do sistema penitenciário), essa opção foi adotada pela maioria, seguindo-se –na opinião de 18,1% dos agentes penitenciários e de 15,7% dos guardas civis municipais-- a separação entre as polícias por tipo de crime. Os bombeiros divergiram: a segunda proposta mais indicada entre eles foi a unificação em formato militar (19,1%). A terceira, na linha de preferência dos bombeiros, foi a divisão por tipo de crime (13%). Se considerarmos a unificação uma só proposta, reduzindo os formatos civil e

militar a qualificações (muito importantes mas vicárias), a segunda opção dos bombeiros coincide com a escolha dos demais.

Focalizando-se a pergunta chave, que divide o universo das respostas em dois conjuntos antagônicos, capturamos o gradiente da opinião favorável à manutenção do atual modelo de Polícia. Vimos que ela é sempre minoritária, mas apresenta nuances bastante significativos e varia em uma escala considerável. Lê-la com atenção permite avaliar, por contraste, as dimensões das opiniões mudancistas e suas variações.

Entre as categorias não-policiais, os agentes penitenciários constituem o grupo que apresenta o maior percentual de defesa do *status quo*: 22,2%. Em seguida estão os guardas municipais (18,8%) e, por fim, os bombeiros, entre os quais somente 18% optaram pela manutenção do atual modelo –paradoxalmente, para os observadores que confundem a natureza militar de sua função com tendências conservadoras e corporativistas. Compulsando as respostas dos policiais –a redundância talvez aqui se justifique--, recordemo-nos que 40,9% (segundo a soma ponderada) dos integrantes da Polícia Civil (41% dos agentes e 40,1% dos delegados) são favoráveis ao atual modelo, o que situa esta instituição na vanguarda destacada da posição favorável ao *status quo* –ainda que a maioria de seus profissionais se alinhe com os segmentos mudancistas. Por outro lado, essa perspectiva de leitura permite identificar a PM como o *locus* institucional, por excelência, das posições favoráveis a mudanças (apenas 15%, na PM, optaram pela manutenção do atual modelo –18,6% dos oficiais e somente 14,6% dos não-oficiais). Em resumo, o grupo mais favorável a mudanças são os não-oficiais da Polícia Militar, e os menos favoráveis são os agentes da Polícia Civil.

Sem dúvida, não seria correto congelar o quadro de distribuição de preferências que a aplicação da pergunta em pauta permite flagrar. Por uma razão muito simples: as opções para a mudança oferecidas no questionário

aos respondentes representam algumas das principais alternativas em debate, entre os estudiosos da área e os profissionais do campo da segurança e da Justiça criminal, mas o repertório das possibilidades é bem mais amplo e inclui várias outras hipóteses. Dois exemplos têm sido bastante discutidos e merecem, aqui, menção, ainda que sumária. Uma proposta é a da municipalização da segurança pública (processo que teria início com a criação de Polícias de ciclo completo municipais, nas cidades com mais de um milhão de habitantes). Outra hipótese é a desconstitucionalização do modelo policial ou da arquitetura institucional das polícias (transferindo-se para os estados a responsabilidade e a autoridade para definir aquele desenho organizacional ou modelo policial que lhe pareça mais compatível com suas necessidades, e mais adequado às suas características —e às peculiaridades positivas e negativas de suas Polícias). A proposta da desconstitucionalização apenas se completa com a afirmação de dois compromissos complementares: a garantia dos direitos trabalhistas dos policiais e o projeto de normatização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a qual corresponderia à regulamentação nacional de exigências mínimas, válidas para todas as polícias existentes ou por existir, relativas às áreas da formação (capacitação e treinamento), informação, gestão, perícia, prevenção —articulação inter-setorial—e controle externo. Desse modo, os estados que decidissem dissolver e substituir suas Polícias teriam de aproveitar seus policiais e respeitar as exigências estipuladas no SUSP. Em o fazendo, evitariam que a autonomia federativa implicasse aumento da fragmentação, e qualificariam as novas instituições (ou as antigas, caso fossem mantidas).

Portanto, se o cardápio de propostas é mais rico, as escolhas registradas nas respostas ao questionário apenas traduzem a preferência quando aquelas opções (e não outras) são apresentadas. Essa conclusão desestabiliza qualquer certeza relativamente às opiniões que os policiais e os demais profissionais consultados na pesquisa têm a respeito dos

modelos alternativos de polícia. Entretanto, essas considerações em nada afetam a **clara e insofismável manifestação da maioria por mudança**, isto é, contra a manutenção do atual modelo. Em uma palavra, se não pode ser depreendido, da análise dos dados, que a maioria dos profissionais brasileiros que trabalham nas Polícias, nas Guardas Municipais, no Sistema Penitenciário (como agentes) e nos Corpos de Bombeiros Militares, deseja a unificação das Polícias, em formato civil, pode, sim, ser depreendido que: (1) a maioria não quer a manutenção do *status quo* institucional; e (2) se confrontada com aquelas opções listadas pelo questionário (e apenas com aquelas), preferirá a unificação e o formato civil.

Outro ponto relevante a sublinhar é a falta de debate na sociedade brasileira --em Universidades, Partidos, Movimentos Sociais, ONGs, Associações, Sindicatos, Igrejas, na Mídia, e nas próprias instituições da segurança pública (inclusive nos institutos de pesquisa)-- a propósito da arquitetura institucional ou de modelos policiais alternativos. Reconhecer essa precariedade significa dizer que as escolhas dos profissionais poderão sofrer alterações, se o ambiente político-cultural passar a estimular o debate e se a taxa média de acesso à informação elevar-se. Contudo, nada disso altera --ao contrário, só reforça-- o fato de que a maioria que se manifestou na sondagem a favor de mudanças conhece suficientemente o modelo em vigor no Brasil. Ou seja, a preferência por mudança é sólida, consistente, apoiada em informações suficientes, ainda que a alternativa a construir permaneça em aberto --o que, conforme afirmamos, é razoável supor.

V. Hierarquia e Disciplina

V.1. Ouvindo os policiais

Quando identificamos o predomínio das opiniões contrárias ao modelo militar mesmo entre os policiais militares, remetemos à avaliação que fazem do que sejam a disciplina e a hierarquia na PM. Certamente,

haverá outras razões subjacentes à aludida rejeição, mas a visão fortemente negativa desses aspectos com toda certeza cumpre papel determinante –e, no caso dos policiais militares, é bem mais que um juízo intelectual ou ideológico: é a expressão reativa de uma vivência que apresenta aspectos traumáticos (conforme será demonstrado na unidade XII, já referida).

Tabela 2 – Opiniões sobre hierarquia e disciplina nas corporações

		Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
1. A atual vinculação da Polícia Militar ao Exército é adequada	Sim	26,9%	41,3%	31,4%	23,5%	42,0%	43,4%	47,4%	32,9%
	Não	69,3%	57,0%	55,2%	70,3%	50,9%	45,7%	36,8%	60,0%
	Não sei	3,8%	1,8%	13,4%	6,2%	7,2%	10,9%	15,9%	7,1%
2. A hierarquia de sua instituição provoca desrespeito e injustiças profissionais	Sim	73,3%	47,8%	57,5%	46,0%	62,5%	59,4%	55,9%	65,6%
	Não	24,4%	50,9%	39,9%	51,7%	35,0%	38,0%	41,3%	32,0%
	Não sei	2,3%	1,3%	2,6%	2,3%	2,5%	2,7%	2,8%	2,4%
3. A hierarquia é fraca ou insuficiente em sua instituição	Sim	23,5%	26,6%	44,9%	62,4%	25,3%	62,9%	61,4%	34,6%
	Não	72,3%	71,9%	51,1%	34,7%	71,0%	33,8%	34,8%	61,6%
	Não sei	4,3%	1,5%	4,1%	2,9%	3,7%	3,2%	3,9%	3,9%
4. Falta disciplina em sua instituição	Sim	27,4%	36,3%	56,9%	70,9%	26,2%	57,2%	62,3%	38,4%
	Não	70,3%	62,7%	40,5%	27,4%	71,6%	40,5%	35,7%	59,3%
	Não sei	2,3%	1,0%	2,6%	1,7%	2,2%	2,3%	2,0%	2,3%
5. Há muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança pública	Sim	81,0%	57,7%	58,9%	42,6%	67,1%	68,1%	63,6%	72,2%
	Não	16,4%	40,9%	35,2%	55,3%	29,0%	28,3%	31,7%	24,5%
	Não sei	2,6%	1,4%	5,9%	2,1%	3,9%	3,6%	4,7%	3,4%
6. Há um número excessivo de níveis hierárquicos em sua instituição	Sim	65,2%	39,6%	24,6%	27,6%	52,7%	30,4%	36,8%	50,7%
	Não	31,6%	59,4%	73,3%	71,4%	43,7%	67,5%	61,1%	46,6%
	Não sei	3,2%	0,9%	2,1%	0,9%	3,6%	2,1%	2,1%	2,7%

7. Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança	Sim	33,2%	10,1%	14,2%	6,9%	23,7%	19,7%	19,4%	25,6%
	Não	61,3%	89,0%	82,3%	92,5%	69,2%	75,3%	74,9%	69,3%
	Não sei	5,5%	0,9%	3,5%	0,7%	7,1%	5,0%	5,6%	5,0%
8. Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança	Sim	30,2%	11,4%	15,7%	15,3%	21,0%	17,8%	16,5%	23,8%
	Não	63,8%	87,6%	80,3%	84,0%	71,7%	77,4%	77,6%	70,8%
	Não sei	6,0%	1,0%	4,0%	0,7%	7,3%	4,8%	5,9%	5,4%
9. Todos os agentes de segurança pública (policiais e outros) devem ter direito à greve	Sim	81,3%	59,6%	90,9%	83,1%	74,6%	79,3%	87,2%	81,3%
	Não	13,9%	36,9%	5,5%	14,6%	19,9%	16,0%	8,8%	14,2%
	Não sei	4,9%	3,5%	3,6%	2,3%	5,5%	4,7%	4,1%	4,6%
10. Todos os agentes de segurança pública devem ter direito a organizar-se em sindicatos	Sim	91,5%	80,0%	98,0%	95,6%	89,9%	94,9%	97,6%	92,6%
	Não	5,8%	18,0%	1,3%	4,1%	7,4%	3,4%	1,2%	5,3%
	Não sei	2,7%	2,0%	0,7%	0,2%	2,8%	1,7%	1,1%	2,1%

P. A seguir encontram-se perguntas sobre hierarquia e disciplina nas polícias e demais forças de segurança. Por favor, marque sim ou não para cada pergunta

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

73,3% dos não-oficiais da Polícia Militar consideraram que “a hierarquia de sua instituição provoca desrespeito e injustiças profissionais”. Essa opinião, porém, é qualificada por outro conjunto de respostas: 81% dos não-oficiais sustentaram que “há muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança pública”. Portanto, além de hierarquia excessiva –65,2% dos não-oficiais optaram pela resposta: “há um número excessivo de níveis hierárquicos em sua instituição”-, constataram a existência de um rigor que gera desrespeito e injustiças, e cujo foco está equivocado. Exatamente as questões que afetam a segurança pública são tratadas com menos rigor do que seria necessário. Assim sendo, o problema não é o rigor, mas sua direção e a forma de seu exercício, em um contexto no qual a hierarquia é hipertrofiada.

Entre os oficiais da PM, a avaliação é diferente, o que seria de se prever, uma vez que esses temas são justamente os que mais profundamente dividem, no plano das opiniões, as duas quase-corporações que convivem na instituição, separadas por salários, poder, prestígio e expectativas de ascensão: o universo dos oficiais e o mundo profissional dos não-oficiais. 59,4% opinaram que não há um número excessivo de níveis hierárquicos em sua instituição⁴ (em contraste com o posicionamento de 65,2% dos não-oficiais). 50,9% dos oficiais avaliaram que a hierarquia da PM não provoca desrespeito e injustiças, contra 47,8%, que concordaram com a maioria dos não-oficiais – a distribuição razoavelmente equilibrada é extremamente significativa e desnuda, nesse caso, a precária legitimidade da hierarquia tal como, hoje, se estrutura. Entre os oficiais, 36,3% assinalaram a opção afirmativa, ante a pergunta: “Falta disciplina em sua instituição?”, enquanto 27,4% dos não-oficiais assumiram a mesma posição minoritária. Parece claro que os oficiais mostraram-se menos críticos da disciplina --ainda que 48,4% a critiquem-- e revelaram, em maior número, ponderar que ela chega a ser insuficiente. Todavia, até mesmo entre oficiais é majoritária (57,7% contra 40,9%) a avaliação segundo a qual o rigor com que se exerce a disciplina está mal direcionado.

Nenhum dos dois grupos admitiu que hierarquia e disciplina rigorosas tornem dispensáveis os controles interno (89% dos oficiais e 61,3% dos não-oficiais disseram que não) e externo (87,6% dos oficiais e 63,8% das praças responderam “não”).

As opiniões sobre direito de greve e sindicalização para todos os agentes da segurança pública confluíram para um poderoso consenso, ainda

⁴ Registre-se que o número de níveis apresenta algumas variações. Todas as PMs têm soldados, cabos e sargentos, além dos oficiais: aspirantes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis. Algumas hierarquizam os sargentos em três categorias: primeiro, segundo e terceiro sargento. E dividem os tenentes em dois níveis: primeiro e segundo. Algumas incluem, entre as praças, subtenentes. Portanto, no mínimo são nove os estratos e, no máximo, treze.

que a questão especificamente da greve tenha merecido uma ponderação mais nuançada. Pró-sindicalização manifestaram-se 91,5% dos não-oficiais e 80% dos oficiais; a favor da greve, 81,3% e 59,6%, respectivamente. Não é irrelevante, contudo, que 36,9% dos oficiais tenham se pronunciado contra o direito de greve que se estendesse para todos os profissionais da segurança pública. Nesse caso, a formação militar e a compreensão das peculiaridades de uma instituição militar pesaram. Essa questão relaciona-se diretamente com a vinculação entre a PM e o Exército, de que trataremos adiante.

Na Polícia Civil, pelo direito de greve para todos os profissionais da área posicionaram-se 83,1% dos delegados e 90,9% dos agentes; e em defesa da sindicalização, 95,6% e 98%, respectivamente.

Os delegados reagiram de uma forma bastante parecida com os oficiais, ante a pergunta sobre hierarquia, desrespeito e injustiça: 51,7% afirmaram que a hierarquia vigente em sua instituição não promove esses danos, enquanto 46% demonstraram pensar o contrário. A divisão é inequívoca. Já os agentes, em uma escala menor do que aquela verificada nas respostas dos não-oficiais, declararam-se críticos da hierarquia, construindo uma maioria expressiva: 57,5% a 39,9%.

A pergunta seguinte desnudou a separação entre as duas quase-corporações dentro da instituição. Indagados se “a hierarquia é fraca ou insuficiente em sua instituição”, os delegados responderam que sim (62,4% contra 34,7%) e os agentes, que não (51,1% contra 44,9%).

Questionados se “falta disciplina em sua instituição”, os delegados disseram “sim” (70,9% contra 27,4%) e os agentes concordaram, ainda que formando uma maioria muito menos pronunciada (56,9% contra 40,5%).

Hierarquia e disciplina não são sinônimos, ainda que a segunda se ancore na primeira, quando esta existe. Não sendo o caso, a disciplina pode vigor por si mesma, garantida pelo pacto dos iguais, supervisionado pela coletividade ou pelo sub-grupo (ou pelo mecanismo) que a represente.

Por isso, a divergência sobre a carência ou não de hierarquia está, provavelmente, ligada ao tipo de organização que estrutura a Polícia Civil –e aos problemas e conflitos que suscita: delegados formam uma casta funcionalmente superior a seus colegas policiais civis (o que se expressa em salário, autoridade e prestígio), mas estes últimos não se submetem a uma ordem hierárquica clara e que tenha impacto sobre a disciplina. Os delegados distinguem-se, frequentemente, por classes --primeira, segunda e terceira, ou especiais--, as quais, entretanto, não têm sentido propriamente hierárquico, servindo sobretudo como fonte de privilégios na alocação entre delegacias e funções institucionais.

Quanto à disciplina, há uma nítida tendência ao consenso. Na situação atualmente vivida pela Polícia Civil, a constatação de que a disciplina é frágil permeia a percepção dos profissionais diretamente envolvidos e não escapa aos observadores externos. Mesmo assim, a disciplina que existe se materializa em um rigor mal direcionado: esta a opinião majoritária emitida pelos agentes (58,9% contra 35,2%) e contestada pelos delegados, que responderam “não” (55,3% contra 42,6%). Novamente, aqui, as categorias se afastam.

Por outro lado, parece claro à grande maioria de ambas as categorias que não há, na PC, um número excessivo de estratos hierárquicos: 71,4% dos delegados e 73,3% dos agentes manifestaram-se de acordo com essa avaliação.

Delegados (92,5%) e agentes (82,3%) também concordaram com a opinião de que hierarquia e disciplina rigorosas não tornam dispensável o controle interno, nem o controle externo (84% dos delegados e 80,3% dos agentes).

69,3% dos não-oficiais da PM julgaram inadequada a vinculação de sua instituição ao Exército. Os oficiais mostraram-se mais benevolentes,

como seria de se esperar. Mesmo assim, 57% concordaram com os não-oficiais. As opiniões dos Delegados e agentes da Polícia Civil convergiram entre si e com seus colegas da PM: 70,3% e 55,2%, respectivamente, identificaram-se com a avaliação negativa do vínculo entre a Polícia Militar e o Exército.

Sobre essa questão delicada e estratégica, vale a pena dedicar alguma reflexão, mesmo que ao preço de um digressão que nos afaste, momentaneamente, da análise dos dados.

V.2. A Polícia Militar, o Exército e alguns embaraços legais

Segundo a Constituição, as Polícias Militares são forças auxiliares e reserva do Exército (art. 144, parágrafo 6º) e sua identidade tem expressão institucional por intermédio do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Em resumo, isso significa o seguinte: o Exército é responsável pelo “controle e a coordenação” das polícias militares, enquanto as secretarias de Segurança dos estados têm autoridade sobre sua “orientação e planejamento”.

Em outras palavras, os comandantes gerais das PMs devem reportar-se a dois senhores. Indicá-los é prerrogativa do Exército (art. 1 do Decreto-Lei 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que modifica o art. 6 do Decreto-Lei 667/69), ao qual se subordinam, pela mediação da Inspeção-Geral das Polícias Militares (que passou a integrar o Estado-Maior do Exército em 1969), as segundas seções (as PM2), dedicadas ao serviço de inteligência, assim como as decisões sobre estruturas organizacionais, efetivos, ensino e instrução, entre outras. As PMs obrigam-se a obedecer regulamentos disciplinares inspirados no regimento vigente no Exército (art.18 do Decreto-Lei 667/69) e a seguir o regulamento de administração

do Exército (art. 47 do Decreto 88.777/83), desde que este não colida com normas estaduais.

Há, portanto, duas cadeias de comando, duas estruturas organizacionais, convivendo no interior de cada Polícia Militar, em cada estado da Federação e no Distrito Federal. Uma delas vertebrava a hierarquia ligando as praças aos oficiais, ao comandante-geral da PM, ao secretário de Segurança e ao governador; a outra vincula o comandante-geral da PM ao comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República. Apesar da autoridade estadual sobre “orientação e planejamento”, a principal cadeia de comando é a que subordina as PMs ao Exército. Não é difícil compreender o primeiro efeito da duplicidade assimétrica: as PMs estaduais constituem, potencialmente, riscos ao princípio federativo.

Nada disso foi percebido, porque o Exército tem tido imensa sensibilidade política e tem sido parcimonioso no emprego de suas prerrogativas. Quando deixar de sê-lo e, por exemplo, vetar a nomeação de algum comandante-geral, as consequências serão muito sérias. Não obstante as cautelas do Exército, os efeitos da subordinação estrutural ao Exército têm sido sentidos no cotidiano de nossas metrópoles. Na medida em que as PMs não estão organizadas como polícias, mas como pequenos exércitos desviados de função, os resultados são, salvo exceções de praxe, a realidade conhecida, que não satisfaz a sociedade nem os profissionais: precariedade no enfrentamento da problemática da criminalidade, dificuldade para exercer controle interno (o que implica o convívio com elevadas taxas de corrupção), frequente insensibilidade no relacionamento com os cidadãos.

Polícias não são Exércitos: são instituições destinadas a manter a paz por meios pacíficos; a garantir direitos e liberdades consagrados pela Constituição, coibindo práticas que os firam, recorrendo ao uso comedido da força, associado à mediação de conflitos, nos marcos da legalidade e

em estrita observância dos direitos humanos. Por isso, muitos estudiosos, ativistas e profissionais da segurança pública, consideram que qualquer projeto conseqüente de reforma das Polícias Militares, para transformar métodos de gestão e racionalizar o sistema operacional, tornando-o menos reativo e mais preventivo (fazendo-o apoiar-se no tripé diagnóstico-planejamento-avaliação), precisa começar advogando o rompimento do cordão umbilical com o Exército.

A malha legal-institucional que descrevemos gera ambigüidades e um grande número de problemas, sobretudo quando combinada à vigência de códigos disciplinares arcaicos, que priorizam o perfunctório e negligenciam a atividade fim. Esses regimentos penalizam o cabelo grande, o coturno sujo e o atraso com a prisão do soldado, mas acabam sendo transigentes com o cometimento de crimes graves no dia a dia do trabalho policial.

Nos próximos três parágrafos, ao contrário do que caracterizou esse documento até aqui, abdicamos da neutralidade descritiva e da objetividade analítica, e introduzimos nossas próprias opiniões –deixando, portanto, de lidar exclusivamente com as opiniões dos profissionais que responderam ao questionário. Há uma razão para isso. A leitura do que escrevemos acima sobre as opiniões dos policiais e demais profissionais a propósito do formato militar como padrão de organização policial pode conduzir à conclusão de que só há um formato militar e que, por consequência, a rejeição a ele manifestada pela maioria implicaria o repúdio de todo e qualquer formato militar para a Polícia. Como as perguntas não incluíram alternativas que previssessem formato militar de tipo diverso daquele hoje vigente, não foi aberto espaço para uma opção que conjugasse a rejeição ao formato militar tal como atualmente vigente com a valorização do formato de natureza militar mas sob condições diferentes, dotado de componentes distintos. Por isso, ainda que se possa inferir da maioria das respostas

um posicionamento francamente crítico do formato militar, e mesmo que não seja lícito especular sobre alternativas não contempladas na questão, tal como formulada, parece-nos justificável aduzir que a manifestação anti-militar poderia qualificar-se e mostrar-se mais nuançada, em outro contexto inquisitivo e dialógico, ante um repertório mais vasto de opções. De todo modo, nenhuma dúvida deve restar quanto ao amplo repúdio do atual formato militar, indissociável da vinculação com o Exército e do espelhamento que assim se produz.

Eis, então, algumas notas que apenas expressam a visão dos autores e não dos respondentes:

(a) As ambigüidades e contradições legais limitam a liberdade gerencial, reduzem o espaço para reformas organizacionais e tendem a engessar as Polícias Militares. Não seria preciso, entretanto, desmilitarizar essas instituições para que elas adquirissem flexibilidade e se adaptassem às exigências impostas, nos marcos do estado Democrático de Direito e em conformidade com os Direitos Humanos, pelo trabalho na segurança pública –o qual envolve transparência, controle externo, participação social, e que é inteiramente distinto, como vimos, da segurança nacional. É perfeitamente possível compatibilizar com o uso comedido da força, com a postura preventiva, com a vocação comunitária e a descentralização, aspectos militares de organização, que preservam a tradição da corporação, seus símbolos e identidade –os quais são importantes em vários estados, onde a PM é respeitada pela população e esta confiança representa um patrimônio impar.

(b) Mudanças já seriam extremamente importantes mesmo se fossem apenas aquelas que, preservando as relações hierárquicas funcionalmente úteis para a eficiência operacional e gerencial, suprimissem as demais, ou seja, as relações (patentes, âmbitos de autoridade, ritos, signos, papéis e regras) que mimetizam a organização do Exército.

(c) O mesmo valeria para formação, capacitação, treinamento, fluxos de comunicação, processos decisórios, estabelecimento de rotinas e distribuição de responsabilidade. Em outras palavras, os itens organizacionais e gerenciais relevantes tornar-se-iam, a nosso ver, em um contexto ideal de reformas, objeto de adequação às necessidades de *performance*, às peculiaridades dos problemas a resolver e às especificidades das metas a atingir – e não de predefinições ditadas pela dependência mecânica --e, hoje, absolutamente artificial-- do Exército⁵.

V.3. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

50,9% dos Bombeiros Militares optaram pela resposta negativa à pergunta sobre a adequação do vínculo entre a PM e o Exército. Na posição crítica também alinharam-se 45,7% dos guardas civis municipais, enquanto 43,4% preferiram a resposta que aprova o vínculo. Observe-se, entretanto, que 10,9% preferiram admitir que não sabem. Portanto, poder-se-ia afirmar que a proximidade entre as visões positiva e negativa sobre o vínculo talvez tenha alguma relação com a carência de informações e interesse imediato, o que, por sua vez, provavelmente, traduz ausência de debate e reflexão a respeito. A conclusão mais apropriada talvez seja: esse grupo --assim como os policiais civis-- permanecerá mais indefinido e aberto a influências futuras do que os profissionais da PM. Os que reconhecem não saber a resposta –opção que inclui não estou seguro para responder ou não quero me posicionar, no momento—na PM são apenas 1,8% dos oficiais e 3,8% dos não-oficiais. Os que declararam não saber, na PC, são 6,2% entre os delegados e 13,4% entre os agentes. Neste último caso, note-se que, a despeito do número bastante elevado dos que confessaram ignorar

⁵ A unidade intitulada “A Polícia Militar, o Exército e alguns embaraços legais” apresenta, sinteticamente, reflexões publicadas em **Legalidade Libertária**, de Luiz Eduardo Soares (RJ: Lumen-Juris, 2006). Paulo Brinckman de Oliveira contribuiu decisivamente com a arqueologia da trama legal.

a resposta, impôs-se o predomínio bastante expressivo da posição crítica: recordemo-nos que 55,2% dos agentes pronunciaram-se pela inadequação do vínculo. Ou seja, se nossa interpretação do quadro incerto projetado pelas respostas dos guardas municipais tem algum valor, ela certamente não se aplica (pelo menos não da mesma maneira) ao caso dos agentes da PC.

A distribuição de preferências se inverte apenas entre os agentes do Sistema Penitenciário, que optaram pela resposta positiva sobre o vínculo entre a PM e o Exército: 47,4% contra 36,8%. E talvez aqui, ainda mais do que nas Guardas Civis Municipais, tenham pesado a desinformação e a falta de interesse, e de acúmulo de reflexões e debates específicos: 15,9% responderam “não sei”.

Bombeiros⁶ (62,5% contra 35%), guardas civis municipais (59,4% contra 38%) e agentes penitenciários (55,9% contra 41,3%) concordam: a hierarquia de suas instituições provoca desrespeito e injustiças profissionais. Por outro lado, divergem quanto à avaliação da hierarquia: enquanto guardas (62,9% contra 33,8%) e agentes (61,4% contra 34,8%) a consideram “fraca”, em suas respectivas instituições, os bombeiros, por larga margem, não a julgam “fraca” em sua corporação: 71% contra 25,3%. Novamente discordam face à questão: “falta disciplina em sua instituição?” Os bombeiros respondem que não, em massa: 71,6% contra 25,3%. Mas guardas (57,2% contra 40,5%) e agentes (62,3% contra 35,7%) admitem que sim.

A considerar-se a falta de disciplina uma propriedade negativa em instituições de segurança pública, parece óbvio que o modelo militar

⁶ Aqui, como em várias outras respostas, teria valido a pena desagregar por estratos hierárquicos, pelo menos separando oficiais e não-oficiais, como fizemos com os policiais militares. Eis aí um tema para desenvolvimentos futuros. Optamos por trabalhar sem desagregar, nessa primeira leitura interpretativa, para simplificar o processo de análise e produzir um primeiro quadro geral. Há sempre riscos: perde-se em refinamento e acuidade o que se ganha na identificação de tendências dominantes.

tem tido o mérito de garanti-la. Esse fato foi reconhecido, direta ou indiretamente, por todas as categorias consultadas e pelos diferentes estratos hierárquicos das polícias. Portanto, a rejeição do formato militar encontra aí uma fonte significativa de contestação e questionamento. Ou melhor, as propostas alternativas ao modelo militar que mereceram aprovação da maioria dos respondentes terão de responder ao desafio de prover a disciplina que os formatos civis até aqui não se mostraram capazes de propiciar. Se a disciplina está vinculada a hierarquias geradoras de injustiças e desrespeito, e se o seu rigor está mal direcionado, nem por isso ela poderá ser negligenciada. Ela terá de ser reconstruída em novas bases, fundando-se em estruturas organizacionais de novo tipo, distintas das que atualmente não a têm garantido.

A opinião negativa quanto ao direcionamento da disciplina, majoritária entre policiais, como vimos, é amplamente compartilhada por bombeiros (67,1% contra 29%), guardas (68,1% contra 28,3%) e agentes (63,6% contra 31,7%).

Como seria de se esperar, somente os bombeiros julgaram excessivo o número de níveis hierárquicos em sua instituição: 52,7% contra 43,7%. Guardas municipais (67,5% contra 30,4%) e agentes penitenciários (61,1% contra 36,8%) pensam o contrário, concordando com os policiais civis. Uma outra pergunta poderia ter sido formulada: há menos níveis hierárquicos do que deveria haver? Talvez as respostas tendessem a ser afirmativas, a tomarem-se as respostas sobre falta de disciplina como referência. Ante determinados questionamentos, talvez o modelo civil adotado em diferentes instituições se mostrasse inepto para os próprios profissionais que o experimentam, na prática, no dia a dia. Portanto, tenhamos cautela—vale reiterar—para que a crítica ao modelo militar não seja lida como uma consagração maniqueísta e simplificadora do modelo civil, até porque a experiência do formato civil que a PC oferece é extremamente

problemática sob inúmeros aspectos, conforme atestado pelos profissionais em várias respostas, direta e indiretamente alusivas à questão.

A grande maioria de bombeiros, guardas e agentes alinham-se aos colegas policiais, civis e militares, ao negar que hierarquia e disciplina rigorosos sejam suficientes para justificar a inexistência dos controles internos e externos.

Outro grande consenso verifica-se nas opiniões sobre sindicalização e greve. 74,6% dos bombeiros (contra 19,9%), 79,3% dos guardas (contra 16%) e 87,2% dos agentes (contra 15,1%) manifestaram-se favoravelmente à tese de que “todos os agentes de segurança pública devem ter direito à greve”. Coerentemente, 89,9% dos bombeiros (contra 7,4%), 94,9% dos guardas (contra 3,4%) e 92% dos agentes (contra 5,7%) responderam “sim” à pergunta: “todos os agentes de segurança pública devem ter direito a organizar-se em sindicatos?”. Essa questão traz mais uma vez à baila a problemática do formato militar e, por consequência, o dilema da identidade militar ou civil. É provável que parte do repúdio majoritário ao regime policial militar tenha relação com a forte maioria pró-sindicalização e greve, uma vez que a natureza militar de uma corporação choca-se com a ânsia participativa nas esferas trabalhista e política. Isso significa que uma eventual reforma das polícias que procure acompanhar as preferências dos profissionais terá de atentar para essa forte aspiração participativa.

VI. Ministério Público

VI.1. Ouvindo os policiais

Ainda na linha de reflexão crítica sobre os arranjos institucionais, a maioria dos policiais civis e militares considera que o Ministério Público tem atuado com indiferença acerca da dificuldade do trabalho policial:

61,5% dos delegados e 51,2% dos agentes da polícia civil; 52,9% dos oficiais e 45,5% dos não-oficiais.

Tabela 3 – Opinião dos profissionais de segurança sobre a atuação do Ministério Público

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Corretamente, auxiliando as polícias a realizar seu trabalho	8,1%	7,4%	6,9%	4,5%	11,5%	11,6%	11,6%	8,8%
Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia	20,5%	24,9%	20,2%	17,0%	21,2%	26,7%	26,1%	21,8%
Com indiferença acerca da dificuldade do trabalho policial	45,5%	52,9%	51,2%	61,5%	34,1%	31,9%	36,0%	43,7%
Como uma instância que se opõe ao trabalho policial	13,4%	9,3%	14,0%	15,4%	6,3%	9,0%	8,0%	11,8%
Não tenho opinião formada sobre o assunto	12,5%	5,5%	7,7%	1,6%	26,9%	20,8%	18,3%	13,9%

P. Você acha que o Ministério Público costuma atuar:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Na ordem de preferência entre as opções oferecidas, a segunda resposta mais freqüente foi: “O MP atua corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia”. 24,9% dos oficiais e 20,5% dos não-oficiais aderiram a essa opinião. Na polícia civil, 20,2% dos agentes e 17% dos delegados compartilharam essa avaliação.

Reveladora é a comparação entre as posições polares, positiva (“O MP atua corretamente, auxiliando as polícias a realizar seu trabalho”) e negativa (“O MP atua como uma instância que se opõe ao trabalho

policial”). Na Polícia Civil, 14% dos agentes escolheram a resposta negativa, enquanto apenas 6,9% optaram pela avaliação positiva. Entre os delegados, a tendência se manteve: 15,4% aderiram à posição negativa, contra 4,5%, que preferiram a posição positiva. Na Polícia Militar não foi diferente: 13,4% dos não-oficiais se manifestaram negativamente, contra 8,1%, que se pronunciaram positivamente; e 9,3% dos oficiais escolheram a perspectiva negativa, enquanto 7,4% ficaram com a opção positiva.

É compreensível que a tensão se concentre na Polícia Civil, sobretudo entre os delegados, dada a natureza de sua função e os atritos provocados pela divisão do trabalho entre as instituições e os profissionais –fortemente marcada por características hierárquicas e distinções culturais. No caso dos delegados, é curta a distância salarial, social e cultural, o que tende a acirrar rivalidades e frustrações. A proximidade torna o nervo que percebe as diferenças mais sensível. Há temas delicados como prerrogativas, autoridade, prestígio e *status*, acesso a recursos externos de poder, formação acadêmica comum –identidade intelectual forjada nos cursos de Direito--, assim como um freqüente desejo de delegados de migrar para o MP, em algum concurso futuro. Esse quadro instila ambigüidade nas relações, sem dissipar conflitos; pelo contrário, aguçando-os.

Somando-se a resposta negativa (MP se opõe) àquela que poderia ser definida como moderadamente crítica (MP age com indiferença), atinge-se um patamar elevado: 58,9% dos não-oficiais e 62,2% dos oficiais situam-se nesse espectro, na polícia militar; enquanto, na Polícia Civil, 65,2% dos agentes e 76,9% dos delegados ocupam essa mesma posição.

Diferentes combinações são possíveis e distintas hipóteses interpretativas serão privilegiadas, em cada caso. Porém, o que se destaca como central é a percepção de que falta integração. O que não é diferente do resultado verificado quando a pergunta se dirige ao relacionamento entre as próprias polícias: 57,4% dos não-oficiais e 50,6% dos oficiais

da PM; e 51,2% dos agentes e 56,8% dos delegados da PC consideram que a rivalidade entre as polícias é um fator negativo “muito importante”, enquanto obstáculo à implementação de uma política eficiente e correta de segurança pública. Além disso, 23,2% dos não-oficiais e 31,8% dos oficiais da PM; e 26,6% dos agentes e 30,2% dos delegados da PC consideram “importante”. Somando-se ambas as avaliações (“muito importante” e “importante”), são 80,6% dos não-oficiais e 82,4% dos oficiais da PM; e 77,8% dos agentes e 87% dos delegados da PC a reconhecerem a existência e a gravidade do problema.

VI.2. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

A tendência crítica mantém-se. Essas categorias avaliaram que o MP atua com indiferença acerca da dificuldade do trabalho policial: 34,1%, os bombeiros; 31,9%, os guardas; e 36%, os agentes penitenciários. A segunda opção mais indicada foi a resposta que considera a atuação do MP correta, porém sem integração com o trabalho da polícia: 21,2%, 26,7%, e 26,1%, respectivamente. O que chama especialmente a atenção é o elevado número de opções pela resposta, “não tenho opinião formada sobre o assunto”: 26,9% dos bombeiros; 20,8% dos guardas; e 18,3% dos agentes penitenciários.

Observe-se a coluna referente ao total. Como não há contradições entre as categorias, em matéria de tendências na escolha das respostas, a simples leitura dos totais (incluindo-se as polícias) desenha um perfil bastante claro: 43,7% apontaram indiferença; 21,8% identificaram falta de integração; 11,8% optaram pela tese mais dura (“O MP atua como uma instância que se opõe ao trabalho policial”); 8,8% indicaram a resposta mais positiva (“O MP atua corretamente, auxiliando ...”). Finalmente, números muito heterogêneos produziram um total enganoso na linha relativa à

resposta “não tenho opinião...”: 13,9%. Enganoso porque a variação acaba diluída no total, que indica um ponto que não corresponde nem à média das categorias policiais, nem à média das categorias não-policiais. Trata-se, pois, de um número que neutraliza a diferença entre dois universos, promovendo uma homogeneização artificial.

VII. Judiciário

VII.1. Ouvindo os policiais

A relação com o Judiciário é objeto de uma apreciação análoga: 52% dos oficiais da PM e 43,4% dos não-oficiais estimam que a Justiça atue “com indiferença acerca da dificuldade do trabalho da polícia”; enquanto 49% dos delegados e 45% dos agentes da Polícia Civil pensam o mesmo.

Tabela 4 – Opinião dos profissionais de segurança sobre atuação da Justiça

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Corretamente, como uma instituição que coopera	6,8%	5,2%	6,5%	6,5%	9,6%	9,4%	9,4%	7,4%
Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia	25,7%	28,6%	31,4%	36,8%	24,2%	30,9%	32,2%	27,7%
Com indiferença acerca da dificuldade do trabalho policial	43,4%	52,0%	45,0%	49,0%	35,7%	33,5%	36,2%	41,8%
Como uma instância que se opõe ao trabalho policial	15,4%	10,8%	11,7%	7,3%	10,9%	13,5%	10,5%	13,5%
Não tenho opinião formada sobre o assunto	8,6%	3,3%	5,3%	0,4%	19,6%	12,6%	11,7%	9,4%

P. Você acha que a Justiça costuma atuar:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Na PM, 15,4% dos não-oficiais e 10,8% dos oficiais, assim como 11,7% dos agentes e 7,3% dos delegados da Polícia Civil têm uma opinião cáustica: consideram a Justiça “uma instância que se opõe ao trabalho policial”. Não são números pequenos, em se tratando de um ponto de vista tão radicalmente negativo. Somando-se as opções crítico-moderada (“com indiferença”) e francamente negativa (“se opõe...”), chegamos a 58,8% entre os não-oficiais e 62,8% entre os oficiais, na PM, e 56,7% entre os agentes e 56,3% entre os delegados, na PC.

Há configurações menos céticas e cada leitor poderá experimentar arranjos alternativos e especular com interpretações diferentes. Nada, entretanto, anula o fato de que as percepções críticas são severas e indiciam problemas significativos nas relações entre as polícias e o Judiciário, como ocorre no relacionamento com o MP. Dessa vez, delegados e agentes ostentam a mesma postura crítica. De novo, deve-se levar em conta –para o caso dos delegados-- que as carreiras reportam-se à mesma origem acadêmica, as identidades chocam-se, mas tangenciam-se, e há, por vezes, expectativas de migração profissional. Tornar-se promotor, procurador e juiz está nos planos –ao menos nos sonhos-- de alguns delegados. Por outro lado, ressalte-se que a opinião mais dura pode ser indicio de que o sistema funciona e as instituições cumprem adequadamente suas respectivas funções, sendo que isso, com mais frequência do que se supõe, implica atritos, cobranças, vigilância, acusações, processos, sentenças e punições. Lembremo-nos de que uma das responsabilidades do MP é exercer o controle externo da atividade policial-judiciária; e que os juizes, por vezes, têm de ferir interesses e confrontar o corporativismo policial militar, além de serem aqueles que expedem ou não os mandados de busca e apreensão, que concordam ou não com a expedição de uma ordem de prisão e, sobretudo, aqueles que condenam ou absolvem os imputados, com base na qualidade da prova colhida na instrução. É possível, também, que o discurso do tipo “lei e ordem”, pelo qual se vende à opinião pública

a ilusão simplificadora de que leis penais rigorosas possam construir uma resposta efetiva à escalada da criminalidade e da violência, constitua uma “moldura” a partir da qual muitos policiais desvalorizam a atuação dos Magistrados, interpretando-a como contrária aos “interesses da Polícia”. Nesta hipótese, a atuação de juízes que preservam efetivamente as garantias da ampla defesa e do contraditório, e que não banalizam a aplicação de penas privativas de liberdade, apareceria --feito imagem invertida em uma câmera-- como uma ameaça. Nada disso, entretanto, pode nos fazer subestimar a importância do juízo crítico, enfaticamente pronunciado pelos policiais, ou a possibilidade de que ele esteja flagrando, com objetividade, posicionamentos de grande número de juízes efetivamente hostis ou insensíveis aos problemas intrínsecos às atividades policiais –pelo menos na atual configuração institucional.

VII.2. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

A configuração registrada não se altera quando passamos dos policiais às demais categorias contempladas na pesquisa. As respostas que predominaram foram as mesmas. Em primeiro lugar, bombeiros (35,7%), guardas (33,5%) e agentes (36,2%) concordaram com os policiais: “a Justiça atua com indiferença acerca da dificuldade do trabalho policial”. A segunda resposta foi: “a Justiça atua corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia”. Bombeiros, 24,2%; guardas, 30,9%; agentes, 32,2%.

Não deve passar despercebida a opinião de cerca de 10% das categorias não-policiais (10,9% dos bombeiros; 13,5% dos guardas; 10,5% dos agentes penitenciários): “a Justiça atua como uma instância que se opõe ao trabalho policial”. As avaliações desse resultado são, inexoravelmente, subjetivas e, por isso mesmo, podem oscilar entre o otimismo que negligencia esse posicionamento por considerar diminuto,

em termos proporcionais, o grupo de seus portadores, e o pessimismo que focaliza os números absolutos correspondentes aos 10% e sublinha a gravidade do choque com essa dimensão matricial de nosso sistema: o funcionamento do aparato judicial em sua inter-face com as instituições mais importantes da segurança pública.

Números muito elevados dos sem opinião (sobretudo entre os bombeiros –19,6%) enfraquecem as posturas enunciadas pelas respostas escolhidas.

Ressalte-se, vale reiterar, a natureza conflitiva da relação entre polícias e o Judiciário, seja porque este último funciona como uma câmara revisora das decisões das primeiras (sendo que a revisão é que expressa o verdadeiro poder, ainda que as polícias atuem como filtros seletivos e, via indiciamento, operem como operadores de pré-julgamentos eficazes, em vários níveis), seja porque tem autoridade para reverter o quadro e tornar suspeitos ou réus, os acusadores. Há, portanto, elementos estruturais e competitivos subjacentes às apreciações negativas, o que, todavia, não esgota sua explicação. Provavelmente por isso, as respostas sobre reações à corrupção, envolvendo avaliação de cada um sobre o comportamento dos colegas, apresentarão uma heterogeneidade muito superior ao que se verifica quando o tema são relações entre instituições ou posturas de outras instituições.

VIII. Corrupção

VIII.1.Ouvindo os policiais

Por falar em interesses que a Justiça tem o dever de confrontar, detenhamo-nos na questão relativa a desvio de conduta dos profissionais da segurança pública. Perguntamos o que cada um pensa que a maioria de seus colegas faria se descobrisse outro colega praticando corrupção.

Tabela 5 – Opinião dos profissionais de segurança sobre o que os colegas fariam diante de uma situação de corrupção

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb. GM	Sist Penit	Total
Denunciaria o colega à corregedoria/órgão similar	21,8%	23,2%	11,3%	11,9%	14,0%	19,6%	21,6%
Conversaria com o colega para que ele não fizesse mais	45,6%	30,3%	32,6%	20,0%	47,0%	50,7%	42,2%
Fingiria não ter visto	21,6%	37,6%	41,3%	52,5%	23,6%	19,4%	24,8%
Conversaria com o colega para também receber propina	2,1%	2,8%	3,7%	5,1%	3,5%	2,0%	2,4%
Não sei avaliar	8,9%	6,0%	11,1%	10,5%	11,9%	8,4%	9,0%

P. Em uma situação em que um agente de sua corporação visse um colega recebendo propina, você considera que a maioria dos colegas:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Na PM, segundo a opinião dos policiais militares, a tendência, isto é, o comportamento da maioria seria o seguinte: para 37,6% dos oficiais, a maioria fingiria não ver; para 30,3%, a maioria tentaria dissuadir o colega, conversando com ele; segundo 23,2% dos oficiais, a maior parte de seus colegas denunciaria o corrupto à corregedoria ou órgão competente. Do ponto de vista dos não-oficiais, o quadro seria um pouco diferente: 45,6% acham que a maioria conversaria com o colega flagrado cometendo o ilícito, para convencê-lo a abandonar aquela prática; 21,8% crêem que a maioria denunciaria o corrupto; 21,6% apostam que a maioria fingiria não ver. O dado assustador salta à vista: na PM, apenas 21,9% dos policiais –agregando, com a proporcionalidade devida, ambos os estratos que dividem, internamente, a polícia militar—acreditam que a maioria de seus colegas cumprirá seu dever institucional e procederá pelos meios formais,

levando o caso à corregedoria ou à instância pertinente. Esse resultado, certamente, diz muito sobre a percepção predominante, na corporação, a respeito de legalidade e ética pública. É possível, também, que as respostas revelem um estranhamento dos policiais diante dos mecanismos internos de correição. Seja como for, as respostas evidenciam tolerância diante de um determinado delito – a corrupção – que caracteriza a conduta de parte expressiva das elites nacionais, as mesmas que não costumam ser importunadas pelas polícias estaduais. O fenômeno da tolerância diante da corrupção parece oferecer, no mais, demonstração eloqüente do quanto os aspectos tradicionais da cultura brasileira penetram a PM, “pulando a cerca” das normas e das regras.

Na Polícia Civil, o padrão se distingue um pouco, sem alterar o essencial do que já se verificou: 52,5% dos delegados acreditam que a maioria de seus colegas fecharia os olhos; 20% acham que a maioria tentaria conversar; e apenas 11,9% consideram provável que a maioria, em uma situação dessa natureza, denunciaria o colega flagrado. Há ainda 5,1% de delegados que fazem pior juízo de seus colegas: apostam que a maioria conversaria com o colega para dividir a propina e participar do botim. Portanto, os delegados avaliam seus colegas com mais aspereza e pessimismo do que os policiais militares, e com mais espírito crítico do que os agentes da Polícia Civil. Destes, 32,6% crêem que a maioria dos colegas tentaria dissuadir o policial flagrado; 41,3% acham que a maioria fecharia os olhos; e somente 11,3% avaliam que a maioria tenderia a denunciar o colega corrupto. Conseqüentemente, a maior parte dos agentes (73,9%) e dos delegados (72,5%) considera que a maioria de seus colegas ou fecha os olhos ou conversa para dissuadir. A grande maioria, portanto, dos profissionais da PC compartilha essa avaliação cética.

As relações complicadas com o MP e o Poder Judiciário talvez não sejam indiferentes a esse ceticismo quanto aos próprios colegas, tanto como causas, quanto como conseqüências. Em outras palavras, há duas hipóteses interpretativas: não se denuncia o colega ao órgão interno, temendo que os procedimentos conduzam o caso ao MP e à Justiça, o que deveria ser evitado, posto que essas instituições não gozam de uma imagem de cooperação e compreensão das dificuldades intrínsecas ao trabalho policial; ou a imagem de falta de integração e compreensão é tributária, em alguma medida, do corporativismo policial (flagrado nessas respostas e aqui descrito como ceticismo quanto aos procedimentos formais das instituições), refratário ao enfrentamento legal dos desvios de conduta.

VIII.2. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

A heterogeneidade é grande no universo das respostas. Há muitas razões para isso. Entre outras, poderiam ser sublinhadas: a dificuldade intrínseca à pergunta; sua delicadeza do ponto de vista ético-corporativo; a falta de debate público organizado e transparente a respeito da temática; as diferenças entre as realidades institucionais.

O ponto que merece destaque, porque destoa pronunciadamente: 50,9% dos agentes penitenciários (contra 14% dos bombeiros e 19,6% dos guardas civis municipais) optaram pela resposta: os colegas denunciariam aquele que fosse visto se corrompendo. Já os bombeiros (47%) e os guardas (50,7%) disseram que seus colegas conversariam com aquele que fosse flagrado em ato corrupto para dissuadi-lo.

IX- Sistema Penitenciário

IX.1. Ouvindo os policiais

Quanto ao sistema penitenciário, os juízos foram cáusticos.

Tabela 6 – Opinião dos profissionais de segurança sobre o Sistema Penitenciário

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Realiza, mesmo diante das dificuldades, o trabalho necessário no trato dos condenados, contribuindo com a segurança pública	5,7%	2,5%	5,2%	1,2%	5,7%	5,8%	22,6%	6,8%
Realiza o trabalho que lhe é destinado	4,5%	2,8%	4,2%	1,3%	4,3%	3,5%	4,0%	4,2%
Não consegue realizar o trabalho necessário	40,0%	35,3%	39,7%	45,3%	38,9%	40,7%	45,8%	40,3%
Termina produzindo efeitos piores para a segurança pública	45,7%	58,1%	48,1%	52,2%	43,2%	45,8%	27,0%	45,0%
Não tenho opinião formada sobre o tema	4,0%	1,2%	2,8%	0,0%	7,9%	4,3%	0,6%	3,8%

P. Em sua opinião, pode-se afirmar que, em geral, o Sistema Penitenciário no Brasil:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

A resposta mais negativa (“O sistema penitenciário termina produzindo efeitos piores para a segurança pública”) obteve a preferência de 58,1% dos oficiais da PM e de 52,2% dos delegados; de 48,1% dos agentes da Polícia Civil e de 45,7% dos não-oficiais. Por outro lado, a segunda opção mais crítica (“O sistema penitenciário não consegue realizar o trabalho necessário”) obteve a adesão de 45,3% dos delegados, 35,3% dos oficiais, 39,7% dos agentes da PC e 40% dos não-oficiais. Somando-se as respostas negativas (as duas referidas acima) dos profissionais da PM (ponderando-se pela clivagem diádica com que dividimos as patentes), chega-se ao total de 86,4%. Aplicando o mesmo procedimento às respostas fornecidas pelos profissionais da polícia civil, alcança-se um total ainda superior, em torno de 90%. A direção das opiniões é fulminante e prescinde de comentários.

IX.2. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

Os agentes penitenciários discrepam do amplamente majoritário juízo negativo. O que, provavelmente, não causará surpresa, em se tratando de avaliação nada imparcial, por definição. 22,6% assinalaram a primeira resposta: “sistema penitenciário r, mesmo diante das dificuldades, o trabalho necessário no trato dos condenados, contribuindo com a segurança pública”. Percentuais diminutos das demais categorias escolheram essa opção: 5,7% (praças); 2,5% (oficiais); 5,2% (agentes da PC); 1,2% (delegados); 5,7% (bombeiros); e 5,8% (guardas civis municipais). Foram os estratos superiores das polícias os mais radicalmente críticos e os que menos, proporcionalmente, escolheram a primeira resposta. Não é despropositado supor que haja alguma relação entre essa perspectiva mais decididamente negativa e o fato de que essa elite policial --por assim dizer-- seja o grupo mais distante do trabalho direto com os presos e com a dinâmica em que se dá a “voz de prisão”.

A avaliação dos agentes, mesmo estando marcada pelo envolvimento direto e por seus interesses corporativos, e ainda que seja a mais benevolente --conforme acima assinalado--, não foge à tendência dominante, fortemente crítica: 45,8% deles preferiram a resposta, “o sistema penitenciário não consegue realizar o trabalho necessário”. Opondo-se à generosidade dos colegas que ficaram com a resposta mais positiva, 27% dos agentes penitenciários optaram pela afirmação mais negativa: “o sistema penitenciário termina produzindo efeitos piores para a segurança pública”. Portanto, divididos, discordando radicalmente entre si, os agentes, por ampla maioria (72,8%), posicionaram-se como os demais profissionais da segurança pública, que atuam em outras instituições, e mostraram que não aprovam o sistema penitenciário.

X- Controle Externo e *Accountability*

X.1. Ouvindo os policiais

Bons ventos sopram nas respostas à pergunta sobre controle externo e participação da sociedade, mostrando que a impressão (em parte negativa)

que os policiais têm de seus colegas não corresponde, necessariamente, ao que eles mesmo são, enquanto profissionais. Essa assimetria pode estar revelando que a imagem dos policiais, mesmo internamente às corporações, não traduz fielmente a realidade, quer dizer, é pior do que as posturas e os comportamentos realmente adotados --ou seja, é injusta.

Tabela 7 – Opiniões sobre a participação das comunidades no trabalho da polícia

		Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
As comunidades deveriam participar da decisão sobre as prioridades do trabalho de policiamento no bairro/região	Concordo totalmente	31,6%	35,2%	36,4%	33,7%	43,5%	44,5%	43,4%	35,9%
	Concordo em parte	54,8%	55,2%	54,1%	53,5%	49,1%	49,3%	50,5%	53,2%
	Discordo totalmente	8,4%	5,5%	5,0%	9,8%	4,5%	3,1%	3,3%	6,5%
	Discordo em parte	5,3%	4,1%	4,5%	3,0%	2,9%	3,0%	2,8%	4,4%
As comunidades deveriam influir de forma decisiva no afastamento de um policial apontado violento/desrespeitoso	Concordo totalmente	13,0%	15,2%	14,9%	15,1%	23,2%	23,2%	20,4%	16,0%
	Concordo em parte	37,7%	48,7%	44,5%	45,1%	44,5%	44,2%	45,5%	41,2%
	Discordo totalmente	34,8%	23,9%	26,0%	28,7%	20,2%	20,2%	22,2%	29,1%
	Discordo em parte	14,4%	12,1%	14,7%	11,2%	12,0%	12,5%	11,9%	13,7%
Os policiais deveriam prestar contas às comunidades e ouvir as queixas/críticas do seu trabalho	Concordo totalmente	26,6%	45,5%	30,0%	32,3%	37,6%	41,9%	38,6%	31,7%
	Concordo em parte	43,7%	39,2%	45,3%	47,9%	42,3%	40,2%	43,0%	43,2%
	Discordo totalmente	20,6%	10,1%	15,9%	15,0%	13,3%	11,3%	11,3%	17,0%
	Discordo em parte	9,0%	5,1%	8,7%	4,8%	6,8%	6,6%	7,1%	8,1%
A polícia deveria distribuir boletins/folhetos nas comunidades, informando tendências criminais e medidas preventivas	Concordo totalmente	61,0%	70,2%	65,5%	67,9%	66,3%	67,5%	67,1%	63,9%
	Concordo em parte	29,1%	22,8%	27,1%	25,9%	26,8%	25,0%	26,0%	27,6%
	Discordo totalmente	6,8%	4,7%	5,0%	5,0%	4,4%	4,5%	4,2%	5,7%
	Discordo em parte	3,1%	2,2%	2,5%	1,2%	2,5%	2,9%	2,7%	2,8%
A polícia deveria oferecer apoio em visitas domiciliares e informações sobre as investigações para as vítimas de delitos	Concordo totalmente	35,4%	45,5%	35,5%	39,5%	37,2%	38,7%	42,6%	37,1%
	Concordo em parte	42,3%	39,2%	46,1%	40,3%	40,6%	42,4%	37,8%	42,1%
	Discordo totalmente	14,9%	9,0%	9,5%	12,9%	14,8%	12,0%	13,4%	13,4%
	Discordo em parte	7,4%	6,3%	8,9%	7,3%	7,4%	6,9%	6,2%	7,4%

P. Abaixo (aqui estão acima) encontram-se afirmações sobre participação da comunidade em decisões acerca do trabalho de polícia. Por favor, marque em cada uma sua concordância ou discordância.

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

À pergunta se os policiais deveriam prestar contas às comunidades e ouvir as críticas a seu trabalho, 47,9% dos delegados e 45,3% dos agentes da Polícia Civil, 43,7% dos não-oficiais e 39,2% dos oficiais da PM responderam que concordam em parte. Enquanto isso, 45,5% dos oficiais e 26,6% das praças, 32,3% dos delegados e 30% dos agentes da PC afirmaram concordar totalmente. Combinando-se ambas as respostas, perfazem-se resultados expressivos: total ou parcialmente, 84,7% dos oficiais, 80,2% dos delegados, 75,3% dos agentes da PC e 70,3% das praças da PM aprovam essa idéia, que representa o princípio da *accountability*. As respostas que manifestam discordância total e parcial não passaram de: 29,6%, entre os não-oficiais da PM; 24,6%, entre os agentes da PC; 19,8%, entre os delegados; e 15,2% entre os oficiais da Polícia Militar.

Apesar de uma clara maioria apresentar-se favorável à prestação de contas e à abertura às críticas da sociedade, é necessário sublinhar que é elevado o número daqueles que se opõem, sobretudo entre os estratos hierárquicos inferiores, e muito particularmente na PM: quase 30% das praças discordaram, parcial ou totalmente, da proposta. É verdade que a formulação da pergunta apresenta uma deficiência, porque admite dubiedade: em que se distinguem aprovação parcial e parcial desaprovação? Há aí uma área de sombra e de superposição. Entretanto, acreditamos legítimo supor que os verbos empregados (“concordo” e “discordo”) marquem com nitidez o sim e o não, restando ao advérbio (em parte ou totalmente) apenas a qualificação ou a indicação da intensidade, seja da recusa, seja da aprovação. diferença entre a aprovação parcial e a parcial desaprovação tem sido empregada, por esta razão, para captar disposições e inclinações de aprovação ou desaprovação, as quais – na inexistência destas alternativas – poderiam ser desviadas para alternativas do tipo “não sei” ou “outra resposta”.

X.2. Ouvindo bombeiros, guardas civis municipais e agentes penitenciários

Não há distinções expressivas nas opiniões de policiais e não-policiais, mas uma tendência democrática pode ser identificada nas respostas oferecidas por estes últimos à primeira questão: “as comunidades deveriam participar da decisão sobre prioridades do trabalho de policiamento no bairro ou na região?” 43,5% dos bombeiros, 44,5% dos guardas e 43,4% dos agentes penitenciários “concordaram totalmente” com a tese enunciada na pergunta. Nas polícias, essa resposta foi a opção de parcelas menores: 31,6% das praças, 35,2% dos oficiais, 33,7% dos delegados e 36,4% dos agentes da Polícia Civil.

A inclinação pela abertura participativa permeou a maior parte das respostas de bombeiros, guardas e agentes penitenciários, com variações que podem ser observadas na tabela.

Reunimos, nesse momento, as opiniões de todos os profissionais consultados na pesquisa e ampliamos a tematização de mecanismos participativos para incluir os “conselhos comunitários” no espectro do diálogo que o questionário enseja.

Tabela 8 - Participação dos profissionais de segurança em reuniões de Conselhos Comunitários

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	23,0%	61,2%	25,4%	72,6%	14,4%	28,4%	12,8%	24,9%
Não	58,1%	29,9%	57,8%	20,2%	75,8%	52,8%	76,4%	58,6%
Não participei, mas sei que existe um Conselho	18,9%	8,9%	16,8%	7,2%	9,8%	18,7%	10,8%	16,5%

P. Você já participou de alguma reunião de Conselho Comunitário de Segurança ou equivalente?
Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

O retrato do Brasil no que se refere à participação policial em conselhos comunitários parece bastante claro: os estratos policiais superiores são os que, por larga margem, mais acesso tiveram a essa experiência. Em matéria de participação direta, nem praças, nem agentes da Polícia Civil, nem bombeiros, nem agentes penitenciários --e, pasmem--, nem guardas municipais chegaram perto da experiência de oficiais da PM (61,2%) e delegados (72,6%). Os números são suficientemente eloquentes e prescindem de maiores considerações.

XI. Construindo o consenso mínimo: uma agenda para a segurança pública

As afirmações a seguir (breves diagnósticos tópicos, que registram problemas para um funcionamento adequado da segurança pública) foram consideradas muito importantes pela maioria dos profissionais de todas as categorias consultadas (vide **tabela 9**, no **anexo 3**, relativa à questão 7, itens 1 a 27). Os percentuais de aprovação com valor máximo variaram, mas não o suficiente para suscitar qualquer dúvida quanto ao apoio vigoroso e amplamente difundido. Se estendermos o universo das respostas positivas para que incluam também aquelas que estimaram apenas como “importantes” as teses referidas, praticamente esgotaremos o total das respostas, tal o grau de convergência verificado. Quase ninguém avaliou como pouco importante ou nada importante os enunciados.

Eis, a seguir, a lista dos pontos que assinalam graves problemas para a segurança pública. Poder-se-ia propor que a identificação desses obstáculos, reconhecidos por ampla maioria como importantes ou muito importantes, oferece uma plataforma para a definição de prioridades a serem atendidas. Dividimos as respostas e as agrupamos em blocos temáticos:

(1) **Sobre as instituições da segurança pública.**

(1.a) **Problemas materiais:** baixos salários (92,4% de todos os profissionais consultados consideraram-nos um fator muito importante para as dificuldades do trabalho das polícias); falta de verbas para equipamentos e armas (84,8% avaliaram muito importante e 14,1%, importante); contingente policial insuficiente (este fator foi considerado muito importante por 80,7% dos entrevistados e importante por 17,1%).

(1.b) **Problemas relacionados à orientação ditada pela gestão ou pela política de segurança, em sua dimensão policial:**

(1.b.1) **Recursos humanos:** formação e treinamento deficientes (81,9% avaliaram muito importante e 16,6%, importante); incapacidade das instituições policiais em identificar os potenciais de cada profissional e aproveitá-los (67,7%, muito importante; 29,4%, importante);

(1.b.2) **Estrutura organizacional e funcionamento:** má gestão ou inexistência de planejamento apoiado em informações (67,6% e 28,7%, respectivamente); falta de controle interno (41% e 44,4%) e falta de controle externo (34,7% e 42,2%, sendo que os delegados destoaram: apenas 12,9% consideraram muito importante) sobre a atividade policial; predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência (69,8% e 21,9% -- neste ponto, destoaram os oficiais da PM, dos quais 49,6% avaliaram esse fator como sendo muito importante, e 33,1%, importante. Números elevados, mas expressivamente menores do que os verificados entre as demais categorias consultadas); desvalorização da perícia técnica e da produção de provas de boa qualidade que possam levar à condenação (69,3% consideraram-na muito importante, e 26,3%, importante);

(1.b.3) **Padrões de comportamento:** corrupção nas polícias (78,4% de todos os profissionais consultados consideraram-na muito importante, e

17,8%, importante); rivalidade entre as diferentes polícias (56,5%, muito importante; 24,5%, importante).

(1,b.4) **Orientações estratégicas**: predomínio das reações a fatos consumados, em vez de estudo e preparação de ações preventivas (64,5% e 31,1%, respectivamente); priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas (41,2% e 36,5%); atenção insuficiente das políticas de segurança sobre o tráfico de armas (70,3% e 26%); ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas (63,9% e 30,1%); subordinação das iniciativas em segurança pública às demandas de setores da mídia (44,9% e 39%).

(2) **Sobre as relações entre as instituições da segurança pública e a sociedade**: pouca confiança da população nas instituições de segurança pública (54,3% e 37,7%); pouca confiança dos profissionais de segurança pública na população (36,6% e 42,9%); falta de participação da sociedade nas políticas de segurança (56% e 35,4%). A questão do controle externo já foi mencionado em item anterior, mas também seria pertinente sua inclusão no presente tópico.

(3) **Sobre a governança no campo da segurança pública:**

(3.1) **Problemas relacionados à orientação ditada pela gestão ou pela política de segurança, em sua dimensão ampla e sistêmica**: falta de integração das políticas de segurança com outras políticas sociais (64,8% e 29,7%); políticas sociais preventivas insuficientes (72,2% e 24,6%); interferências políticas (67,4% e 21%);

(3.2) **Métodos de governo**: interferências políticas;

(4) **Sobre a distribuição constitucional de responsabilidades**: desvalorização do papel do município na segurança pública e das guardas civis municipais (47,6% e 37,6% --aqui, destoaram os guardas municipais, cujas respostas enfatizaram muito mais do que seus colegas de outras

corporações a relevância desse fator: 87,7% consideraram-no muito importante, e 10,5%, importante);

(5) **Sobre fatores complementares de especial relevância:** mau funcionamento do sistema penitenciário (75,3% consideraram muito importante, e 20,8%, importante –nesta questão, destoaram os agentes penitenciários, dos quais 84,5% julgaram esse fator muito importante, e 13,3%, importante); leis penais inadequadas (80,7% e 15,4%, respectivamente, situando-se os delegados um pouco abaixo da média: 58,6% consideraram esse fator muito importante, e 30,3%, importante); ação de setores da mídia que transformam a violência em espetáculo (56,3% e 26,3%).

XII. Experiência de Vitimização

A consulta nacional procurou estimar a prevalência e a natureza da vitimização dos policiais e demais profissionais da segurança pública, no trabalho e fora dele. Algumas das perguntas propostas tiveram o cuidado de separar os tipos de vitimização também por suas dinâmicas mais comuns, destacadamente aquelas que emergem do exercício das atividades fim – como na perseguição criminal ou na custódia de suspeitos ou condenados – e aquelas que ocorrem dentro das instituições policiais e das corporações com atuação na área; tema ainda pouco conhecido no Brasil.

Conhecer a realidade vivida pelos policiais brasileiros e demais agentes da segurança pública, enquanto vítimas de violações aos direitos humanos, assinala tarefa muito importante em, pelo menos, duas dimensões: primeiro, para que seja possível enfrentar e superar as condições, as práticas e as normas que agenciam o desrespeito, a submissão e o sofrimento de centenas de milhares de policiais em todo o país; segundo, para que possamos compreender -- em um quadro mais amplo -- os mecanismos e os

valores que enquadram as relações entre os próprios policiais em situações que parecem flertar constantemente com a perversão. Em qualquer das duas dimensões, será possível identificar parte das razões pelas quais tantos de nossos policiais terminam por reproduzir atitudes desrespeitosas, preconceituosas e, não raro, abertamente violentas em suas relações com o público.

Os dados colhidos na pesquisa chamam a atenção para uma diferença importante quanto aos processos de vitimização dos policiais no Brasil. Os estudos internacionais sobre o tema demonstram que a violência sofrida pelos policiais está fundamentalmente vinculada às tarefas repressivas que seus mandatos autorizam. Assim, por exemplo, o serviço britânico de pesquisas de vitimização (*British Crime Survey*) tem repetidas vezes afirmado que, entre todos os profissionais, os policiais constituem o grupo mais exposto à violência (WADDINGTON *et al*, 2006).

Na Inglaterra e no País de Gales, as situações mais comuns de vitimização dos policiais se verificam em ocorrências de desordem pública (que respondem por 22% das violências sofridas pelos policiais), disputas banais (21%), abordagens de trânsito (17%), prisões em flagrante (10%) ou manejo de prisioneiros (6%). Importante trabalho desenvolvido por Minayo *et al* (2007) com as polícias do Rio de Janeiro revelou o fenômeno do crescimento das incapacitações físicas parciais, encontrando, entre os anos de 2000 e 2004, um aumento de 166,5% no número médio de oficiais com lesões e traumas. Naquele período, entre praças, o aumento verificado -- por conta do mesmo problema -- alcançou 227,5%.

Dados do tipo são coerentes com as situações encontradas nesta pesquisa, em vários pontos. Para além disso, não obstante, a consulta demonstra claramente que a vitimização dos policiais é também uma circunstância produzida pelas próprias instituições às quais estes profissionais estão vinculados. Para várias modalidades de violência, pelo

menos, o que se pode afirmar é que elas são amparadas e reproduzidas pelas relações hierárquicas e pela própria cultura que formatam as instituições policiais, o que faz com que os profissionais da segurança tenham razões consideráveis para temer as instituições onde trabalham.

Para os itens elencados na questão que tratou especificamente da vitimização dos policiais, encontramos as frequências a seguir.

XII.1. Feridos por Arma de Fogo

2,6% dos profissionais de segurança da amostra ponderada (policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais) relataram já terem sido baleados em serviço e 1,6% deles passou pela mesma experiência em seus períodos de folga. Percentuais que, se somados às mortes por este tipo de ferimento, assinalam um problema bastante grave que não pode mais ser menosprezado pelo Poder Público.

Avaliando a distribuição dos feridos por arma de fogo segundo suas corporações profissionais, temos os seguintes quadros:

Tabela 10 - Profissionais de segurança baleados em serviço

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	3,2%	4,6%	3,2%	2,1%	0,5%	1,1%	0,7%	2,6%
Não	96,7%	95,4%	97,9%	96,8%	99,5%	98,9%	99,3%	97,4%

P. Foi baleado em serviço?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 11 - Profissionais de segurança baleados durante período de folga

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	2,2%	2,0%	1,1%	0,5%	1,0%	1,0%	0,5%	1,6%
Não	97,8%	98,0%	98,9%	99,5%	99,0%	99,0%	99,5%	98,4%

P. Foi baleado durante período de folga?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Quanto ao sexo, há diferenças expressivas para a vitimização por arma de fogo. Das vítimas para este tipo de ocorrência, 97,13% são homens e 2,86% são mulheres.

O percentual de guardas municipais baleados (em serviço e na folga), por seu turno, manifesta escala de risco incompatível com os perfis de intervenção em conflitos de baixa intensidade e de policiamento comunitário. Os percentuais para os guardas são assemelhados aos padrões de vitimização experimentados pelos policiais. Isto sugere que boa parte das guardas municipais brasileiras possa estar sendo formada segundo concepções tradicionais de policiamento “orientadas para a ocorrência” e não para a prevenção. Se este for o caso, estaríamos diante de uma tendência de reprodução de um modelo de policiamento e não do surgimento de novas instituições para o atendimento de demandas complementares, passíveis de serem integradas em um sistema de segurança como aquele proposto pelo projeto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

XII.2. Torturados

O segundo item da questão sobre vitimização tratou do tema tortura, em treinamento dos profissionais da segurança pública ou fora dele, definindo o significado desta prática segundo o conteúdo da Lei nº 9.455/97 (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental). A expressão “tortura” é tradicionalmente concebida como o equivalente às práticas mais atroz de violência. Na história brasileira, a prática reiterada dos choques elétricos, dos espancamentos, do “pau de arara” - especialmente ao longo do período de ditadura militar - oferecem mesmo os exemplos mais típicos do que se entende por tortura. A pergunta proposta pela pesquisa, entretanto, deixou absolutamente claro que o termo “tortura” estava sendo empregado de acordo com a lei brasileira, o que envolve a imposição deliberada de sofrimento físico ou mental. Por isso, as respostas positivas colhidas não significam que os profissionais de

segurança no Brasil sejam expostos às formas mais atrozes de violência, nem haveria quem nas instituições policiais concordasse com isso; ainda que, legalmente, muitas das ocorrências que vitimam policiais em determinados treinamentos pudessem ser, em tese, enquadradas na lei brasileira sobre tortura. Seria possível imaginar, no mais, que a definição moderna de “tortura”, que agrega a experiência de “sofrimento mental” tivesse, neste caso, inflacionado as respostas afirmativas. Nesta hipótese, por exemplo, situações de humilhação – não necessariamente menos graves - poderiam ter sido enquadradas pelos consultados neste tipo penal. A hipótese se enfraquece, entretanto, pelo fato da pesquisa ter proposto um item específico para estimar as práticas de humilhação que, como se verá, revelaram percentuais muito superiores àqueles encontrados para esta questão.

O que a pesquisa revela de forma impactante é que 20,5% dos respondentes da amostra ponderada relataram já terem sido vítimas de tortura.

Entre as corporações, a vitimização por tortura está assim distribuída:

Tabela 12 - Profissionais de segurança vítimas de tortura em treinamento ou fora dele

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	25,6%	26,7%	9,8%	10,7%	25,9%	11,5%	9,3%	20,5%
Não	74,4%	73,3%	90,2%	89,3%	74,1%	88,5%	90,7%	79,5%

P. Foi vítima de tortura em treinamento ou fora dele (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental)?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Também aqui, a distribuição das vítimas por sexo é bastante diferenciada. Entre os que afirmaram terem sido vítimas de tortura, 90,2% são homens e 9,8%, mulheres. Assinale-se, entretanto, que, como as mulheres constituem pouco mais de 12% de nossa amostra, os percentuais

encontrados para vítimas de tortura são bem menos diferenciados por sexo se comparados aos encontrados para vitimização por arma de fogo. Policiais e demais agentes de segurança femininas estão muito mais expostas aos riscos de serem torturadas em suas próprias corporações do que serem alvejadas em circunstâncias de confronto com civis armados.

A incidência muito maior entre policiais militares e bombeiros militares quando comparada com policiais civis sugere forte correlação entre prática de tortura e o tipo de formação militar ainda em vigor no Brasil. O tema merece um estudo específico capaz de averiguar, entre outras hipóteses, até que ponto – a par das reformas institucionais e dos avanços já alcançados pelas Polícias Militares -- as concepções vigentes quanto à formação dos policiais e bombeiros militares convivem ainda com o pressuposto de que a oferta de sofrimento cumpra papel “formador” para as atividades de policiamento. Uma investigação do tipo poderia também identificar se idéias do tipo espelham antigas tradições das FFAA, que procuram imitar circunstâncias especialmente estressantes em seus cursos de formação sob o argumento de “adestrar” os aspirantes às situações típicas de guerra.

Seja como for, submeter agentes da segurança pública a práticas de tortura e imaginar que isto constitua uma “pedagogia” assinala a permanência lamentável de um passado que, por isso mesmo, não é ainda passado.

XII.3. Vitimados pela violência física

18,9% dos respondentes já foram vítimas de violência física, em serviço, por pessoas condenadas ou suspeitas de atividades ilícitas. 8,4% passaram pela mesma experiência em períodos de folga e 4,2% foram agredidos, fisicamente, por outro policial.

Nas corporações, as respostas afirmativas para vitimização por violência física estão assim distribuídas:

Tabela 13 - Profissionais de segurança vítimas de violência física em serviço

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	22,1%	21,3%	19,0%	17,0%	4,7%	15,7%	16,7%	18,9%
Não	77,9%	78,7%	81,0%	83,0%	95,3%	84,3%	83,3%	81,1%

P. Foi vítima de violência física em serviço por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 14 - Profissionais de segurança vítimas de violência física durante período de folga

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	9,6%	10,3%	9,0%	8,1%	3,9%	6,4%	6,4%	8,4%
Não	90,4%	89,7%	91,0%	91,9%	96,1%	93,6%	93,6%	91,6%

P. Foi vítima de violência física durante período de folga por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 15 - Profissionais de segurança vítimas de violência física por parte de outro policial

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	4,0%	6,2%	3,3%	2,9%	4,4%	5,3%	3,8%	4,2%
Não	96,0%	93,8%	96,7%	97,1%	95,6%	94,7%	96,2%	95,8%

P. Foi vítima de violência física por parte de outro policial?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Os dados quanto à vitimização por violência física são mais expressivos do que aqueles encontrados em outros estudos. Trabalho já referido de Minayo *et al*(2007), por exemplo, encontrou 10,3% de respostas afirmativas, no estado do Rio de Janeiro, para este item, entre policiais militares, e 8,2%, entre policiais civis quando no serviço, sem diferenciação de autoria.

Por outro lado, os dados para vitimização de guardas municipais reforçam a hipótese já mencionada de reprodução de um perfil de atuação mais identificado com a maximização da dimensão repressiva, que caracteriza o modelo reativo de policiamento⁷.

Os cruzamentos com a cor auto-relatada mostraram diferenças estatisticamente significativas para negros e indígenas, que aparecem como mais atingidos por colegas. A situação, neste particular, sugere uma gravidade maior para os descendentes de indígenas se comparados aos afro-descendentes. 10,8% daqueles relataram vitimização neste item, contra 6,4% entre os negros.

XII.4. Gravemente ameaçados

O quadro evidenciado nos itens anteriores sobre violência física é reforçado pelos dois próximos, que tratam da ocorrência de grave ameaça. 41,8% dos respondentes declararam já ter sofrido ameaça de morte ou de violência física por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita e, do total da amostra, 6,4% confirmaram já ter sofrido o mesmo tipo de grave ameaça por parte de um policial.

Entre as corporações, as graves ameaças estão assim distribuídas:

⁷ Sherman – citado por Bayley (2001:36) – afirma que: “A ação policial é proativa quando é iniciada e direcionada pela própria polícia ou pelos próprios policiais, independentemente da demanda dos cidadãos e até mesmo em conflito com a demanda dos cidadãos. A ação policial é reativa quando é iniciada e direcionada por uma solicitação dos cidadãos. Todas as polícias atuam de forma proativa e reativa. O que varia de uma polícia para a outra é a forma de combinar ações e estratégias proativas e reativas: enquanto algumas polícias privilegiam estratégias proativas, outras privilegiam estratégias reativas”. Essa definição parece subestimar, entretanto, a existência de um “modelo”, vale dizer: de um sistema de policiamento reativo que se tornou amplamente majoritário em todo o mundo ao longo do século XX. O problema, então, não seria de “ênfase” ou de “prioridade” entre duas naturezas de condutas igualmente necessárias, mas de optar entre duas racionalidades para o trabalho policial, que são completamente distintas.

Tabela 16 - Profissionais de segurança ameaçados de morte ou violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	44,7%	41,2%	44,9%	55,8%	10,6%	38,3%	55,6%	41,8%
Não	55,3%	58,8%	55,1%	44,2%	89,4%	61,7%	44,4%	58,2%

P. Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 17 - Profissionais de segurança ameaçados de morte ou violência física por outro policial

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	5,2%	14,0%	8,3%	14,5%	3,6%	8,1%	5,0%	6,4%
Não	94,8%	86,0%	91,7%	85,5%	96,4%	91,9%	95,0%	93,6%

P. Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por outro policial?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

93,23% das vítimas de graves ameaças feitas por condenados ou suspeitos são homens e 6,67%, mulheres. Quando a ameaça de morte ou de violência física é feita por policial, 89,9% das vítimas são homens e 10,1% são mulheres.

Os elevados percentuais para graves ameaças sofridas por agentes penitenciários podem ser compreendidos como parte de um cotidiano de interações face a face com os custodiados e sugerem uma constante de beligerância a caracterizar a vida prisional brasileira. O alto percentual de guardas municipais gravemente ameaçados, uma vez mais, parece coerente com a hipótese já assinalada de uma atuação marcadamente repressiva e sem vínculos comunitários.

Os cruzamentos por cor ou identidade étnica auto-relatada encontraram diferença estatística apenas quanto aos descendentes de indígenas. 14,2% deste grupo relataram já terem sido gravemente

ameaçados por um colega de profissão, contra uma média em torno de 6% de relatos de vítimas de outras etnias.

XII.5. Vitimados pela violência no trânsito

22,2% dos respondentes já sofreram acidente de trânsito em serviço. A distribuição deste tipo de ocorrência entre as corporações está assim configurada:

Tabela 18 - Profissionais de segurança vítimas de acidente de trânsito em serviço

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	25,5%	28,0%	22,6%	17,2%	17,7%	18,0%	7,7%	22,2%
Não	74,5%	72,0%	77,4%	82,8%	82,3%	82,0%	92,3%	77,8%

P. Sofreu acidente de trânsito em serviço?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Como se poderia esperar, os policiais militares estão mais expostos a este tipo de ocorrência. Vinculados a um modelo de policiamento no qual se espera que o patrulhamento aleatório possa reduzir o medo do crime -- ou a “sensação de insegurança” --, muitos PMs seguem cumprindo extensas jornadas de patrulhamento motorizado nos centros urbanos. De outra parte, vinculados ao sistema de atendimento de emergências, são os policiais militares os que são chamados para atender ocorrências com crimes em andamento ou para iniciar a persecução criminal na grande maioria dos delitos comunicados; são também eles os que são cotidianamente solicitados pela população para prestar todo o tipo de ajuda em situações especialmente graves, a maioria delas não vinculadas a práticas criminais.

Os percentuais de respostas afirmativas colhidos entre os bombeiros parecem indicar, da mesma forma, riscos inerentes ao atendimento de situações que, por definição, caracterizam emergências e onde se pressupõe que a rapidez no deslocamento de viaturas possa implicar maiores chances de salvamentos.

Os índices de acidentes entre policiais civis e entre guardas municipais, entretanto, não parecem expressar resultados correlacionados as suas respectivas funções. Se o mandato da polícia judiciária se define, sobretudo, por suas responsabilidades investigativas – missão para a qual saber a direção a tomar é bem mais relevante do que a velocidade nos deslocamentos das viaturas --, então se poderiam esperar números bem menos significativos de acidentes envolvendo policiais civis. Da mesma forma, não se concebem percentuais tão altos de vitimização por acidentes de trânsito entre guardas municipais, cujas funções não estão diretamente relacionadas ao atendimento de ocorrências ou emergências.

O cruzamento por sexo encontrou que 24% dos homens já sofreram acidente de trânsito em serviço, contra 10,7% de mulheres com a mesma experiência.

XII.6. Discriminados pela função

Os profissionais da segurança pública, no Brasil, sentem-se discriminados pelas funções que exercem. 61,1% dos respondentes da amostra ponderada responderam afirmativamente a esta questão, o que evidencia que os policiais brasileiros e demais profissionais da área não apenas entendem que não são distinguidos pelas funções que desempenham, mas também – muito pior – percebem suas respectivas missões como fonte de exclusão ou desrespeito por parte do público. Tal percepção contrasta com a ausência de políticas públicas consistentes que promovam laços de confiança do público com os agentes de segurança.

Uma lacuna que termina por debilitar a eficácia do próprio trabalho destes profissionais – destacadamente quanto às possibilidades de receberem informações do público sobre eventos e dinâmicas criminais. Assim, percebidos comumente como “estranhos” pelas comunidades às quais deveriam oferecer proteção, os policiais tendem a ser mais temidos do que respeitados e apenas excepcionalmente alicerçam seu trabalho em fortes vínculos comunitários (ROLIM, 2006).

Entre as corporações, a experiência está assim distribuída:

Tabela 19 - Discriminação por serem profissionais de segurança

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	66,1%	66,8%	62,4%	52,7%	31,6%	61,1%	57,7%	61,1%
Não	33,9%	33,2%	37,6%	47,3%	68,4%	38,9%	42,3%	38,9%

P. Foi discriminado por ser policial ou agente do sistema de segurança?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

O problema, como se percebe, está mais presente entre os policiais militares. Os indicadores das demais corporações, não obstante, são especialmente altos, o que sugere um problema mais amplo que deve estar correlacionado à redução da auto-estima entre os profissionais da área e que, muito provavelmente, traduza experiência incomum de sofrimento psicológico. Afinal, se existimos pelo olhar do outro, perceber que este olhar é de desprezo ou desconfiança equivale a descobrir que algo de substancial em nós mesmos está exilado do mundo.

A experiência é compartilhada em percentuais relativamente próximos por ambos os sexos: os que se sentem discriminados por serem profissionais de segurança perfazem 62,6% entre os homens e 51,9% entre as mulheres.

XII.7. Humilhados e desrespeitados nas corporações

Tal situação de desvalorização dos policiais é paradoxalmente repostada por várias das dinâmicas construídas por suas próprias instituições. Não casualmente, 53,9% dos respondentes da amostra ponderada relataram já terem sido vitimados por humilhação e desrespeito por parte de superiores hierárquicos; 21,1% sofreram o mesmo por parte de colega da mesma posição hierárquica e 7,2%, por colega de posição hierárquica inferior.

Estas três experiências estão distribuídas entre as corporações da seguinte forma:

Tabela 20 - Profissionais de segurança que humilhados / desrespeitados por superior hierárquico

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	57,7%	61,9%	53,4%	52,3%	54,5%	40,9%	42,2%	53,9%
Não	42,3%	38,1%	46,6%	47,7%	45,5%	59,1%	57,8%	46,1%

P. Foi humilhado / desrespeitado por superior hierárquico?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 21 - Profissionais de segurança humilhados / desrespeitados por colega de mesmo posto

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	17,4%	25,6%	29,5%	23,5%	18,8%	22,9%	27,9%	21,1%
Não	82,6%	74,4%	70,5%	76,5%	81,2%	77,1%	72,1%	78,9%

P. Foi humilhado / desrespeitado por colega de mesmo posto?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 22 - Profissionais de segurança humilhados / desrespeitados por colega de posto inferior

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	5,0%	13,5%	9,3%	21,6%	6,2%	9,4%	10,2%	7,2%
Não	95,0%	86,5%	90,7%	78,4%	93,8%	90,6%	89,8%	92,8%

P. Foi humilhado / desrespeitado por colega de posto inferior?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Os percentuais sugerem relações muito desrespeitosas entre os policiais e os agentes de segurança. Aparentemente, o fato de as humilhações praticadas por superiores hierárquicos serem mais comuns entre policiais militares sugere que as concepções mais rígidas de disciplina vigentes nas PMs abrem mais frequentemente espaço para a desconsideração do outro. Com efeito, as mesmas práticas são menos comuns entre policiais militares de mesmo posto e substancialmente menores para humilhações praticadas por PMs contra superiores hierárquicos, se comparadas com os percentuais para ambas as situações vividas entre policiais civis, guardas municipais e agentes penitenciários.

Se hierarquia e disciplina militares estão assim correlacionadas a um tipo de vitimização por humilhação e desrespeito de caráter “vertical” – das posições superiores sobre as subalternas – seria, muito provavelmente, precipitado imaginar que a linha de desrespeito nas Polícias Militares possa ser traçada nitidamente entre oficiais e praças. A pesquisa parece revelar, aqui, um fenômeno mais complexo. Com efeito, entre praças, as vítimas de humilhação por superior hierárquico são 57.7% da amostra ponderada contra 61,9% entre os oficiais. Este dado é coerente com a realidade encontrada entre policiais civis onde os percentuais de vitimização para o mesmo item são muito próximos para Delegados (52,3%) e não-delegados (53,4%).

É possível que este fenômeno traduza também uma sensibilidade específica dos segmentos com maior escolarização frente à vitimização por humilhação. Nesta hipótese, policiais com formação mais rudimentar relevariam certos tipos de conduta de seus superiores, não as enquadrando como humilhantes, pelo simples fato de terem, até certo ponto, “naturalizado” a própria humilhação. Nesta hipótese, estaríamos diante do fenômeno da “violência simbólica”, como definido por Bourdieu (1989). Seja como for, os dados expostos são contra-intuitivos e sugerem que as práticas humilhantes são, pelo menos, tão comuns entre oficiais e entre delegados quanto entre estes e seus subordinados.

Para estes itens, os cruzamentos por cor auto-relatada revelaram diferenças estatisticamente relevantes para a humilhação sofrida pelos indígenas.

XII.8. Acusados injustamente e com direito de defesa negado ou cerceado

Quase $\frac{1}{4}$ dos respondentes (23,8%) afirmou já ter sido acusado injustamente da prática de um delito e pouco mais de $\frac{1}{4}$ (25,3%) assinalou que sua corporação já negou ou cerceou seu direito de defesa.

O fenômeno é especialmente preocupante também pelo fato de que as corporações da área da segurança pública não oferecem aos seus integrantes, via de regra, apoio jurídico diante de um processo – menos ainda ante um procedimento administrativo (o qual, na PM, pode implicar privação de liberdade). Isso significa, na prática, que policiais, bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários deverão arcar com os custos de suas defesas se forem processados -- civil ou criminalmente -- por atos praticados no exercício de suas funções. Uma situação que, no caso de agentes encarregados de fazer cumprir a lei, fere os mais elementares princípios da razoabilidade: se não por outro motivo, porque as funções exercidas por estes servidores os colocam, muito frequentemente, ante

situações onde pessoas que foram abordadas, fiscalizadas, admoestadas, investigadas, presas ou custodiadas, podem dar início a processos por diferentes motivos, inclusive por interpretações equivocadas a respeito da conduta questionada ou mesmo por motivos instrumentais e razões imorais. Em outros momentos, dentro das próprias corporações, é possível que disputas políticas entre grupos de policiais ou agentes de segurança agenciem artificialmente denúncias encaminhadas às corregedorias e ao Ministério Público. Assim, ainda que estivéssemos seguros de que a grande maioria dos processos judiciais abertos contra agentes de segurança no Brasil trata, efetivamente, de práticas abusivas e ilegais por eles cometidas, não parece justo que a defesa dos policiais e demais agentes com atuação na área não seja patrocinada pelo Estado, que recrutou e formou estes profissionais, exigindo-lhes a disposição de entregar suas vidas, se necessário, em defesa da paz social.

A distribuição desses relatos por corporação está assim disposta:

Tabela 23 - Profissionais de segurança acusados injustamente da prática de ato ilícito

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	26,4%	34,9%	27,8%	35,2%	14,2%	14,0%	14,8%	23,8%
Não	73,6%	65,1%	72,2%	64,8%	85,8%	86,0%	85,2%	76,2%

P. Foi acusado injustamente da prática de ato ilícito ?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 24 - Profissionais de segurança que tiveram seu direito de defesa negado ou cerceado pela corporação

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	28,6%	34,7%	18,5%	21,0%	23,5%	22,2%	16,9%	25,3%
Não	71,4%	65,3%	81,5%	79,0%	76,5%	77,8%	83,1%	74,7%

P. Teve seu direito de defesa negado ou cerceado pela corporação?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Nestes dois pontos, oficiais das Polícias Militares e delegados das Polícias Cíveis registraram mais respostas afirmativas, se comparadas, respectivamente, aos relatos de praças e agentes de polícia. Do total de policiais civis e militares, 34,9% dos oficiais e 35,2% dos delegados afirmaram terem sido acusados injustamente pela prática de ato ilícito, contra 26,4% de relatos positivos entre praças e 27,8% entre agentes de polícia. As respostas são coerentes com aquelas oferecidas à pergunta sobre a experiência de ter o direito de defesa negado ou cerceado pela corporação. Neste caso, 34,7% dos oficiais e 21% dos delegados responderam afirmativamente, contra 28,6% de praças e 18,5% de agentes de polícia.

No conjunto das respostas afirmativas sobre a experiência de já ter sido acusado injustamente por ato ilícito, temos 25,7% dos homens e 11,8% das mulheres. Já para os relatos positivos sobre já ter tido o seu direito de defesa negado ou cerceado pela corporação, encontramos 26,6% dos homens e 16,8% das mulheres.

XII.8. Vitimados pelo racismo

Do total dos respondentes na amostra ponderada, 5,3% consideraram já terem sido vítimas de racismo. Entre as corporações, as respostas delinearão o seguinte quadro:

Tabela 25 - Profissionais de segurança vítimas de racismo/ corporações

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	5,7%	4,7%	4,4%	1,0%	5,0%	6,4%	3,9%	5,3%
Não	94,3%	95,3%	95,6%	99,0%	95,0%	93,6%	96,1%	94,7%

P. Foi vítima de racismo?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Como seria de se esperar, as respostas afirmativas para experiência de vitimização por racismo se distribuem de maneira bem distinta quando se examina a cor auto-relatada. Os negros são os mais atingidos pelo racismo. Quase um entre cada 4 agentes de segurança pública de cor negra já foram vítimas de racismo. Depois dos negros, os indígenas foram os que mais relataram casos de discriminação por racismo.

Tabela 26 - Profissionais de segurança vítimas de racismo/ cor auto-relatada

	Branco	Negro	Pardos	Amarelos	Indig.	NS/NR	Total
Sim	1,7%	23,3%	5,2%	4,6%	8,8%	9,7%	5,3%
Não	98,3%	76,7%	94,8%	95,4%	91,2%	90,3%	94,7%

P. Foi vítima de racismo?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XII.9. Assediados sexualmente e discriminados pelo gênero

3,3% dos policiais e agentes de segurança da amostra relataram terem sido vítimas de assédio sexual, delito cuja tipificação pressupõe a tentativa constrangedora de obtenção de favores sexuais por parte de superior hierárquico. E 9,7% do total da amostra revelaram terem sido discriminados pelo gênero.

A distribuição desses relatos por corporação está assim disposta:

Tabela 27 - Profissionais de segurança vítimas de assédio sexual

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	3,2%	4,0%	4,1%	5,7%	2,9%	3,2%	2,2%	3,3%
Não	96,8%	96,0%	95,9%	94,3%	97,1%	96,8%	97,8%	96,7%

P. Foi vítima de assédio sexual (tentativa constrangedora de obter favores sexuais por parte de superior hierárquico)?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 28 - Profissionais de segurança vítimas de discriminação por conta de seu gênero

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	8,0%	10,0%	14,2%	19,2%	7,4%	13,1%	9,1%	9,7%
Não	92,0%	90,0%	85,8%	80,8%	92,6%	86,9%	90,9%	90,3%

P. Foi vítima de discriminação por conta de seu gênero (por ser homem ou por ser mulher)?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Sem surpresas, a grande maioria das vítimas de assédio sexual é composta por mulheres. O cruzamento por sexo revelou que 16% das mulheres já foram vitimadas por este delito, contra 1,3% dos homens. Distribuição desigual que se amplia quando examinamos a discriminação de gênero entre os sexos: 55,3% das mulheres já sentiram na pele o problema, contra 2,5% dos homens.

Muito provavelmente, a assimetria que caracteriza as relações de gênero, no Brasil, é potencializada dentro das corporações de segurança pública, notadamente nas polícias. Neste particular, a pesquisa sugere um problema especial a ser superado quanto ao tema nas Polícias Civis, onde há o maior número de mulheres e onde encontramos os percentuais mais altos tanto para assédio quanto para discriminação por gênero.

XII.10. Discriminados por orientação sexual

Apenas 1,1% dos respondentes admitiu ter sofrido discriminação por orientação sexual. Embora a pergunta tenha incorporado qualquer orientação sexual – inclusive a dominante heterossexual –, o tipo de discriminação que se pretendeu estimar envolve aquela praticada muito frequentemente, no Brasil, contra as minorias homossexuais. No caso, os baixos percentuais encontrados podem traduzir fenômenos superpostos. Primeiramente, sabe-se que a homofobia é muito forte nas sub-culturas policiais. Vários estudos internacionais têm demonstrado, em diferentes países, que as instituições policiais frequentemente se recusam a contratar gays e lésbicas (BUHRKE, 1996; MAROTTA, 1981); mais do que isso, é comum que os homossexuais sejam vistos pelos policiais

como um tipo de “gente desprezível” (BUHRKE, 1996), o que estaria na base da violência oferecida a estes grupos pelos profissionais da segurança pública (COMSTOCK, 1991). Esta circunstância poderia ter inibido respostas positivas neste ponto, mesmo em questionários anônimos. Outra hipótese seria a de uma sub-representação de homossexuais nas polícias – exatamente pela maior presença de preconceitos homofóbicos nas agências de segurança pública.

XII.11. Discriminados por convicção religiosa

7,8% dos respondentes relataram já terem sido discriminados por conta de suas convicções religiosas. Não foi possível identificar diferenças estatisticamente relevantes entre as vítimas, segundo suas crenças ou igrejas.

O percentual de discriminados neste item sugere um problema que deve ser melhor conhecido, até para saber se há uma tendência de intolerância crescente neste aspecto, dentro das corporações e na sociedade como um todo. O percentual de 7,8% de respostas afirmativas não deve ser menosprezado até mesmo pelo contexto caracterizado pelos altos percentuais para as alternativas “não tenho religião” e “não tenho religião, mas acredito em Deus” que somaram 28,4% da amostra.

A distribuição pelas corporações deste tipo de prática intolerante revela o seguinte quadro:

Tabela 29 - Profissionais de segurança discriminados por conta de suas convicções religiosas

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	8,2%	9,8%	6,1%	1,9%	9,6%	7,7%	6,3%	7,8%
Não	91,8%	90,2%	93,9%	98,1%	90,4%	92,3%	93,7%	92,2%

P. Foi discriminado por conta de suas convicções religiosas ou por ser membro de congregação, igreja ou movimento religioso?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XII.12. Discriminados por convicção política

Do total da mostra, 13,9% relataram já terem sido discriminados por suas convicções políticas ou por serem simpatizantes de partido político.

Entre os homens, 14,6% responderam afirmativamente e, entre as mulheres, encontraram-se 9,8% de relatos do mesmo tipo.

A distribuição pelas corporações revela o seguinte quadro:

Tabela 30 - Profissionais de segurança discriminados por suas convicções políticas

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	13,0%	15,4%	13,0%	17,7%	11,2%	22,5%	11,8%	13,9%
Não	87,0%	84,6%	87,0%	82,3%	88,8%	77,5%	88,2%	86,1%

P. Foi discriminado por conta de suas convicções políticas ou por ser simpatizante de partido político?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Os percentuais para cada uma das corporações sugerem forte influência política sobre o cotidiano dos profissionais em segurança pública, no Brasil; um tema para o qual, ao que tudo indica, ainda não se conferiu a devida importância. Muito possivelmente, o estabelecimento por imposição e constrangimento de redes internas e externas (políticas) de lealdades ou mesmo processos de “partidarização” da segurança pública se vinculam, fortemente, à ineficácia das políticas públicas, na área, e explicam parte importante dos problemas crônicos de gestão nas corporações.

O que ocorre é que, quando a lógica das disputas político-partidárias se impõe aos critérios de racionalidade administrativa, o mais provável é que novas divisões se produzam no interior das corporações e que os grupos assim formados desenvolvam comportamentos estratégicos cujo verdadeiro e velado objetivo é “derrotar” os adversários. Nesta moldura, as disputas pelo poder nas corporações farão com que o desenvolvimento de

políticas públicas fundadas em diagnósticos consistentes e metas coerentes seja ainda mais improvável.

XII.13. Desatendidos na saúde

32,2% dos respondentes afirmaram já terem sido desconsiderados em seu direito à assistência médica e/ou odontológica. Chama a atenção o elevado percentual de respostas afirmativas, neste item, oferecidas por guardas municipais. O fato sugere debilidade na organização das estruturas das Guardas e desatenção de boa parte dos Executivos Municipais com relação ao necessário apoio que devem prestar aos seus guardas.

A par desta situação, é preciso sublinhar que o tema da atenção na área da saúde – inclusive e especialmente na área da saúde mental– tende a desempenhar um papel muito significativo na relação com os policiais e demais agentes de segurança. Expostos a situações particularmente estressantes, convivendo cotidianamente com riscos situados bem acima da média das demais instituições, e desvalorizados no interior de suas próprias corporações --como esta própria pesquisa demonstra--, é natural que os profissionais de segurança tenham necessidades especiais de assistência e precisem de determinados programas na área da saúde. Como se sabe, casos de depressão, alcoolismo e drogadição entre profissionais de segurança, no Brasil, há muito deixaram de ser ocorrências dispersas e pouco representativas dos dilemas enfrentados nas corporações. Pesquisa realizada pela socióloga Maria Caetana Pedroso Rodrigues, no ano de 2000, encontrou em um universo de 561 policiais militares com atuação em Porto Alegre, um percentual de 25,13% de alcoólatras, além de 7,66% em risco de se tornarem dependentes do álcool⁸. Como se não bastasse,

⁸ Estudo citado em matéria de Carlos Etchichury para o jornal Zero Hora, em 27/01/2002. Disponível em: <http://www.policiaeseguranca.com.br/estresse.htm>

moléstias diretamente vinculadas ao exercício das funções profissionais, casos graves de vitimização de policiais que deixam seqüelas físicas e psicológicas, ou que os incapacitam ao trabalho, entre muitos outros problemas, apenas confirmam a importância do tema e a urgência em dispensar a ele a merecida prioridade.

A distribuição pelas corporações revela o seguinte quadro:

Tabela 31- Profissionais de segurança vítimas de desconsideração quanto ao seu direito à assistência médica e/ ou odontológica

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	34,1%	30,0%	31,6%	26,1%	31,6%	30,2%	26,4%	32,2%
Não	65,9%	70,0%	68,4%	73,9%	68,4%	69,8%	73,6%	67,8%

P. Foi vítima de desconsideração quanto ao seu direito à assistência médica e/ ou odontológica?
Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XII.14. Desrespeitados em seus direitos trabalhistas

39,3% dos policiais e agentes de segurança, no Brasil, relataram já terem tido seus direitos trabalhistas desrespeitados.

A distribuição pelas corporações revela o seguinte quadro:

Tabela 32 - Profissionais de segurança vítimas de desrespeito dos seus direitos trabalhistas

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	39,7%	43,6%	40,4%	45,7%	41,3%	38,3%	30,5%	39,3%
Não	60,3%	56,4%	59,6%	54,3%	58,7%	61,7%	69,5%	60,7%

P. Teve seus direitos trabalhistas (pagamento do salário em dia, férias, 13º salário, pagamento de horas extras etc.) desrespeitados?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XII.15. Vitimados por outras situações de violência e desrespeito

Ao final desta parte do questionário sobre vitimização de policiais e agentes de segurança, agregamos uma última questão, indagando sobre

a eventual ocorrência de alguma forma de violência ou desrespeito não abordada pela pesquisa.

Mais uma vez, os percentuais de respostas afirmativas foram expressivos, alcançando 30,6%.

A distribuição pelas corporações revela o seguinte quadro:

Tabela 33 - Profissionais de segurança vítimas outra situação de violência ou desrespeito

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	30,0%	33,8%	33,6%	36,3%	26,9%	31,8%	28,4%	30,6%
Não	70,0%	66,2%	66,4%	63,7%	73,1%	68,2%	71,6%	69,4%

P. Outra situação de violência ou desrespeito?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XII.16. Apoio aos policiais que participem de ocorrências com morte

A pesquisa procurou recolher as opiniões dos profissionais de segurança pública sobre quais os procedimentos que deveriam ser tomados no caso de um policial ou um agente de segurança participar de ocorrência com morte (de colega, de suspeito ou de qualquer outra pessoa). Os respondentes se posicionaram sobre quatro medidas: a) retirada temporária do policial da escala normal, b) garantia de apoio psicológico c) oferta de cursos de capacitação sobre temas como o uso legal da forma e d) garantia de apoio jurídico.

76,2% dos respondentes concordaram com a retirada do agente envolvido da escala normal de trabalho, para preservá-lo; 98,1%, concordaram com a necessidade de garantir ao policial o necessário apoio psicológico; 70% manifestaram apoio à idéia de encaminhar este policial para cursos de capacitação e, por fim, 97,2% aprovaram a idéia de garantir ao profissional apoio jurídico.

A frequência simples foi distribuída da seguinte forma:

Tabela 34 – Opinião sobre procedimentos em caso de ocorrência com morte

Retirar esse profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo	Sim	76,2%
	Não	16,5%
	Não sei avaliar	7,3%
Garantir-lhe apoio psicológico	Sim	98,1%
	Não	,8%
	Não sei avaliar	1,1%
Encaminhá-lo para período de capacitação, com cursos sobre temas como o uso legal da força, entre outros	Sim	70,0%
	Não	21,4%
	Não sei avaliar	8,6%
Garantir-lhe apoio jurídico	Sim	97,2%
	Não	,9%
	Não sei avaliar	2,0%

P. Que procedimentos você considera adequados em caso de um policial ou um agente de segurança participar de ocorrência com morte (de colega, de suspeito ou de qualquer outra pessoa)?
Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XII.17. Percepção dos agentes de segurança sobre alcoolismo e drogadição em suas corporações comparativamente às demais profissões

,9 % dos respondentes avaliaram que os problemas de alcoolismo e drogadição são mais freqüentes entre policiais e profissionais da segurança; 38,7% manifestaram o entendimento de que aqueles problemas de saúde são igualmente freqüentes nas profissões e 15,1% avaliaram que alcoolismo e drogadição são menos freqüentes entre os profissionais de segurança. 14,3% dos respondentes não souberam avaliar o tema.

Tabela 35: Opinião sobre alcoolismo e dependência de drogas entre profissionais de segurança

Mais frequentes entre policiais/profissionais da segurança	31,9%
Igualmente frequentes entre todas as profissões	38,7%
Menos frequentes entre policiais/profissionais da segurança	15,1%
Não sei avaliar	14,3%
Total	100,0%

P. Na sua opinião, problemas de saúde como alcoolismo e dependência de drogas são:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

A distribuição das respostas entre as corporações ficou assim distribuída:

Tabela 36: Opinião sobre alcoolismo e dependência de drogas segundo instituição

	PM	PC	Bomb.	GM	SPenit	Total
Mais frequentes entre policiais/profissionais da segurança	31,7%	40,5%	28,3%	20,5%	35,3%	31,9%
Igualmente frequentes entre todas as profissões	38,1%	38,3%	40,8%	44,0%	34,3%	38,7%
Menos frequentes entre policiais/profissionais da segurança	16,1%	8,9%	13,3%	20,5%	15,4%	15,1%
Não sei avaliar	14,1%	12,3%	17,6%	15,1%	15,0%	14,3%

P. Na sua opinião, problemas de saúde como alcoolismo e dependência de drogas são:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XIII. Escolaridade, formação, aperfeiçoamento e projetos

Formação e treinamento são importantes para o desempenho das instituições de segurança pública

Uma das avaliações unânimes dos profissionais de segurança consultados é que formação e treinamento são cruciais para o desempenho

das atividades policiais. Nada menos que 97,1% profissionais consultados disseram que formação e treinamento são itens “muito importantes” ou “importantes” para o desempenho das forças de segurança. Quando verificamos, contudo, o período e o conteúdo de formação desses profissionais, encontramos quadros distintos dentro das diferentes carreiras.

XIII.1. Tempo de formação

Os cursos de formação na entrada para as carreiras de segurança pública são uma constante entre os profissionais das várias categorias. É preciso recordar que – diferentemente de diversas outras carreiras, como as carreiras do ensino ou da saúde, por exemplo – no Brasil não existe curso de formação em segurança pública fora das próprias corporações de segurança. Desta forma, ao ingressar para as polícias, as guardas, ou o sistema penitenciário, os candidatos possuem apenas cursos gerais de formação (ensino fundamental ou ensino superior) e toda a formação específica em segurança será recebida ao início da carreira. Por isso os cursos de formação e os treinamentos ao longo da carreira são decisivos para assegurar o desempenho dos profissionais.

Quando olhamos o tempo de duração dos cursos de formação dos entrevistados, verificamos que a imensa maioria declarou ter realizado cursos com durações diversas, como veremos, mas uma parcela de 5,2% dos agentes penitenciários e 5,3% dos guardas municipais⁹ revelaram não

⁹ É preciso ressaltar que, estrito senso, não se poderia falar propriamente em “carreiras” no Sistema Penitenciário e nas Guardas Municipais. Há vários estados onde policiais ocupam as funções de custódia de presos. Em relação às Guardas, o país carece de um marco regulador. Utilizaremos a expressão “carreiras” como equivalente a profissões.

ter recebido qualquer formação inicial. Apesar de numericamente pequeno, a indicação é preocupante, porque ela indica que esses profissionais não receberam qualquer orientação para o trabalho. Cursos de até três meses predominaram para agentes do Sistema Penitenciário (80,5%), guardas municipais (50,5%) e parte dos agentes da PC (32%). Cursos de três a seis meses predominaram entre delegados (47,8%) e uma boa parte dos agentes da PC (45,2%). Já as praças da PM (68,6%) e os bombeiros (51,9%) tiveram em sua maioria cursos de seis meses a um ano. Apenas os oficiais da PM afirmaram ter tido majoritariamente cursos de formação de mais de um ano (76%).

Tabela 37 - Tempo de duração dos cursos de formação

Curso de formação	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit
Não houve curso	0,0%	0,3%	1,7%	0,0%	0,1%	5,3%	5,2%
Até 3 meses	2,0%	1,8%	32,0%	36,9%	6,8%	50,5%	80,5%
Mais de 3 até 6 meses	25,6%	7,5%	45,2%	47,8%	33,9%	39,0%	11,5%
Mais 6 até 12 meses	68,6%	14,4%	20,7%	14,7%	51,9%	4,5%	1,8%
Mais de 1 ano	3,7%	76,0%	0,3%	0,6%	7,4%	0,8%	1,0%

P: Quanto tempo durou seu curso de formação para entrar na corporação?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XIII.2. Conteúdos de Formação e Aperfeiçoamento

Perguntamos aos profissionais que matérias e práticas tiveram nos seus cursos de formação e quais foram oferecidas ao longo de suas carreiras (excluindo os cursos feitos no âmbito da SENASP), em caráter de aperfeiçoamento. Vários aspectos cruciais se revelaram.

Tabela 38 – Cursos e Práticas oferecidas na formação e no aperfeiçoamento

Cursos e Práticas	Cursos de Formação	Cursos de Aperfeiçoamento
Condicionamento físico	92,9%	38,5%
Estatuto e Regulamento Interno	90,4%	33,1%
Primeiros Socorros	88,6%	43,0%
Defesa pessoal	89,3%	37,7%
Técnicas de abordagem	86,1%	49,8%
Direitos Humanos / Ética / Cidadania	84,7%	42,5%
Tiro	85,6%	56,2%
Legislação (direito penal e processual)	83,9%	30,6%
Relacionamento interpessoal	58,6%	26,1%
Uso Progressivo da Força	55,2%	30,7%
Gerenciamento de crise	48,6%	24,2%
Policimento comunitário	47,1%	38,3%
Mediação de conflitos	39,8%	20,3%
Defesa Civil	37,7%	13,2%
Gestão e administração	29,8%	15,3%
Técnicas de perícia criminal	31,7%	11,2%
Técnicas de investigação	33,2%	14,8%
Informática	27,7%	23,3%

P: No seu curso de formação para entrar na corporação, que matérias e práticas foram dadas?

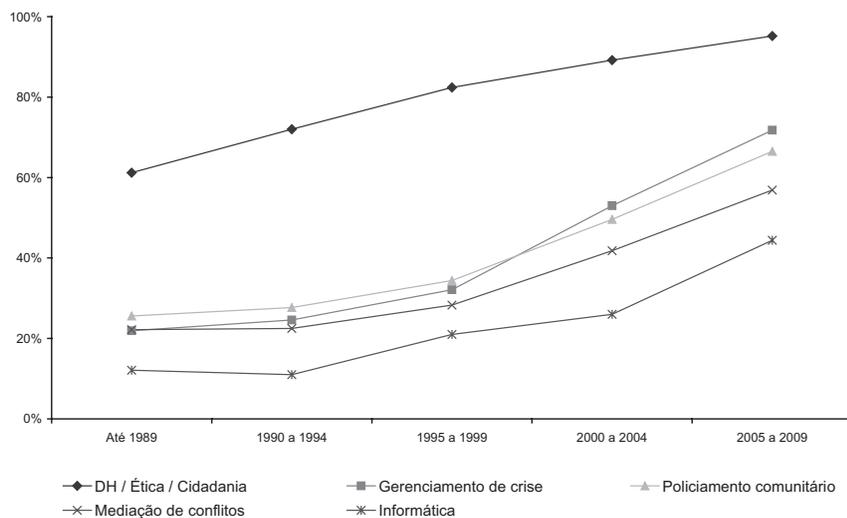
P: Que cursos de atualização ou aperfeiçoamento foram oferecidos por sua corporação ou você foi obrigado a fazer ao longo de sua carreira até agora? (não considere os cursos oferecidos pela SENASP/RENAESP)

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Em primeiro lugar surge a forte evidência de que formação é algo que ocorre concentradamente no início das carreiras e que atividades de aperfeiçoamento e capacitação posteriores são significativamente menos frequentes. Isto ocorre em absolutamente todas as modalidades de treinamento, exceto em informática. Ou seja, a proporção de profissionais que afirma ter tido uma disciplina na formação é sempre duas a três vezes maior do que a proporção em que esses cursos aparecem ao longo da carreira. O caso da informática é emblemático. Ela se encontra no fim da lista de cursos realizados na entrada (apenas 27,7% afirmaram ter tido cursos de informática na formação inicial) e uma proporção aproximadamente igual (23,3%) afirma ter tido informática como atividade de aperfeiçoamento durante a carreira. Seja como for, receber conhecimentos de informática em caráter de capacitação em apenas 20% dos casos é certamente muito pouco diante da importância desse instrumento em termos de registro e manejo de dados e informações, atividades de rotina e, especialmente, de acesso a novos conhecimentos. Os profissionais consultados parecem estar conscientes disso, porque, como veremos mais à frente, informática é o segundo campo em que gostariam de aprofundar conhecimentos.

XIII.3. As mudanças nos cursos de formação ao longo do tempo

Outra revelação importante se depreende da análise dos dados sobre os conteúdos dos cursos de formação. Embora alguns cursos relevantes apareçam em grande frequência na formação da maioria dos entrevistados, como Direitos Humanos (84,7%), descobrimos que não era assim no passado recente. O mesmo se dá com cursos menos frequentes, como Gerenciamento de Crise (48,6%), Policiamento Comunitário (47,1%), Mediação de Conflitos (39,8%); e Informática (27,7%). Quando observamos caso a caso, verificamos que sua oferta tem variado ao longo dos anos em uma linha ascendente:

Gráfico 1 – Cursos oferecidos segundo ano de ingresso nas instituições**Tabela 39 – Cursos oferecidos segundo ano de ingresso nas instituições**

Ano de ingresso	DH / Ética / Cidadania	Gerenciamento de crise	Policiamento comunitário	Mediação de conflitos	Informática
Até 1989	61,2%	21,9%	25,6%	22,2%	12,1%
1990 a 1994	72,0%	24,6%	27,7%	22,5%	11,0%
1995 a 1999	82,4%	32,1%	34,4%	28,3%	21,0%
2000 a 2004	89,2%	53,0%	49,6%	41,8%	26,0%
2005 a 2009	95,2%	71,8%	66,5%	56,9%	44,4%

P: No seu curso de formação para entrar na corporação, que matérias e práticas foram dadas?
 Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XIII.4. Áreas de interesse e desejo de aprender

Direito e Informática: o tradicional e o moderno nas carreiras de segurança

Perguntamos aos profissionais da segurança pública em que campos eles gostariam de aprofundar seus conhecimentos, além dos

cursos e especialidades oferecidos na corporação. A escolha por Direito ou Criminologia apareceu em primeiro lugar para os profissionais de todas as corporações, com exceção dos bombeiros, em que essa opção veio em terceiro lugar (Informática e Comunicação vieram na frente).

Chama a atenção o fato de que, para os profissionais da PC, Direito/Criminologia é a primeira opção de mais de 90%, sendo ainda mais acentuada entre delegados (94,6%). O outro grupo mais inclinado ao Direito é o de profissionais do Sistema Penitenciário, com 89,7%.

Imediatamente depois de Direito/Criminologia, e bem próximo deste entre os campos de preferência, encontra-se, surpreendentemente, a Informática, com 81% de respostas afirmativas.

As Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política etc.) e a Estatística (e Ciências Exatas) apareceram apenas com um terço ou pouco mais das preferências, abaixo de Administração, que teve resposta positiva de mais de 50% de todos os profissionais. Oficiais e delegados são os grupos mais interessados nas Ciências Sociais (54,4% e 58,1%).

Se, por um lado, a inclinação ao Direito como campo de preferência para aprofundar conhecimentos ainda é extremamente acentuada – e provavelmente expressa uma perspectiva jurídica diante das carreiras de segurança pública¹⁰ –, por outro lado, a Informática, que denota a abertura para os saberes e técnicas contemporâneos, vem logo em seguida, com aproximadamente 80% do interesse em todas as corporações.

¹⁰ Como já mostraram os trabalhos pioneiros de Kant de Lima, entre *eles A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*, 2ª. ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 1995 e *Polícia e exclusão na cultura judiciária. Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-183, 1997.

Tabela 40 - Campos em que gostaria de aprofundar conhecimentos

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Direito/ Criminologia	85,9%	88,5%	90,8%	94,6%	61,0%	83,3%	89,7%	84,6%
Informática	81,8%	70,5%	82,4%	70,8%	80,6%	82,2%	81,0%	81,1%
Comunicação	62,0%	56,1%	59,8%	66,1%	59,0%	71,3%	68,7%	62,7%
Ed. Física	66,7%	53,4%	51,2%	35,6%	68,7%	67,0%	56,0%	62,8%
Psicologia	53,7%	55,9%	62,8%	66,5%	52,4%	61,5%	66,9%	57,0%
Administração	51,1%	77,6%	51,6%	69,7%	55,3%	56,9%	65,0%	54,8%
Ciênc. Sociais	34,7%	54,4%	46,6%	58,1%	34,0%	43,3%	44,9%	39,3%
Estatística	30,0%	40,9%	34,3%	27,7%	35,9%	34,8%	32,6%	32,3%
Teologia	28,9%	22,4%	24,0%	24,7%	29,4%	31,2%	30,7%	28,3%

P: Além de cursos e especialidades técnicas oferecidos por sua corporação, em que campos você gostaria de aprofundar seus conhecimentos?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Quando observamos o sexo dos entrevistados, pequenas diferenças aparecem. As mulheres gostariam de aprofundar seus conhecimentos mais do que os homens em campos como Psicologia (72,0% das mulheres e 54,6% dos homens), Ciências Sociais (43,8% das mulheres e 38,6% dos homens) e Comunicação (68% das mulheres e 61,9% dos homens). Em outros casos os desejos ficam muito próximos, como em Direito/Criminologia (84,8% dos homens e 83,5% das mulheres) e Teologia (28,3% e 28,1%).

Idade e ano de ingresso influenciam pouco as escolhas de campos em que os consultados gostariam de aprofundar seus conhecimentos. Quando olhamos escolaridade, ocorre a tendência previsível de que aqueles com nível superior completo ou pós-graduação demonstram maior interesse na maioria dos campos oferecidos. Em Informática, o interesse

decrece ligeiramente na medida em que a escolaridade aumenta: 84,4% dos que têm nível médio incompleto, 79,4% dos que têm o superior incompleto e 78,4% dos que têm o superior completo ou pós-graduação, o que supõe o fato de que os segmentos mais escolarizados já tem acesso a esses conhecimentos.

XII.5. Escolaridade mínima para ingresso

Categorias tendem a exigir formação maior para suas próprias carreiras

Perguntamos **que formação deveria ser exigida para ingressar nas carreiras** praça da PM e agente da PC. Quando observamos a média de todos os respondentes, verificamos que apenas 32% acham que o nível superior deveria ser exigido para praças da PM. Contudo, quando tomamos as opiniões dos próprios policiais militares verificamos que uma parcela maior acredita que praças da PM deveriam ter nível superior para ingressar na instituição: 39,8% das praças e 49,6% dos oficiais.

Uma discrepância ainda mais acentuada ocorre com as opiniões sobre a escolaridade para ingressar na carreira de agente da PC. Entre todos os entrevistados, 49,3% consideram que deveria ser exigido nível superior. Mas essa parcela é muito maior na própria PC: 92,2% dos agentes e 83,5% dos delegados.

No documento Perfil das Organizações de Segurança Pública (SENASP, 2006)¹¹, destaca-se que nas Polícias Cíveis o ensino médio completo é predominantemente definido como escolaridade mínima exigida em praticamente todas as categorias profissionais levantadas – investigador, agente, papiloscopista e escrivão. Para o ingresso na Polícia

¹¹ Perfil das organizações de Segurança Pública: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID01FDE79D86AA482EA3A212E94697F2C2PTBRIE.htm> acesso em 22 de julho de 2009.

Civil, o cargo de delegado a escolaridade mínima exigida é sempre superior completo.

É importante destacar, contudo, que menor grau de instrução não significa necessariamente baixa qualificação técnica. Os cursos de formação e de capacitação e aperfeiçoamento durante a vida profissional nas carreiras de Segurança destinam-se exatamente a produzir qualificação técnica nos diversos campos de especialização. Por isto eles são tão determinantes para explicar o desempenho.

XII.6. Escolaridade dos profissionais de Segurança Pública

É interessante olhar as respostas dos consultados sobre formação ao entrar, treinamentos oferecidos, opiniões sobre grau de exigência de escolaridade para ingresso e campos em que eles gostariam de se aprofundar, à luz da escolaridade deles próprios. Quando observamos o conjunto de respostas, verificamos que predomina fortemente entre os profissionais de segurança a escolaridade de nível médio: 42,2%. Os que têm grau superior incompleto são 26,2% e os que têm superior completo ou pós-graduação são 27,4%. Somados, os que têm superior completo ou incompleto são um grupo maior do que o grupo com nível médio: 53,6%. Uma parcela bastante reduzida, de 4,2%, encontra-se com escolaridade menor ou igual a ensino médio incompleto.

Tabela 41 - Escolaridade dos profissionais de segurança pública

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Médio in-completo	6,0%	0,3%	0,5%	0,2%	4,9%	4,4%	0,9%	4,2%
Médio completo	52,9%	5,0%	13,2%	0,4%	43,5%	51,1%	40,7%	42,2%
Superior in-completo	26,2%	19,8%	29,5%	0,2%	28,4%	25,0%	28,1%	26,2%
Superior completo	14,9%	75,0%	56,9%	99,1%	23,3%	19,5%	30,3%	27,4%

P. Qual o seu nível de instrução?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Nível superior completo (ou pós-graduação) predomina entre oficiais da PM (75%) e delegados (99,1%). As bases das carreiras mais numerosas são compostas de profissionais que tiveram sua formação escolar até o ensino médio completo. Mas não se pode desprezar a parcela bastante significativa de profissionais com grau superior incompleto. Uma parte expressiva desses pode estar em processo de conclusão de cursos universitários. Isto se dá com praças da PM (26,2%), agentes da PC (29,5%), Bombeiros (28,4%), GM (25,0%) e pessoal do Sistema Penitenciário (28,1%).

Na média, essas parcelas representam um quarto de cada uma dessas carreiras, significando que talvez estejamos diante de um contingente profissional expressivo que realiza sua formação superior enquanto trabalha em uma profissão que não exigiu o superior completo como requisito para o ingresso.

Um dado chama a atenção em relação à base das demais carreiras. São os agentes da PC, que em sua maioria (56,9%) têm curso superior completo. Tudo indica que a tendência entre policiais, de buscarem a escolaridade de nível superior antes ou durante o ingresso nas carreiras de segurança pública, de certa forma se antecipando às exigências formais para ingresso, já começa a se realizar na base das Polícias Civis.

XIV. Perfil Sócio-Econômico e Profissional

XIV.1. Região

A distribuição dos profissionais entrevistados por regiões de moradia é similar à distribuição do efetivo dessas forças no país porque esta variável foi controlada na expansão da amostra, como explicado na introdução e detalhado na nota técnica (anexo 1).

Tabela 42 – Região de moradia dos profissionais

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Norte	8,8%	7,1%	10,5%	10,1%	8,3%	5,9%	8,0%	8,6%
Nordeste	25,5%	23,8%	19,8%	24,2%	16,7%	26,6%	14,2%	23,0%
Centro- Oeste	9,7%	13,2%	12,4%	10,8%	15,5%	4,2%	7,6%	10,0%
Sudeste	43,5%	45,5%	45,7%	45,1%	47,6%	55,3%	59,1%	46,8%
Sul	12,5%	10,5%	11,5%	9,8%	12,0%	8,0%	11,1%	11,6%

P. Estado onde você trabalha

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Também perguntamos aos profissionais sobre o tamanho das cidades onde eles trabalhavam no momento em que respondiam à Consulta. Segundo dados do IBGE, tomados os 150 municípios com mais de 400.000 habitantes (capitais e municípios de RMs), temos 50,4% da população urbana brasileira. Os municípios com menos de 50.000 habitantes reúnem 30,7% da população urbana. Como vemos na tabela abaixo, os profissionais de segurança pública encontram-se extremamente concentrados nas capitais, RMs e municípios com mais de 50.000 habitantes.

Tabela 43 - Tamanho do município onde trabalham

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Deleg. PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Capital	38,5%	62,0%	48,0%	46,7%	46,9%	57,9%	22,2%	42,6%
Município de Região Metro- politana	13,0%	13,5%	10,8%	8,8%	14,7%	25,4%	16,2%	14,3%
Município com mais de 50.000 hab.	25,8%	16,9%	22,4%	24,1%	24,9%	12,9%	35,3%	24,2%
Município com menos de 50.000 hab.	19,4%	6,1%	17,4%	19,3%	11,6%	2,9%	23,1%	16,3%
Outra	3,3%	1,6%	1,5%	1,1%	1,9%	1,0%	3,1%	2,5%

P. Característica da cidade onde você trabalha

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XIV.2. Gênero, Idade, Ano de Ingresso e Estado Civil¹²

A presença de mulheres entre os profissionais das diversas corporações e patentes é bastante modesta, ficando em média em pouco mais de 13% quando tomamos todas as corporações. Em algumas categorias, como a de delegados, a participação é bem maior, chegando a um terço. A menor participação encontra-se entre praças, com apenas 9,6% de PFems nos postos de soldado, cabo, sargento e subtenente. Na GM e nos Bombeiros a presença de mulheres é ligeiramente superior à média. A distribuição obtida, com maior presença feminina verificada na PC e menor na PM, embora não seja idêntica, é bastante compatível com o único levantamento nacional anterior, o já citado Perfil das Organizações de Segurança Pública no Brasil (SENASP), para aquelas categorias que o referido documento documentou (PM, PC, GM e Bombeiros). A Consulta confirma e contabiliza com precisão que as carreiras de segurança pública continuam sendo predominantemente masculinas¹³.

Tabela 44 – Homens e mulheres segundo as corporações

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Masculino	90,4%	88,7%	76,5%	71,2%	89,8%	80,1%	81,8%	86,3%
Feminino	9,6%	11,3%	23,5%	28,8%	10,2%	19,9%	18,2%	13,7%

P. Sexo

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

¹² Infelizmente, a tentativa de levantar a religião dos entrevistados não foi bem sucedida. Os termos usados no Questionário para nomear as alternativas religiosas não foram bem escolhidos e geraram uma série de dúvidas entre os entrevistado. Por esta razão, optamos por não apresentar os resultados sobre essa questão.

¹³ A pesquisa de Barbara Soares e Leonarda Musumeci, que produziu um levantamento nacional sobre a presença de mulheres nas PMs do Brasil aferiu a média de 7% de policiais militares femininas em 2003. Veja *Polícia e Gênero*, presença feminina nas polícias brasileira. *Boletim CESEC*, No. 4, 2004.

Quando observamos a idade, verificamos uma distribuição relativamente homogênea nas faixas centrais (26 a 30; 31 a 35 e 36 a 40) e presença menor nas pontas, isto é, até 25 anos e acima de 41. O segmento com maior participação de jovens até 25 anos é o de oficiais, com 16,5%. Entre os delegados essa participação é bem reduzida, com apenas 0,5%.

Quando olhamos as faixas de anos de ingresso observamos que mais de um terço da força ingressou há quatro anos ou menos. Em seguida encontramos um percentual expressivo, de 27,1%, de profissionais que entraram para as corporações entre cinco e nove anos atrás. Somadas, essas duas faixas correspondem a 59,7%. Verificamos, portanto, que em boa medida trata-se de um contingente profissional que ingressou há não muito tempo na carreira o que possivelmente contribui para maior abertura frente a novas reflexões e mudanças.

Tabela 45 – Faixas etárias dos profissionais segundo as corporações

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
18 a 25 anos	13,7%	16,5%	8,6%	0,5%	13,0%	8,3%	8,6%	11,9%
26 a 30 anos	27,0%	23,6%	19,9%	12,1%	26,1%	20,9%	24,3%	24,7%
31 a 35 anos	25,2%	20,1%	20,9%	26,1%	27,2%	25,0%	26,2%	24,6%
36 a 40 anos	21,2%	17,7%	19,8%	19,7%	22,1%	21,4%	20,5%	20,9%
41 anos e mais	13,0%	22,0%	30,8%	41,6%	11,6%	24,4%	20,3%	18,0%

P. Qual a sua idade?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 46 – Ano de ingresso segundo corporação

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Até 1989	11,2%	23,6%	12,4%	24,2%	7,4%	3,9%	2,5%	10,3%
1990 a 1994	15,4%	18,1%	10,6%	9,4%	17,1%	13,0%	7,1%	14,0%
1995 a 1999	16,1%	15,7%	14,0%	18,2%	22,3%	15,9%	9,8%	15,8%
2000 a 2004	26,3%	20,1%	29,7%	24,6%	26,5%	27,7%	33,1%	27,1%
2005 a 2009	31,0%	22,5%	33,2%	23,7%	26,7%	39,6%	47,5%	32,6%

P. Ano em que ingressou na corporação

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Quando perguntamos o estado civil, observamos que a maioria se encontra casada ou vivendo em uniões estáveis. Este resultado é consistente com levantamentos locais anteriores.¹⁴ Segundo o censo de 2000, para a população brasileira com mais de 15 anos, 56,7% são solteiros, 36,3% são casados, 17,8% vivem em união consensual, 2,4% são separados e 4,3% são viúvos. Entre os consultados, os delegados, provavelmente por se situarem em maior proporção nas faixas de idade mais altas, apresentam mais frequentemente o estado civil “casados”.

Tabela 47 – Estado civil dos profissionais segundo as corporações

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Casado(a)	53,3%	56,3%	48,6%	62,1%	54,2%	46,9%	50,8%	52,2%
Solteiro(a)	28,5%	30,0%	30,0%	16,0%	28,9%	30,9%	28,7%	28,9%
União Con- sensual	11,2%	8,2%	13,0%	12,8%	10,0%	11,6%	12,0%	11,3%
Divorciado(a) ou separado(a)	4,7%	4,6%	7,1%	7,5%	4,6%	7,0%	6,0%	5,4%
Outra situ- ação	2,2%	0,5%	1,1%	0,7%	2,1%	3,1%	2,0%	2,0%
Viúvo(a)	0,2%	0,4%	0,2%	0,9%	0,2%	0,5%	0,6%	0,3%

P. Estado Civil

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

¹⁴ Minayo et al.: Missão investigar. Garamond: 2003.

XIV.3. Cor e raça¹⁵

A distribuição por cor/raça segundo corporações e patentes apresenta diferenças importantes em relação à distribuição do Brasil. As bases da PM, dos Bombeiros e das Guardas Municipais são mais “negras” do que média brasileira, quando utilizamos o padrão agregado (soma dos que se declararam “pretos” e “pardos”). Oficiais da PM têm uma distribuição um pouco mais “branca” que a média do país. O mesmo ocorre com agentes do Sistema Penitenciário. Entre delegados a discrepância em relação ao perfil médio do Brasil é bastante acentuada, sendo esta uma carreira onde os profissionais se declaram bem mais “brancos” que a média da população brasileira, com diferença acentuada do estrato que declara cor “preta”: 7,4% no país e apenas 1,4% entre os delegados. Agentes da polícia civil têm uma distribuição dividida ao meio, como o Brasil, ainda que com percentuais ligeiramente diferentes: 48,7% se declaram “brancos” e 48,9% se declaram “negros”.

Esses resultados confirmam estudos anteriores, que apontam as polícias militares e as profissões “de farda” como especialmente atraentes para jovens negros¹⁶ e como carreiras onde segmentos oriundos dos estratos pobres e negros encontram melhores possibilidades de ascensão, podendo ocupar cargos de chefia¹⁷. O atual estudo produz um quadro muito seguro e consistente para pesquisas futuras sobre o aspecto crucial do perfil racial

¹⁵ Os autores não concordamos com o emprego da noção “raça”, de extração fisiologista e lamentável lugar na história das idéias e na vida política mundial, com graves comprometimentos racistas. No entanto, adotamos o vocabulário ainda em uso pelo IBGE, uma vez que de outro modo obstaríamos as comparações, sem as quais perder-se-iam oportunidades preciosas de análise, cujo objetivo é o conhecimento, arma poderosa na luta contra todas as formas de racismo e preconceito.

¹⁶ Como o de Silvia Ramos e Leonarda Musumeci, *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* (Civilização Brasileira, 2005) e o de Livio Sansoni, “Fugindo para a Força: cultura corporativista e ‘cor’ na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Estudos Afro Asiáticos*. Ano 24 no. 3, 2002, pp. 513-532.

¹⁷ Ver Soares, Luiz Eduardo, *Meu casaco de general, quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*, Cia. das Letras, 2000.

das polícias e das forças de segurança, que no passado sempre esbarrou com a inexistência de levantamentos em âmbito nacional. É necessário lembrar que a maior parte dos dados sobre cor/raça do efetivo das corporações, quando existiam, advinha de fichas cadastrais das instituições, em que frequentemente a categoria “cor” é preenchida por terceiros, e não auto atribuída como nos censos. Esta Consulta utilizou formulação idêntica à da pergunta do IBGE. A despeito dos problemas em relação às expressões “preta”, “parda” e “branca” – objeções com as quais concordamos –, os resultados da presente pesquisa podem, pela primeira vez, ser cotejados com o perfil racial do país.

Tabela 48 – Cor/raça auto-atribuídas dos profissionais

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Brasil'
Branca	39,6%	51,0%	48,7%	70,1%	39,5%	39,0%	53,0%	49,5%
Preta	9,0%	7,3%	6,2%	1,4%	7,8%	12,7%	6,9%	7,4%
Parda	49,1%	39,7%	42,7%	26,6%	50,5%	45,5%	37,0%	42,3%
Amarela	1,3%	1,4%	1,2%	1,4%	0,9%	1,5%	2,3%	0,5%
Indígena	0,4%	0,3%	0,3%	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
NS/NR	0,6%	0,4%	0,9%	0,5%	0,9%	0,8%	0,4%	0,0%

P. Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 49 - Cor/raça agregadas (categoria cor/raça “negra” é a soma de “preta” e “parda”)

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Brasil ¹⁶
Branca	39,6%	51,0%	48,7%	70,1%	39,5%	39,0%	53,0%	49,5%
Negra	58,1%	47,0%	48,9%	28,0%	58,3%	58,2%	43,9%	49,7%
Outras	2,3%	2,1%	2,4%	1,9%	2,2%	2,7%	3,0%	0,8%

P. Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

¹⁸ PNAD, 2007.

XIV.4. Salários, Benefícios e Condições de Moradia

A pesquisa se realizou basicamente entre profissionais de segurança pública que recebem salários de até R\$2.000,00 por mês nas suas corporações. Eles representam 78,6% dos entrevistados. Considerando todos que recebem acima de 5.000,00, temos apenas 3,9%. Este resultado, ainda que não seja precisamente representativo da remuneração paga a todos os profissionais de segurança (porque os profissionais que recebem até R\$1.700,00 por mês têm o estímulo de uma bolsa de R\$400,00 quando fazem os cursos da RENAESP), fornece uma indicação contundente sobre os baixos rendimentos dos profissionais das várias carreiras de segurança pública, com raras exceções. As exceções são aproximadamente um terço dos oficiais da PM e mais da metade dos delegados (76,7%). Mesmo entre esses, frequentemente considerados como o setor de elite das profissões de segurança pública, surpreende a frequência de salários inferiores a R\$5.000,00. Entre os que reúnem o contingente mais numeroso das forças de segurança, isto é, soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PM, nada menos do que 88,9% recebem até R\$2.000,00. Outra surpresa é o número chocante de guardas municipais recebendo menos de R\$1.000,00 por mês, ou seja, 28,4%.

Tabela 50 – Faixa salarial dos profissionais

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Até 1.000	5,7%	8,8%	0,8%	0,0%	7,6%	28,4%	2,4%	7,4%
De 1001 a 2.000	83,2%	15,6%	52,2%	1,5%	76,7%	66,7%	73,1%	71,2%
De 2001 a 3000	8,2%	9,7%	31,1%	1,6%	8,5%	3,9%	22,5%	12,1%
De 3001 a 4000	1,7%	15,0%	7,9%	1,7%	2,7%	0,7%	1,4%	3,2%
De 4001 a 5000	1,0%	19,9%	2,5%	18,5%	2,0%	0,2%	0,2%	2,3%
De 5001 a 10.000	0,2%	28,0%	4,6%	62,2%	2,1%	0,1%	0,3%	3,3%
De 10.001 a 15.000	0,0%	3,0%	0,9%	11,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,5%
Mais de 15.000	0,0%	0,0%	0,1%	3,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%

P. Qual é a sua renda mensal bruta (sem desconto) na sua corporação (em reais)

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Os salários são compatíveis com as avaliações desses mesmos profissionais sobre o contingente de colegas que regularmente mantém o segundo emprego. Nada menos que 60,1% das praças avaliam que seus colegas fazem “bico”. Se somarmos “a maioria” com “mais ou menos a metade”, 78,6% dos entrevistados avaliam que parte significativa dos profissionais mantém uma segunda função em caráter regular. É interessante que as avaliações dentro da mesma corporação coincidem, independentemente de hierarquia. Somando as opiniões dos que acham que “a maioria” e “mais ou menos a metade” mantém um segundo emprego na PC, delegados chegam a 68,5% e agentes a 72,6%. Oficiais chegam a 81% e praças a 78,6% na PM. Os bombeiros chamam a atenção, com avaliações sobre segundo emprego que somam 85,1%.

Infelizmente não foi possível aprofundar na presente Consulta as condições do segundo emprego: se os profissionais recebem remuneração superior ou inferior ao salário na corporação, se o segundo emprego é no setor de segurança privada, se o profissional usa a arma da corporação etc. Seja como for, os resultados da Consulta são suficientemente expressivos para que novas pesquisas se realizem e para que esse tema seja abordado com realismo e honestidade nos projetos de reforma da segurança no Brasil.

Tabela 51 – Opinião sobre quantidade de colegas exercendo “segundo emprego”

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
A maioria	60,1%	55,1%	48,9%	40,8%	67,1%	51,1%	43,9%	56,4%
Mais ou menos a metade	18,5%	25,9%	23,7%	27,7%	18,0%	25,8%	29,9%	21,4%
A minoria	10,2%	12,7%	15,0%	22,5%	8,3%	12,6%	15,8%	11,7%
Não sei avaliar	11,2%	6,3%	12,3%	9,0%	6,6%	10,5%	10,4%	10,5%

P. Na sua opinião, quantos profissionais de sua corporação exercem com regularidade outra ocupação remunerada além da função como agente de segurança pública (segundo emprego ou bico)?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Os benefícios mais freqüentes nas diferentes instituições são uniforme ou auxílio uniforme (68,8%). Assistência médica é oferecida a 60,2%. Seguro saúde ou plano de saúde para 29,8%. Chama a atenção o fato de que o segmento que mais recebe assistência odontológica é o de oficiais (76,1% contra a média de 48,5% para todos os profissionais). Assistência médica para a família é oferecida a metade ou pouco mais da metade nas PMs e Bombeiros, mas é rara nas PCs e nas GMs. O quadro geral de benefícios recebidos pelos profissionais da segurança pública não confirma o mito de que “apesar de pagar mal, os jovens querem ingressar nas forças de segurança porque terão benefícios e estabilidade”. Como estamos verificando, nem mesmo assistência média ou alimentação são oferecidas de forma universal.

Tabela 52 – Benefícios recebidos segundo corporação

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Uniforme ou auxílio uni- forme	78,0%	69,1%	26,0%	13,0%	84,5%	86,2%	53,3%	68,8%
Assistência médica	68,2%	78,9%	43,2%	21,8%	73,4%	37,0%	49,8%	60,2%
Seguro de Vida / Invali- dez	61,9%	66,1%	37,9%	40,7%	49,5%	41,3%	32,6%	52,8%
Assistência Odontoló- gica	59,9%	76,1%	23,5%	8,8%	64,9%	28,0%	17,1%	48,5%
Assistência médica para a família	54,0%	60,5%	31,1%	17,6%	59,3%	22,3%	39,2%	46,5%
Auxílio ali- mentação	46,9%	39,9%	45,7%	27,9%	32,3%	62,2%	41,2%	45,9%
Alimentação (rancho)	34,1%	43,6%	3,6%	0,8%	60,7%	11,3%	63,4%	32,1%
Seguro Saúde ou Plano Saúde	34,2%	27,5%	23,1%	7,1%	26,8%	25,8%	26,7%	29,8%

P. Que benefícios você recebe na sua corporação, além de salário?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Abaixo encontra-se tabela com as condições de residência dos profissionais entrevistados. Um quarto mora em imóvel próprio quitado. Esta condição é semelhante entre pessoal penitenciário (25,5%) e aproximada entre guardas (27,5%). Praças da PM (24,3%) e bombeiros (22,7%) se encontram em posições piores. Delegados estão em condições de moradia própria bem melhores (41% residem em imóvel próprio quitado) e aproximadamente um terço dos oficiais (29,6%). Curiosamente, aproximadamente um quinto de todos os profissionais (21,8%) mora na casa dos pais. Esta proporção só é significativamente inferior para os delegados (8,5%).

Tabela 53 – Condições de residência

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Próprio quitado	24,3%	29,6%	27,4%	41,0%	22,7%	27,5%	25,5%	25,5%
Alugado	25,3%	21,9%	23,9%	25,9%	24,8%	18,8%	27,8%	24,4%
Casa dos pais	21,9%	19,3%	19,9%	8,5%	23,4%	26,6%	20,8%	21,8%
Próprio financiado	15,2%	21,0%	17,2%	20,1%	14,8%	12,8%	16,0%	15,6%
Outra situação	7,4%	5,0%	6,8%	3,4%	8,6%	9,1%	5,7%	7,3%
De favor	5,8%	3,2%	4,9%	1,1%	5,7%	5,3%	4,2%	5,3%

P. Reside em imóvel:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XIV.5. Vida profissional, vivência social e familiar

Perguntamos aos entrevistados sobre o círculo de amigos. Parcelas muito significativas responderam que a maioria ou todos os amigos pertencem a carreiras de segurança pública. No círculo dos oficiais da PM essa característica é mais acentuada. Depois dos oficiais vêm os profissionais do Sistema Penitenciário, seguidos pelas praças. Embora

não tenhamos padrões comparativos, parece evidente que entre agentes da segurança pública a vida profissional e a vida social são mais associadas, ou estão mais interligadas do que na maioria das outras carreiras. Interessante que isto não ocorre apenas nas carreiras “militares”, como PM e Bombeiros. De fato, 55,1% dos oficiais da PM declaram ter maioria ou todos amigos no setor de segurança pública, em contraste com delegados, com 32,9%. Mas a proporção é muito alta, por exemplo, entre pessoal do Sistema Penitenciário, com 44,6%. A tendência à vida pessoal relacionada à vida profissional é ainda mais evidente quando as relações são familiares, como veremos.

Tabela 54 - Proporção de amigos pertencentes às carreiras de segurança pública

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Todos	0,6%	1,1%	0,5%	1,0%	0,3%	0,5%	0,5%	0,6%
A maioria	41,6%	54,0%	31,2%	31,9%	38,7%	38,6%	44,1%	40,2%
A minoria	52,7%	40,7%	59,5%	60,7%	56,6%	56,3%	51,6%	53,9%
Nenhum	5,1%	4,2%	8,8%	6,5%	4,4%	4,6%	3,7%	5,3%

P. Quantos de seus amigos são também policiais ou agentes de segurança pública?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

A frequência com que profissionais da segurança pública relatam ter parentes próximos oriundos das profissões de segurança é uma das surpresas da Consulta. Um quinto (20,5%) possui irmãos ou irmãs nas forças. Quase 40% relatam ter tios ou primos. E 12,9% revelam que o pai foi ou é profissional da área. Entre os oficiais da PM essas proporções são todas mais elevadas. Entre delegados, 13,9% afirmam ter cônjuge trabalhando no setor. Talvez a presença de quase um terço de profissionais do sexo feminino, isto é, de delegadas, influencie este resultado. A presença de parentes em profissões da área também é surpreendentemente alta entre guardas municipais e pessoal penitenciário.

Tabela 55 – Parentes que são ou foram policiais ou outros agentes de segurança

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Pai	12,4%	23,5%	14,1%	16,1%	12,7%	10,7%	10,3%	12,9%
Mãe	0,5%	0,8%	1,1%	0,8%	0,5%	0,6%	1,2%	0,7%
Avô/Avó	4,7%	7,7%	5,6%	5,2%	5,3%	5,4%	4,3%	5,1%
Irmãos/ãs	20,0%	23,6%	21,6%	22,4%	19,8%	19,2%	22,4%	20,5%
Cônjuge	5,6%	10,0%	9,9%	13,9%	5,8%	7,8%	8,9%	7,0%
Filhos/as	0,6%	0,8%	1,0%	3,6%	0,6%	1,0%	1,0%	0,8%
Tios/as, Primos/as	39,3%	40,9%	37,2%	33,1%	39,3%	39,5%	41,2%	39,1%
Outros	24,8%	24,1%	24,8%	27,1%	27,8%	30,1%	32,5%	26,2%

P. Que pessoas próximas a você são ou foram policiais ou outros agentes de segurança?
 Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Quando separamos todos os que responderam possuir pelo menos um parente próximo nas forças, verificamos que apenas 34,6% dos entrevistados declararam não possuir qualquer influência familiar associada à profissão. A presença de pelo menos um parente, como mostram as três tabelas a seguir, é homogênea entre as corporações e as patentes e razoavelmente homogênea entre as diferentes faixas etárias. Contudo, é mais acentuada entre as mulheres.

Tabela 56 - Parente policial ou no setor da segurança pública por corporação e patente

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Possui parente policial	64,4%	68,7%	65,8%	67,0%	64,4%	66,0%	69,3%	65,4%
Não possui parente policial	35,6%	31,3%	34,2%	33,0%	35,6%	34,0%	30,7%	34,6%

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 57 - Parente policial ou no setor da segurança pública por idade

	18 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 e mais	Total
Possui parente policial	65,9%	64,0%	63,8%	66,3%	68,1%	65,4%
Não possui parente policial	34,1%	36,0%	36,2%	33,7%	31,9%	34,6%

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 58 - Parente policial ou no setor da segurança pública por sexo

	Masculino	Feminino	Total
Possui parente policial	64,2%	72,9%	65,4%
Não possui parente policial	35,8%	27,1%	34,6%

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Mas quando instados a responder se gostariam que a tradição profissional se transmitisse à geração dos filhos, o quadro praticamente se inverte. Pouco mais de um terço (30,9%) gostaria que um filho seguisse a carreira e essa proporção se reduz a 22,2% no caso das filhas. A corporação que destacadamente se afasta do conjunto é a dos bombeiros, com 49,7% de respostas positivas para os filhos e 36,8% para as filhas. O pessoal do Sistema Penitenciário é o menos inclinado a que filhos ingressem na sua corporação (apenas 18%) ou filhas (12,8%).

A discrepância entre a tradição e a próxima geração se deve, como veremos, ao grau reservado de satisfação em relação à vida profissional atual.

Tabela 59 – Opinião sobre ingresso de filho e filha na carreira

		Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Gostaria que um filho entrasse na corporação	Sim	32,2%	32,6%	24,9%	18,5%	49,7%	27,2%	18,0%	30,9%
	Não	53,1%	52,1%	59,3%	68,4%	32,8%	57,5%	67,6%	53,9%
	N/S	14,7%	15,3%	15,8%	13,1%	17,4%	15,3%	14,4%	15,1%
Gostaria que uma filha entrasse na corporação	Sim	22,2%	22,7%	19,3%	15,4%	36,8%	21,3%	12,8%	22,2%
	Não	65,4%	64,6%	66,3%	73,6%	47,0%	65,0%	74,7%	64,6%
	N/S	12,4%	12,7%	14,4%	11,0%	16,3%	13,7%	12,5%	13,2%

P. Você gostaria que um filho seu entrasse para a sua corporação?

P. Você gostaria que uma filha sua entrasse para a sua corporação?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

XIV.6. Profissão, satisfação e o futuro

Sair da corporação assim que houver oportunidade, são os planos de uma parcela expressiva de profissionais, isto é, de 39%. O pessoal penitenciário é comparativamente o mais inclinado a afastar-se da profissão atual, chegando a 51,5%. Guardas municipais são o segundo grupo mais propensos a sair (47,4%). Oficiais da PM são os menos inclinados a deixar a carreira (28,5%). É importante notar que as categorias mais inclinadas a sair também são aquelas em que os profissionais têm mais dúvidas sobre seu futuro profissional. Pessoal penitenciário e guardas municipais são também aqueles que têm mais dúvidas, aparecendo com expressivas respostas de “não sei” acerca do futuro: 20,4% de GMs e 20,1% de agentes penitenciários.

Quando comparamos a resposta de homens e mulheres, verificamos que as mulheres estão mais propensas a procurar novas alternativas profissionais (45,1%) do que os homens (37,5%). Previsivelmente, as faixas etárias maiores são mais propensas a se aposentar na corporação.

A observação empírica indica que parte dos profissionais da área de segurança ingressa numa carreira de acesso mais fácil pretendendo se preparar para concursos em outras carreiras da mesma área. Provavelmente é isto que estamos captando ao aferir patamares tão altos de guardas e pessoal penitenciário respondendo que pretendem deixar o atual emprego caso tenham oportunidade. Mas surpreende que, por exemplo, quase um terço dos delegados (29,2%), os que têm maiores salários e escolaridade mais elevada, pretendam sair da corporação assim que houver oportunidade.

Tabela 60 – Planos em relação ao futuro na profissional

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Se aposentar na corporação	50,1%	61,0%	37,8%	60,0%	55,0%	32,2%	28,4%	45,9%
Sair da corporação assim que houver oportunidade	35,9%	28,5%	47,3%	29,2%	31,0%	47,4%	51,5%	39,0%
Não sei	14,0%	10,5%	14,8%	10,9%	14,0%	20,4%	20,1%	15,0%

P. Em relação ao seu futuro profissional, você pretende:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 61 – Planos em relação ao futuro na profissional segundo sexo

	Masculino	Feminino	Total
Se aposentar na corporação	47,3%	37,5%	45,9%
Sair da corporação assim que houver oportunidade	38,1%	45,1%	39,0%
Não sei	14,7%	17,4%	15,0%

P. Em relação ao seu futuro profissional, você pretende:

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Finalmente perguntamos aos profissionais se eles escolheriam novamente a carreira atual, caso pudessem optar novamente. Entre todos os entrevistados, 55,3% disseram que sim, escolheriam novamente a carreira, 29% disseram que não e 15,7% disseram que não sabiam.

Os mais satisfeitos com a escolha são os bombeiros (63,5%), seguidos dos oficiais da PM (62,1%), dos agentes da PC (54,9%) e logo em seguida das praças da PM (54,8%). Guardas (53,2%), pessoal penitenciário (49,5%) e Delegados (48,9%) são os menos satisfeitos. Quando olhamos apenas para os que disseram que não escolheria, os delegados se destacam

à frente dos demais grupos, com 39% (é neste grupo que se encontra o menor número de indecisos: apenas 12,1% disseram que não sabem).

Quando olhamos os sexos, observamos que as mulheres ficam abaixo dos homens na satisfação com a escolha da carreira: 55,7% dos homens disseram que a escolheriam, contra 52,9% das mulheres. Olhando as idades vemos que os mais jovens, com 25 anos ou menos, são os mais seguros de ter feito uma boa opção (apenas 20,6% não a repetiram).

De fato, se olharmos diversas respostas anteriores, é surpreendente o resultado relativamente alto de profissionais que voltariam a fazer a mesma opção pela profissão. Ou, dito de outra forma, é relativamente baixa a parcela dos que não escolheriam de novo a mesma profissão (menos de um terço). Se ainda pensamos nos graus elevados de vitimização decorrente da profissão, os baixos salários, os escasso benefícios e a prevalência da cultura do segundo emprego

Esse resultado até certo ponto inesperado é compatível com a pesquisa de Minayo et al na Polícia Civil do Rio de Janeiro, onde 44% se diziam satisfeitos com a vida profissional e cerca de 75% dos policiais civis e 70% dos militares disseram que se fosse para começar hoje escolheriam a mesma profissão, "contanto que tivessem melhores condições de trabalho".

Tabela 62 - Opinião dos profissionais sobre se escolheriam novamente a carreira segundo corporação e patente

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Total
Sim	54,8%	62,1%	54,9%	48,9%	63,5%	53,2%	49,5%	55,3%
Não	30,2%	23,4%	29,8%	39,0%	20,8%	28,4%	31,2%	29,0%
Não sei	15,0%	14,5%	15,3%	12,1%	15,7%	18,4%	19,3%	15,7%

P. Caso pudesse escolher novamente, você optaria outra vez pela carreira na sua corporação?
Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Tabela 63 - Opinião dos profissionais sobre se escolheriam novamente a carreira segundo faixa etária

	15 - 25	26 - 30	31 - 35	36- 40	41- mais	Total
Sim	63,3%	54,6%	51,0%	53,4%	59,0%	55,3%
Não	20,6%	28,1%	32,1%	31,6%	28,3%	29,0%
Não sei	16,1%	17,3%	16,9%	14,9%	12,7%	15,7%

P. Caso pudesse escolher novamente, você optaria outra vez pela carreira na sua corporação?
 Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Em pesquisas qualitativas com policiais, com abordagens etnográficas, entrevistas semi-estruturadas ou grupos focais, frequentemente encontramos a reiteração da idéia de que “um policial é policial 24 horas por dia”, ou de que “ser policial” é uma “razão de ser”¹⁹. Ou, como disse um policial, citado por Minayo, “ser policial não é uma opção de trabalho, mas uma opção de vida, um estilo de vida”. Os dados desta Consulta reforçam a noção de que as profissões da segurança pública são mais do que “empregos”, “trabalhos” ou “profissões”. De fato, a opção por uma das carreiras na área, muito frequentemente, produz agentes sociais profundamente ligados às “culturas” profissionais. É neste ambiente, onde idealismo, vocação e frustração se combinam, às vezes de maneiras surpreendentes e contraditórias, que os debates sobre mudanças e reformas encontram um contexto de resistências e ao mesmo tempo de enorme potencial criativo em relação ao futuro.

¹⁹ Muniz, Jacqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. IUPERJ, 1999.

Referências Bibliográficas

- BAYLEY, David. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo, Edusp, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BUHRKE, R.A. (1996). **A matter of justice: Lesbians and Gay men in law enforcement**. New York: Routledge.
- COMSTOCK, G.D. (1991). **The police as perpetrators of anti-gay/lesbian violence** (Appendix C). In G. D. Comstock (Ed.), *Violence against lesbians and gay men* (pp. 152-162). New York: Columbia University Press.
- MAROTTA, T. (1981). **The politics of homosexuality**. : Houghton Mifflin Company.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos e CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública***INCad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília & SOUZA, Ednilsa Ramos. (orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Mimeo. IUPERJ, 1999.

MUSUMECI, Leonarda e SOARES, Barbara. **Polícia e Gênero, presença feminina nas polícias brasileiras** *IN Boletim CESEC*, No. 4, 2004.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda, *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

SANSONI, Livio. **Fugindo para a Força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. *IN Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24 no. 3, 2002, pp. 513-532.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Legalidade Libertária. Rio de Janeiro: Lumen-Juris, 2006.

-

WADDINGTON, P. A. J., BADGER, D. and BULL, R. *The Violent Workplace*.

Devon, UK: Willan Publishing, 2006.

ANEXO 1

Metodologia de Ponderação dos Questionários

Marcelo Ottoni Durante
Bruno Lima e Silva Falcão

A representatividade de uma amostra está baseada na pressuposição de que todos os elementos da população pesquisada tenham a mesma chance de serem incluídos na amostra. No caso desta pesquisa, não pudemos sortear de forma aleatória os policiais que deveriam responder à pesquisa e garantir o cumprimento deste critério condicionante da representatividade. A pesquisa foi administrada via Internet e tivemos respostas daqueles profissionais que foram pró-ativos no sentido de responder à pesquisa. Neste contexto, alguns grupos de profissionais se mostraram mais disponíveis a responder a pesquisa do que outros. Por exemplo, 46% dos profissionais atuam na região sudeste, enquanto no total dos entrevistados 26% são desta região. Por outro lado, 23% dos profissionais atuam na região nordeste, enquanto 47% dos entrevistados são desta região.

Distribuição dos Profissionais de Segurança Pública (Universo)

Categorias Profissionais	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Total
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.
Polícia Militar: Praças	32.339	8,77	94.062	25,50	35.735	9,69	160.490	43,51	46.220	12,53	368.846
Polícia Militar: Oficiais	2.431	7,10	8.135	23,77	4.510	13,18	15.557	45,45	3.593	10,50	34.226
Polícia Civil: Não Delegados	10.460	10,55	19.665	19,83	12.340	12,44	45.310	45,68	11.408	11,50	99.184
Polícia Civil: Delegados	1.097	10,10	2.635	24,24	1.170	10,77	4.902	45,11	1.063	9,79	10.867
Bombeiros	5.348	8,31	10.721	16,66	9.960	15,48	30.620	47,57	7.714	11,98	64.363
Guardas Municipais	4.424	5,91	19.902	26,61	3.126	4,18	41.390	55,34	5.955	7,96	74.797
Agentes Penitenciários	4.508	7,99	8.020	14,22	4.275	7,58	33.351	59,13	6.247	11,08	56.401
Total	60.607	8,55	163.140	23,02	71.117	10,04	331.620	46,79	82.200	11,60	708.684

Distribuição dos Profissionais Entrevistados (Amostra)

Categorias Profissionais	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Total
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.
Polícia Militar: Praças	3.298	8,55	21.789	56,51	1.465	3,80	7.296	18,92	4.707	12,21	38.555
Polícia Militar: Oficiais	96	6,78	748	52,82	111	7,84	348	24,58	113	7,98	1.416
Polícia Civil: Não Delegados	319	8,22	1.722	44,37	593	15,28	628	16,18	619	15,95	3.881
Polícia Civil: Delegados	37	12,98	110	38,60	31	10,88	63	22,11	44	15,44	285
Bombeiros	764	12,83	2.140	35,92	377	6,33	1.858	31,19	818	13,73	5.957
Guardas Municipais	107	1,38	1.952	25,25	281	3,63	4.296	55,57	1.095	14,16	7.731
Agentes Penitenciários	374	8,67	1.059	24,56	456	10,58	1.736	40,26	687	15,93	4.312
Total	4.995	8,04	29.520	47,51	3.314	5,33	16.225	26,11	8.083	13,01	62.137

Pelas razões expostas acima e tendo em vista a necessidade de emprendermos uma análise que representasse o melhor possível o contexto nacional, elaboramos um índice de ponderação das entrevistas recebidas. Este índice levou em conta três questões principais: a necessidade de garantir uma representatividade das opiniões dos profissionais de segurança pública em termos de regiões geográficas no Brasil, em termos das diferentes instituições (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros, Guardas Municipais e Agentes Penitenciários) e em termos da posição na hierarquia profissional.

De acordo com a orientação dos pesquisadores responsáveis pela elaboração da pesquisa dividimos a polícia civil e a militar em duas categorias cada, procurando capturar as diferenças entre os níveis hierárquicos das duas instituições. No contexto das polícias militares, estão

incluídos na categoria “*praças*” soldado, cabo, sargento e subtenente; e na categoria “*oficiais*”, aspirante/cadete, tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel. No contexto das polícias civis, estão incluídos na categoria “não delegados” investigador, agente, papiloscopista, escrivão, carcereiros, assistentes, psicólogos e profissionais não-policiais; na categoria “Delegados” foram incluídos apenas os delegados.



ANEXO 2

CONSULTA NACIONAL
A POLICIAIS MILITARES, CIVIS, RODOVIÁRIOS FEDERAIS E
FEDERAIS, BOMBEIROS, GUARDAS MUNICIPAIS E AGENTES
PENITENCIÁRIOS

- Esta pesquisa constitui o mais amplo esforço já realizado no Brasil para conhecer a opinião e a situação concreta vivida pelos agentes das forças de segurança pública. Seus resultados serão fundamentais e poderão influir no futuro das políticas de segurança. Esta consulta é uma iniciativa associada à construção de um modelo participativo da gestão de políticas de segurança e faz parte do processo da **I Conferência Nacional de Segurança Pública**.
- Lembre-se que não há respostas “certas” ou “erradas”. O que importa é a opinião de cada um. Ninguém tem mais legitimidade para falar de segurança pública do que você, que dedica sua vida a essa área. Sinta-se à vontade para responder com plena liberdade. As respostas que você e milhares de profissionais responderão serão analisadas de maneira agregada e **estão protegidas pelo anonimato**. Muito obrigado por sua cooperação

Módulo I

Inicialmente vamos fazer perguntas sobre sua carreira e condições de trabalho dentro da sua corporação

01. Quanto tempo durou seu curso de formação para entrar na corporação?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Menos de um mês
<input type="checkbox"/> 2. Um a três meses
<input type="checkbox"/> 3. Mais de três meses até seis meses
<input type="checkbox"/> 4. Mais seis meses até doze meses | <input type="checkbox"/> 5. Mais de um ano até dois anos
<input type="checkbox"/> 6. Mais de dois anos até três anos
<input type="checkbox"/> 7. Mais de três anos
<input type="checkbox"/> 8. Não houve curso de formação |
|---|---|

02. No seu curso de formação para entrar na corporação, que matérias e práticas foram dadas?

	Sim	Não	Não lembro
1. Condicionamento físico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
2. Defesa Civil	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
3. Defesa pessoal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
4. Direitos Humanos / Ética / Cidadania	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
5. Estatuto e Regulamento Interno	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
6. Gerenciamento de crise	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99

7. Gestão e administração	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
8. Informática	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
9. Legislação (direito penal e processual)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
10. Mediação de conflitos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
11. Policiamento comunitário	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
12. Primeiros Socorros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
13. Relacionamento interpessoal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
14. Técnicas de abordagem	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
15. Técnicas de investigação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
16. Técnicas de perícia criminal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
17. Tiro	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
18. Uso Progressivo da Força	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
19. Outras	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
20. Nenhuma	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99

03. Que cursos de atualização ou aperfeiçoamento foram oferecidos por sua corporação ou você foi obrigado a fazer ao longo de sua carreira até agora? (não considere os cursos oferecidos pela SENASP/RENAESP)

	Sim	Não	Não lembro
1. Condicionamento físico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
2. Defesa Civil	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
3. Defesa pessoal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
4. Direitos Humanos / Ética / Cidadania	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
5. Estatuto e Regulamento Interno	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
6. Gerenciamento de crise	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
7. Gestão e administração	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
8. Informática	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
9. Legislação (direito penal e processual)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
10. Mediação de conflitos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
11. Policiamento comunitário	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
12. Primeiros Socorros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
13. Relacionamento interpessoal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
14. Técnicas de abordagem	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
15. Técnicas de investigação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
16. Técnicas de perícia criminal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
17. Tiro	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
18. Uso Progressivo da Força	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
19. Outras	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
20. Nenhuma	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99

04. Além de cursos e especialidades técnicas oferecidos por sua corporação, em que campos você gostaria de aprofundar seus conhecimentos?

	Sim	Não
1. Administração	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Ciências sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política etc.)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Comunicação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Direito / Criminologia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Educação Física	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Estatística e ciências exatas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Informática	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Psicologia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
9. Teologia (Religião)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
10. Outros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

05. Na sua opinião, que formação deveria ser exigida para ingresso nas seguintes carreiras:

	Nível Fundamental	Nível Médio	Nível Superior	Não sei
1. Praças da Polícia Militar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
2. Agentes da Polícia Civil	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
3. Agentes da Polícia Federal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
4. Inspetores da Polícia Rodoviária Federal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
5. Peritos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
6. Bombeiros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
7. Guardas Municipais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99
8. Agentes Penitenciários	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 99

06. A seguir encontram-se perguntas sobre hierarquia e disciplina nas polícias e demais forças de segurança. Por favor, marque sim ou não para cada pergunta

	Sim	Não	Não sei
1. A atual vinculação da Polícia Militar ao Exército, que legalmente obriga a primeira a organizar-se de modo semelhante ao segundo, é adequada?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
2. A hierarquia de sua instituição provoca desrespeito e injustiças profissionais?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99

- | | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 3. A hierarquia é fraca ou insuficiente em sua instituição? | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 4. Falta disciplina em sua instituição? | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 5. Há muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança pública? | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 6. Há um número excessivo de níveis hierárquicos em sua instituição? | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 7. Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança? (por exemplo, as corregedorias) | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 8. Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança? (por exemplo, as ouvidorias) | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 9. Todos os agentes de segurança pública (policiais e outros) devem ter direito à greve? | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |
| 10. Todos os agentes de segurança pública (policiais e outros) devem ter direito a organizar-se em sindicatos? | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 99 |

07. As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?

- | | Muito importante | Importante | Pouco importante | Nada importante |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 1. Baixos salários | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 2. Contingente policial insuficiente | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 3. Falta de verbas para equipamentos e armas | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 4. Formação e treinamento deficientes | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 5. Incapacidade das instituições policiais em identificar os potenciais de cada profissional e aproveitá-los | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 6. Pouca confiança da população nas instituições de segurança pública | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 7. Pouca confiança dos profissionais de segurança pública na população | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |

- | | | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 8. Falta de participação da sociedade nas políticas de segurança | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 9. Desvalorização da perícia técnica e da produção de provas de boa qualidade que possam levar à condenação | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 10. Desvalorização do papel do município na segurança pública e das guardas civis municipais | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 11. Corrupção nas polícias | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 12. Falta de controle externo sobre a atividade policial | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 13. Falta de controle interno sobre a atividade policial | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 14. Falta de integração das políticas de segurança com outras políticas sociais | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 15. Má gestão ou inexistência de planejamento apoiado em informações | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 16. Mau funcionamento do Sistema Penitenciário | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 17. Leis Penais inadequadas | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 18. Políticas sociais preventivas insuficientes | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 19. Predomínio das reações a fatos consumados, em vez de estudo e preparação de ações preventivas | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 20. Predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 21. Priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 22. Atenção insuficiente das políticas de segurança sobre o tráfico de armas | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 23. Ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |

24. Subordinação das iniciativas em segurança pública às demandas de setores da mídia. 1 2 3 4
25. Ação de setores da mídia que transformam a violência em espetáculo 1 2 3 4
26. Interferências políticas 1 2 3 4
27. Rivalidade entre as diferentes polícias 1 2 3 4

08. Você acha que os salários pagos aos profissionais que ocupam as posições mais elevadas na estrutura hierárquica de sua corporação são: (marque uma opção)

1. Excessivos
 2. Justos
 3. Insuficientes
 99. Não sei avaliar

09. Você acha que os salários pagos aos profissionais que ocupam as posições inferiores na estrutura hierárquica de sua corporação são: (marque uma opção)

1. Excessivos
 2. Justos
 3. Insuficientes
 99. Não sei avaliar

10. Na sua opinião, quantos profissionais de sua corporação exercem com regularidade outra ocupação remunerada além da função como agente de segurança pública (segundo emprego ou bico)? (marque apenas uma)

1. A maioria
 2. Mais ou menos a metade
 3. A minoria
 99. Não sei avaliar

11. Em uma situação em que um agente de sua corporação visse um colega recebendo propina, você considera que a maioria dos colegas: (marque apenas uma)

1. Denunciaria o colega à corregedoria ou a órgão similar de controle interno
 2. Conversaria com o colega para que ele não fizesse mais isso.
 3. Fingiria não ter visto
 4. Conversaria com o colega para também receber propina
 5. Não sei avaliar

Módulo II

Agora vamos fazer perguntas sobre violências e discriminações sofridas ao longo da sua carreira profissional

12. Ao longo da sua experiência profissional, como agente do sistema de segurança pública, você já foi vítima dos seguintes tipos de violência ou de desrespeito aos seus direitos?

	Sim	Não
1. Foi baleado em serviço	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Foi baleado durante período de folga	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Foi vítima de tortura em treinamento ou fora dele (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Foi vítima de violência física em serviço por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Foi vítima de violência física durante período de folga por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Foi vítima de violência física por parte de outro policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por outro policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
9. Sofreu acidente de trânsito em serviço	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
10. Foi discriminado por ser policial ou agente do sistema de segurança	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
11. Foi humilhado / desrespeitado por superior hierárquico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
12. Foi humilhado / desrespeitado por colega de mesmo posto	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
13. Foi humilhado / desrespeitado por colega de posto inferior	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
14. Foi acusado injustamente da prática de ato ilícito	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
15. Teve seu direito de defesa negado ou cerceado pela corporação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
16. Foi vítima de racismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
17. Foi vítima de assédio sexual (tentativa constrangedora de obter favores sexuais por parte de superior hierárquico)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
18. Foi vítima de discriminação por conta de seu gênero (por ser homem ou por ser mulher)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
19. Foi discriminado por conta de sua orientação sexual (por ser heterossexual ou homossexual ou bissexual)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
20. Foi discriminado por conta de suas convicções religiosas ou por ser membro de congregação, igreja ou movimento religioso	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
21. Foi discriminado por conta de suas convicções políticas ou por ser simpatizante de partido político	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
22. Foi vítima de desconsideração quanto ao seu direito à assistência médica e/ ou odontológica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
23. Teve seus direitos trabalhistas (pagamento do salário em dia, férias, 13º salário, pagamento de horas extras etc.) desrespeitados	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
24. Outra situação de violência ou desrespeito	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

13. Que procedimentos você considera adequados em caso de um policial ou um agente de segurança participar de ocorrência com morte (de colega, de suspeito ou de qualquer outra pessoa)?

	Sim	Não	Não sei avaliar
Retirar esse profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
Garantir-lhe apoio psicológico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
Encaminhá-lo para período de capacitação, com cursos sobre temas como o uso legal da força, entre outros.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99
Garantir-lhe apoio jurídico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 99

14. Na sua opinião, problemas de saúde como alcoolismo e dependência de drogas (marque apenas uma):

- 1. São mais frequentes entre policiais e profissionais da segurança do que em outras profissões
- 2. São igualmente frequentes entre policiais e profissionais da segurança e em outras profissões
- 3. São menos frequentes entre policiais e profissionais da segurança do que em outras profissões
- 4. Não sei avaliar

Módulo III

Agora vamos fazer perguntas sobre relações das polícias com outras instâncias do sistema de justiça criminal e sobre mudanças e reformas

15. Você acha que o Ministério Público costuma atuar (marque apenas uma opção):

- 1. Corretamente, auxiliando as polícias a realizar seu trabalho.
- 2. Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas
- 3. Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colaborar.
- 4. Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil.
- 5. Não tenho opinião formada sobre o assunto

16. Você acha que a Justiça costuma atuar (marque apenas uma opção):

- 1. Corretamente, como uma instituição que coopera com o trabalho policial.
- 2. Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas
- 3. Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colaborar.
- 4. Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil.
- 5. Não tenho opinião formada sobre o assunto

17. Em sua opinião, pode-se afirmar que em geral o Sistema Penitenciário no Brasil:

- 1. Realiza, mesmo diante das dificuldades, o trabalho necessário no trato dos condenados, contribuindo com a segurança pública.
- 2. Realiza o trabalho que lhe é destinado.
- 3. Não consegue realizar o trabalho necessário no trato dos condenados, pelas inúmeras deficiências que possui.
- 4. Termina produzindo efeitos piores para a segurança pública, pelas condições precárias em que em geral opera.
- 5. Não tenho opinião formada sobre o tema.

18. Você já participou de alguma reunião de Conselho Comunitário de Segurança ou equivalente?

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Não participei pessoalmente, mas sei que existe um Conselho na área onde trabalho

19. Abaixo encontram-se afirmações sobre participação da comunidade em decisões acerca do trabalho de polícia. Por favor, marque em cada uma sua concordância ou discordância.

- | | Concordo
totalmente | Concordo
em parte | Discordo
Totalmente | Discordo
em parte | Não
sei |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 1. As comunidades deveriam participar da decisão sobre as prioridades do trabalho de policiamento em seu bairro ou região. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 99 |

2. As comunidades deveriam influir de forma decisiva no afastamento de um policial apontado por vários moradores como violento e/ou desrespeitoso. 1 2 3 4 99
3. Os policiais deveriam prestar contas regularmente de suas atividades às comunidades, em reuniões e ouvir as queixas e críticas da população ao seu trabalho. 1 2 3 4 99
4. A polícia deveria editar boletins e folhetos para distribuir nas comunidades, informando a população sobre as tendências criminais da região e orientando sobre o tipo de medidas preventivas que devem tomar. 1 2 3 4 99
5. A polícia deveria manter uma relação especial com as vítimas dos delitos, oferecendo a elas apoio em visitas domiciliares e informações sobre o andamento das investigações. 1 2 3 4 99

20. Na maioria dos países, as competências das polícias são definidas segundo dois critérios básicos: ou as polícias atuam em áreas geográficas próprias (“cada uma em seu quadrado”) ou as polícias atuam, de forma especializada, frente à natureza dos tipos penais (cada polícia é responsável por certos tipos de crime). Desta forma, as polícias possuem o que se convencionou chamar de “ciclo completo de policiamento”. No Brasil, temos outro modelo onde as polícias estaduais atuam na mesma área geográfica e tratam dos mesmos crimes, havendo uma divisão de competência que confere a cada uma delas metade do ciclo policial. Cabe às polícias militares as funções ostensivas de patrulhamento e prevenção e, às polícias civis, as funções judiciais de investigação. Em sua opinião, o que seria o modelo mais adequado para a realidade brasileira atual? (marque apenas uma)

1. Unificação das Polícias Militares com as Polícias Civis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e civis.
2. Unificação das Polícias Militares com as Polícias Civis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e militares

- 3. Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, em uma circunscrição geográfica determinada
- 4. Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, de acordo com os tipos de crimes.
- 5. Manutenção do atual modelo de polícia, sem alterações quanto à divisão de atribuições entre polícia militar (ostensiva) e polícia civil (judiciária).
- 6. Não tenho opinião formada sobre o assunto

Módulo IV

Para terminar, vamos fazer perguntas sobre seu perfil sócio-econômico e profissional

- 21. Sexo:** 1. Masculino 2. Feminino
- 22. Qual a sua idade?** _____ anos [campo numérico aberto com dois dígitos]
- 23. Estado onde você trabalha: [abre caixinha]**
- 24. Característica da cidade onde você trabalha (marque apenas uma)**
- 1. Capital
 - 2. Município de Região Metropolitana
 - 3. Município do interior ou litoral com mais de 50.000 habitantes
 - 4. Município do interior ou litoral com menos de 50.000 habitantes
 - 5. Outra
- 25. Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça? (marque apenas uma)**
- 1. Branca
 - 2. Preta
 - 3. Parda
 - 4. Amarela
 - 5. Indígena
 - 99. NS/NR
- 26. Estado Civil (marque apenas uma)**
- 1. Solteiro(a)
 - 2. Casado(a)
 - 3. União Consensual
 - 4. Viúvo(a)
 - 5. Divorciado(a) ou separado(a)
 - 6. Outra situação

27. Reside em imóvel (marque apenas uma)

- 1. Próprio quitado
- 2. Próprio financiado
- 3. Alugado
- 4. Casa dos pais
- 5. De favor
- 6. Outra situação

28. Qual o seu nível de instrução? (marque apenas uma)

- 1. Nível Fundamental (antigo 1º. Grau) incompleto
- 2. Nível Fundamental (antigo 1º. Grau) completo
- 3. Nível Médio (antigo 2º. Grau) incompleto
- 4. Nível Médio (antigo 2º. Grau) completo
- 5. Nível Superior incompleto
- 6. Nível Superior completo
- 7. Especialização
- 8. Mestrado
- 9. Doutorado

29. Você possui religião? (marque apenas uma)

- 1. Não
- 2. Não tenho religião, mas acredito em Deus
- 3. Sim [Se marcar esta, abre uma caixinha mostrando as seguintes opções:]
 - A. Catolicismo
 - B. Protestantismo tradicional (Anglicana, Batista, Episcopal, Luterana, Metodista)
 - C. Pentecostalismo e Neo-Pentecostalismo (Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Brasil para Cristo, Igreja Casa da Benção, Igreja Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra ou outra)
 - D. Outras denominações cristãs (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Testemunhas de Jeová, Exército da Salvação ou outra).
 - E. Religiões Orientais (Budismo, Confucionismo ou outra)
 - F. Religiões Islâmicas
 - G. Religiões Afro-Brasileiras (Candomblé, Umbanda, Quimbanda, Macumba ou outra)
 - H. Religiões Indígenas (Santo Daime ou outras)
 - I. Outra Religião: _____ [abre caixinha com campo aberto para até 50 caracteres]

30. Qual é a sua renda mensal bruta (sem desconto) na sua corporação (em reais) (marque apenas uma)

- 1. Até 1.000
- 2. De 1001 a 2.000
- 3. De 2001 a 3000
- 4. De 3001 a 4000
- 5. De 4001 a 5000
- 6. De 5001 a 10.000
- 7. De 10.001 a 15.000
- 8. Mais de 15.000

31. Que pessoas próximas a você são ou foram policiais ou outros agentes de segurança?

	Sim	Não
1. Pai	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Mãe	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Avô/Avó	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Irmão(ã)(s)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Cônjuge	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Filho(a)(s)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Tio(a)(s) / Primo(a)(s)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Outro parente	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

32. Quantos de seus amigos são também policiais ou agentes de segurança pública? (marque apenas uma)

- 1. Todos
- 2. A maioria
- 3. A minoria
- 4. Nenhum

33. Que benefícios você recebe na sua corporação, além de salário?

	Sim	Não
1. Assistência médica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Assistência médica para a família	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Seguro-saúde ou Plano de Saúde	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Seguro de Vida / Invalidez (em caso de morte ou ferimento em serviço)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

- | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|
| 5. Transporte (em viaturas da corporação) | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 6. Alimentação (rancho) | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 7. Auxílio alimentação | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 8. Uniforme ou auxílio uniforme | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 9. Assistência Odontológica | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |

34. Qual é a sua corporação? (marque apenas uma)

- 1. Polícia Militar
- 2. Polícia Civil
- 3. Polícia Rodoviária Federal
- 4. Polícia Federal
- 5. Corpo de Bombeiros
- 6. Guarda Municipal
- 7. Sistema Penitenciário
- 8. Polícia Científica/Perícia

35. O seu cargo/ função /patente atual [abrem caixinhas - ver abaixo]

36. Atualmente, sua escala é? (marque apenas uma)

- 8h/dia (independente do ciclo de folga)
- 12/48
- 24/72
- Outra

37. Ano em que ingressou na corporação: _____ [campo numérico fechado com 4 dígitos]

38. Em relação ao seu futuro profissional, você pretende:

- 1. Se aposentar na corporação
- 2. Sair da corporação assim que houver outra oportunidade profissional.
- 3. Não sei

39. Caso pudesse escolher novamente, você optaria outra vez pela carreira na sua corporação?

- 1. Sim
- 2. Não
- 99. Não sei

40. Você gostaria que um filho seu entrasse para a sua corporação?

- 1. Sim
- 2. Não
- 99. Não sei

41. Você gostaria que uma filha sua entrasse para a sua corporação?

1. Sim 2. Não 99. Não sei

Opções da pergunta 35 sobre cargo / função / patente

(marque a opção que mais se aproxima da sua atual patente ou cargo na sua corporação)

<p>Policia Militar Soldado Cabo Sargento / Subtenente Aspirante / Cadete Tenente Capitão Major Tenente Coronel Coronel Profissional Não Militar Outra</p>	<p>Policia Civil Agente (diversas funções) Delegado Profissional Não Policial [Perito: se Perito responder quadro específico] Outra</p>	<p>Corpo de Bombeiros Soldado Cabo Sargento / Subtenente Aspirante / Cadete Tenente Capitão Major Tenente Coronel Coronel Profissional Não Militar Outra</p>
<p>Policia Rodoviária Federal Agente Agente Operacional Agente Especial Inspetor Profissional Não Policial Outra</p>	<p>Guardas Municipais Guarda em serviço operacional Guarda em serviço administrativo Supervisor Inspetor Subcomandante Comandante Outra</p>	<p>Policia Federal Agente (diversas funções) Delegado Profissional Não Policial Outra</p>
<p>Pericia Perito Criminal Perito Médico ou Odontológico Legista Papiloscopista (ou equivalente funcional) Carreiras Auxiliares Outra</p>	<p>Sistema Penitenciário Agente (diversas funções) Diretor Profissional Não-Agente Outra</p>	



ANEXO 3

Tabela 9 -- Importância de fatores para as dificuldades do trabalho das polícias

		Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb. PC	GM	Sist Penit	Total
1 Baixos salários	Muito importante	93,6%	88,4%	92,5%	92,5%	94,3%	88,5%	89,2%	92,4%
	Importante	5,8%	10,8%	7,1%	7,1%	5,3%	10,7%	10,0%	7,0%
	Pouco importante	,3%	,7%	,2%	,4%	,2%	,4%	,5%	,3%
	Nada importante	,3%	,0%	,2%	,0%	,1%	,3%	,3%	,2%
2 Contingente policial insuficiente	Muito importante	79,7%	69,0%	83,6%	81,5%	83,9%	80,2%	86,1%	80,7%
	Importante	17,6%	27,3%	14,8%	17,6%	14,7%	18,2%	12,9%	17,1%
	Pouco importante	2,2%	3,5%	1,5%	,9%	1,1%	1,3%	,6%	1,8%
	Nada importante	,5%	,2%	,1%	,0%	,2%	,3%	,3%	,4%
3 Falta de verbas para equipamentos e armas	Muito importante	85,8%	78,4%	78,8%	71,4%	87,2%	88,3%	87,6%	84,8%
	Importante	13,1%	20,2%	19,5%	26,7%	11,7%	10,9%	11,7%	14,1%
	Pouco importante	,8%	1,4%	1,3%	1,9%	,9%	,6%	,4%	,8%
	Nada importante	,3%	,1%	,3%	,0%	,2%	,2%	,3%	,3%
4 Formação e treinamento deficientes	Muito importante	81,4%	82,9%	81,8%	80,9%	81,4%	83,5%	83,3%	81,9%
	Importante	16,9%	16,0%	17,0%	18,1%	16,9%	15,1%	15,2%	16,6%
	Pouco importante	1,2%	1,0%	1,0%	,9%	1,3%	1,0%	1,1%	1,1%
	Nada importante	,5%	,2%	,2%	,0%	,3%	,4%	,4%	,4%
5 Incapacidade das instituições policiais em identificar os potenciais de cada profissional e aproveitá-los	Muito importante	68,1%	55,6%	71,9%	63,0%	67,1%	67,6%	66,2%	67,7%
	Importante	28,6%	39,3%	26,3%	35,8%	30,2%	30,2%	31,5%	29,4%
	Pouco importante	2,9%	5,0%	1,7%	1,2%	2,4%	1,8%	2,0%	2,6%
	Nada importante	,4%	,1%	,1%	,0%	,3%	,4%	,3%	,3%

6 Pouca confiança da população nas instituições de segurança pública	Muito importante	54,6%	51,5%	53,8%	52,3%	50,9%	57,8%	54,1%	54,3%
	Importante	37,2%	38,6%	38,9%	38,0%	39,7%	36,1%	38,3%	37,7%
	Pouco importante	7,1%	9,3%	6,8%	9,5%	8,3%	5,4%	6,8%	7,1%
	Nada importante	1,1%	,6%	,4%	,2%	1,0%	,7%	,8%	,9%
7 Pouca confiança dos profissionais de segurança pública na população	Muito importante	38,5%	34,8%	32,2%	28,7%	34,3%	38,1%	35,5%	36,6%
	Importante	42,8%	43,1%	42,5%	46,9%	42,3%	43,6%	43,5%	42,9%
	Pouco importante	15,7%	19,9%	21,4%	22,5%	19,1%	15,0%	18,0%	17,2%
	Nada importante	3,0%	2,3%	3,9%	1,9%	4,3%	3,4%	3,0%	3,2%
8 Falta de participação da sociedade nas políticas de segurança	Muito importante	56,8%	55,4%	51,5%	45,9%	54,3%	61,2%	56,4%	56,0%
	Importante	34,1%	34,8%	39,8%	43,2%	36,9%	33,5%	36,3%	35,4%
	Pouco importante	7,5%	8,3%	7,7%	10,1%	8,0%	4,5%	6,4%	7,2%
	Nada importante	1,7%	1,5%	1,0%	,7%	,9%	,8%	1,0%	1,3%
9 Desvalorização da perícia técnica e da produção de provas de boa qualidade que possam levar à condenação	Muito importante	68,3%	64,0%	73,2%	66,5%	67,0%	71,5%	71,6%	69,3%
	Importante	27,0%	31,0%	23,1%	29,3%	27,7%	24,8%	24,3%	26,3%
	Pouco importante	3,7%	4,8%	3,1%	4,2%	4,5%	2,9%	2,7%	3,6%
	Nada importante	,9%	,2%	,6%	,0%	,8%	,7%	1,3%	,8%
10 Desvalorização do papel do município na segurança pública e das guardas civis municipais	Muito importante	44,1%	31,3%	37,2%	40,1%	43,6%	87,7%	51,8%	47,6%
	Importante	39,9%	42,1%	44,3%	44,8%	40,8%	10,5%	38,9%	37,6%
	Pouco importante	12,9%	20,9%	15,7%	13,6%	13,4%	,9%	7,4%	12,1%
	Nada importante	3,0%	5,6%	2,8%	1,5%	2,2%	,9%	1,9%	2,7%

11 Corrupção nas polícias	Muito importante	76,5%	78,9%	76,2%	74,3%	82,8%	82,8%	83,7%	78,4%
	Importante	18,7%	19,0%	20,0%	23,1%	14,7%	14,4%	13,5%	17,8%
	Pouco importante	2,9%	1,5%	2,8%	2,6%	1,5%	1,3%	1,3%	2,4%
	Nada importante	1,8%	,6%	,9%	,0%	1,0%	1,6%	1,5%	1,5%
12 Falta de controle externo sobre a atividade policial	Muito importante	32,2%	26,0%	26,5%	12,9%	46,3%	47,7%	45,1%	34,7%
	Importante	41,8%	44,8%	44,0%	46,2%	39,8%	41,2%	43,9%	42,2%
	Pouco importante	20,1%	24,2%	23,6%	31,1%	11,5%	9,3%	9,0%	18,1%
	Nada importante	6,0%	5,0%	6,0%	9,9%	2,4%	1,8%	2,1%	4,9%
13 Falta de controle interno sobre a atividade policial	Muito importante	36,9%	40,6%	38,6%	38,0%	49,0%	52,0%	49,1%	41,0%
	Importante	44,5%	45,9%	47,2%	49,6%	41,3%	41,6%	44,5%	44,4%
	Pouco importante	15,4%	11,3%	12,1%	8,6%	8,5%	5,4%	5,4%	12,2%
	Nada importante	3,2%	2,2%	2,1%	3,8%	1,2%	1,0%	1,0%	2,4%
14 Falta de integração das políticas de segurança com outras políticas sociais	Muito importante	64,4%	70,1%	59,8%	57,3%	64,5%	71,4%	66,6%	64,8%
	Importante	29,4%	25,7%	33,5%	37,4%	30,8%	25,5%	29,4%	29,7%
	Pouco importante	5,0%	3,5%	5,4%	4,3%	4,3%	2,5%	3,3%	4,5%
	Nada importante	1,2%	,6%	1,2%	1,0%	,4%	,7%	,7%	1,0%
15 Má gestão ou inexistência de planejamento apoiado em informações	Muito importante	66,1%	70,3%	72,5%	72,8%	66,5%	68,1%	67,3%	67,6%
	Importante	29,4%	26,8%	25,3%	26,0%	30,0%	28,7%	29,8%	28,7%
	Pouco importante	3,5%	2,5%	1,8%	1,3%	3,1%	2,3%	2,1%	2,9%
	Nada importante	,9%	,4%	,5%	,0%	,4%	,8%	,7%	,7%

16 Mau funcionamento do Sistema Penitenciário	Muito importante	75,4%	74,2%	68,8%	70,4%	76,4%	77,2%	84,5%	75,3%
	Importante	20,6%	22,0%	25,9%	25,0%	20,7%	19,7%	13,3%	20,8%
	Pouco importante	3,0%	3,4%	4,4%	4,5%	2,3%	2,2%	1,5%	3,0%
	Nada importante	1,0%	,4%	,9%	,0%	,5%	,9%	,8%	,9%
17 Leis Penais inadequadas	Muito importante	83,0%	73,0%	76,6%	58,6%	80,0%	80,7%	81,9%	80,7%
	Importante	13,7%	20,0%	17,5%	30,3%	16,3%	15,8%	15,0%	15,4%
	Pouco importante	2,1%	5,9%	4,5%	10,3%	2,9%	2,3%	2,1%	2,8%
	Nada importante	1,1%	1,0%	1,4%	,8%	,9%	1,2%	1,0%	1,1%
18 Políticas sociais preventivas insuficientes	Muito importante	71,3%	79,4%	72,7%	76,7%	72,0%	72,1%	72,9%	72,2%
	Importante	25,2%	19,1%	24,1%	21,7%	24,7%	25,3%	24,2%	24,6%
	Pouco importante	2,7%	1,4%	2,6%	1,7%	2,7%	1,8%	2,1%	2,5%
	Nada importante	,9%	,1%	,5%	,0%	,6%	,8%	,8%	,7%
19 Predomínio das reações a fatos consumados, em vez de estudo e preparação de ações preventivas	Muito importante	63,0%	70,7%	66,4%	68,1%	63,8%	66,4%	65,3%	64,5%
	Importante	32,3%	27,4%	29,1%	28,4%	31,8%	29,8%	31,0%	31,1%
	Pouco importante	3,9%	1,8%	3,8%	3,5%	3,7%	3,0%	3,0%	3,6%
	Nada importante	,9%	,2%	,7%	,0%	,8%	,7%	,7%	,8%
20 Predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência	Muito importante	71,8%	49,6%	72,7%	61,2%	68,5%	68,8%	68,3%	69,8%
	Importante	20,0%	33,1%	20,1%	30,7%	22,7%	24,8%	24,8%	21,9%
	Pouco importante	5,2%	12,8%	4,9%	6,1%	6,4%	4,5%	4,7%	5,5%
	Nada importante	3,0%	4,5%	2,3%	2,0%	2,4%	1,9%	2,1%	2,7%

21 Priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas	Muito importante	40,6%	39,8%	38,3%	38,8%	44,8%	43,8%	43,6%	41,2%
	Importante	36,5%	38,0%	38,4%	41,1%	36,3%	33,9%	35,2%	36,5%
	Pouco importante	17,4%	17,7%	19,0%	17,0%	14,8%	16,3%	15,6%	17,1%
	Nada importante	5,6%	4,5%	4,2%	3,2%	4,1%	5,9%	5,6%	5,2%
22 Atenção insuficiente das políticas de segurança sobre o tráfico de armas	Muito importante	72,0%	65,2%	65,1%	50,2%	70,6%	73,3%	71,5%	70,3%
	Importante	24,4%	30,6%	30,4%	44,1%	26,4%	23,6%	25,1%	26,0%
	Pouco importante	2,4%	3,8%	3,5%	5,3%	2,3%	1,8%	2,2%	2,6%
	Nada importante	1,2%	,4%	1,0%	,4%	,8%	1,3%	1,3%	1,1%
23 Ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas	Muito importante	65,5%	55,0%	60,4%	44,8%	62,9%	67,0%	65,3%	63,9%
	Importante	28,8%	34,8%	32,0%	46,2%	31,8%	27,9%	29,5%	30,1%
	Pouco importante	4,1%	8,3%	6,0%	6,9%	4,2%	3,4%	3,6%	4,5%
	Nada importante	1,6%	1,9%	1,7%	2,0%	1,2%	1,6%	1,6%	1,6%
24 Subordinação das iniciativas em segurança pública às demandas de setores da mídia.	Muito importante	46,3%	51,0%	42,2%	42,4%	45,8%	41,9%	39,9%	44,9%
	Importante	37,8%	37,7%	39,5%	42,3%	40,4%	41,4%	41,8%	39,0%
	Pouco importante	12,3%	8,5%	14,7%	13,6%	11,6%	13,3%	14,8%	12,7%
	Nada importante	3,7%	2,8%	3,6%	1,7%	2,3%	3,4%	3,5%	3,4%
25 Ação de setores da mídia que transformam a violência em espetáculo	Muito importante	58,9%	61,8%	50,4%	54,9%	54,6%	52,9%	53,1%	56,3%
	Importante	24,6%	28,5%	28,6%	29,9%	28,8%	27,4%	26,7%	26,3%
	Pouco importante	10,4%	7,3%	15,1%	12,6%	12,1%	12,8%	13,3%	11,6%
	Nada importante	6,1%	2,4%	5,9%	2,6%	4,5%	6,9%	6,9%	5,8%

26 Interferências políticas	Muito importante	67,6%	75,9%	69,2%	76,6%	67,5%	62,6%	61,6%	67,4%
	Importante	19,6%	19,5%	20,4%	17,7%	22,4%	24,8%	26,1%	21,0%
	Pouco importante	6,7%	2,8%	5,5%	4,2%	6,3%	7,4%	7,5%	6,4%
	Nada importante	6,1%	1,8%	4,8%	1,5%	3,7%	5,2%	4,8%	5,2%
27 Rivalidade entre as diferentes polícias	Muito importante	57,4%	50,6%	51,2%	56,8%	53,6%	61,4%	60,6%	56,5%
	Importante	23,2%	31,8%	26,6%	30,2%	26,2%	22,6%	23,9%	24,5%
	Pouco importante	11,5%	13,8%	15,3%	11,8%	14,1%	8,2%	9,3%	11,9%
	Nada importante	7,9%	3,9%	6,9%	1,2%	6,1%	7,7%	6,2%	7,2%

P. As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

ANEXO 4

PORTARIA MJ Nº 33, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008

- O SECRETARIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 6.061, de 2007, e no art. 40 da Portaria nº 1.821, de 2006, e

Considerando a importância de realizar uma consulta nacional aos policiais que produzirá dados para subsidiar as deliberações ao longo do processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

Considerando o lançamento do edital para seleção de consultoria especializada pelo projeto SENASP/PNUD BRA/08/015 para contratação de pessoa física que realizará a Consulta Nacional aos Policiais;

Considerando ainda a necessidade de que a consulta receba orientações de um grupo formado por representantes do Ministério da Justiça e especialistas convidados para que os resultados sejam compatíveis com os objetivos da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, resolve:

- Art. 1º Constituir o COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA CONSULTA NACIONAL AOS POLICIAIS, com o objetivo de produzir diretrizes para a realização da pesquisa aos policiais, em especial na elaboração do formulário de consulta, no monitoramento das atividades e na análise do relatório final de pesquisa.

- Art 2º O Comitê será composto por:

- I - Marcelo Ottoni Durante, Coordenador-Geral de Pesquisa e Análise da Informação da SENASP, que o coordenará;
- II - Juliana Márcia Barroso, Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoa em Segurança Pública da SENASP;
- III - Alberto Liebling Kopittke, Coordenador-Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e Assessor Especial do Ministro da Justiça;
- IV - Fernanda Alves dos Anjos, Secretária Executiva da 1ª

- Conferência Nacional de Segurança Pública e Gerente de Projeto da SENASP;
- V - Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira, Secretária Executiva Adjunta da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da SENASP;
- VI - Luiz Carlos Magalhães, Coordenador de Análise Criminal da SENASP;
- VII - Natália de Oliveira Fontoura, representante da Coordenação de Justiça e Segurança Pública do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- VIII - Helder Rogério Sant'Ana Ferreira, representante da Coordenação de Justiça e Segurança Pública do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- IX - Regina Miki, gestora da área de segurança pública;
- X - Marcos Rolim, pesquisador e especialista na área de segurança pública;
- XI - Luiz Eduardo Soares, professor universitário, pesquisador e especialista na área de segurança pública;
- XII - Renato Sérgio de Lima, Coordenador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- XIII - Silvia Ramos, consultora do PNUD.

- Parágrafo Único. Poderão ser convocados convidados para reuniões específicas.

- Art. 3º O Comitê encerrará seus trabalhos após a entrega do último produto da consultoria contratada para a realização da consulta nacional aos policiais.

- Parágrafo Único. O Comitê deverá entregar um relatório final das suas atividades para a Gerência do Projeto BRA/08/015.

- Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



